

# RELATÓRIO & CONTAS

31 DEZEMBRO 2015

VERSÃO SUJEITA A APROVAÇÃO DA  
ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS



**SONAE CAPITAL**

## ÍNDICE

**PARTE I - RELATÓRIO DE GESTÃO**

**PARTE II - ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO**

**PARTE III - RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE**

**PARTE IV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

**PARTE V - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

**PARTE VI - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**PARTE VII - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE  
AUDITORIA**

PARTE I

# RELATÓRIO DE GESTÃO

31 DEZEMBRO 2015



**SONAE CAPITAL**

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

Relatório de Gestão

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

*Exmos. Srs. Accionistas,*

*O ano 2015 foi de um enorme progresso no percurso estratégico seguido pela sociedade nos últimos três anos, e o ano em que esse percurso lhe permitiu atingir a estrutura financeira desejada. Efectivamente, as medidas tomadas para fazer crescer as actividades operacionais rentáveis, melhorar as deficitárias e colocar no mercado activos imobiliários, e outros não estratégicos, permitiram gerar um "Free Cash Flow" de 85M€ no período de um ano.*

*A sociedade dispunha, no final do ano, de uma estrutura de capitais já bastante conservadora quer no financiamento das suas actividades operacionais quer no financiamento de activos imobiliários e financeiros, num momento em que se continuam a perspectivar bons resultados na colocação de activos.*

*As consequências do percurso realizado e da situação atingida são enormes, pois a sociedade fica, assim, capaz de implementar a sua vocação de holding de investimento, procurando expandir investimentos, quer nas áreas de crescimento já identificadas, quer em novas áreas a seleccionar.*

*Dentro deste quadro, o Conselho de Administração decidiu propor uma política de remuneração dos accionistas, sob a forma de pagamento de dividendos. Estes, serão baseados na geração de resultados pelo Grupo e pelos proveitos gerados na alienação de activos não estratégicos, subordinados à manutenção de uma estrutura de capital adequada e ao financiamento das oportunidades de crescimento.*

*Efectivamente, a empresa dispõe ainda de um volume de activos não produtivos ou não estratégicos que importa continuar a colocar no mercado. O sucesso nesta área ditará, também, a capacidade de crescimento e remuneração accionista nos anos vindouros. Aqui revestem-se de importância ainda maior os ativos imobiliários — habitações, lotes e macro-lotes — na península de Troia que, além de contribuírem para os objectivos já referidos, são também importantes para a melhoria operacional da exploração do resort e para a valorização dos demais activos.*

*Esta nova fase incorpora, também, novos desafios na capacidade de gerir o crescimento mais acelerado de algumas actividades e na capacidade de encontrar os sectores e as empresas alvo de uma estratégia de investimento. Temos consciência que é nossa obrigação demonstrar aos nossos accionistas essa capacidade de gerar valor económico e social também nestas actividades e que, só assim, poderemos aspirar a continuar a ter o seu apoio.*

*A Equipa de Gestão demonstrou durante a fase mais difícil do mercado uma grande resiliência e o engenho necessário para encontrar os poucos e estreitos caminhos que se apresentavam. No Conselho de Administração estamos confiantes que a Equipa terá agora, também, a capacidade de liderar com igual mérito esta nova fase que se anuncia.*

*Os nossos agradecimentos são também naturalmente devidos a todas as equipas do Grupo Sonae Capital, assim como, a todos os membros dos nossos Órgãos Sociais e a todos os nossos parceiros: clientes, fornecedores, sócios e financiadores.*

*Paulo Azevedo  
Presidente do Conselho de Administração*



### 1. MENSAGEM DO CEO E PRINCIPAIS DESTAQUES

*"A actuação do Grupo, em 2015, foi norteada pelos seguintes pilares estratégicos: (i) crescer com rentabilidade, melhorando a posição competitiva de cada um dos nossos negócios; (ii) privilegiar estratégias de capital light, por forma a melhorar a nossa estrutura de capital; e (iii) libertar capital de activos não estratégicos com vista a suportar novas oportunidades de investimento e, principalmente, a reduzir os níveis de endividamento.*

*Os resultados alcançados, em 2015, confirmam o nosso compromisso e empenho na implementação da referida estratégia e atestam uma sólida performance, com a melhoria generalizada da posição competitiva de cada um dos nossos negócios e, acima de tudo, com uma assinalável redução dos níveis de Dívida, que nos colocam, hoje, numa situação bastante diferente e que nos permitirá encarar opções de futuro, com uma estrutura de capital bastante mais equilibrada e confortável que nos anos anteriores. Merece, ainda, especial destaque, o atingir de Resultados Líquidos positivos, um marco importante na história do Grupo.*

*Com efeito, em 2015, os resultados evidenciam melhorias significativas nos principais indicadores financeiros; o total de Proveitos Operacionais cresceu 1,4% e o EBITDA registou uma melhoria de 95,8% (alcançando uma margem de 13,3%), tendo-se atingido um nível de Resultado Líquido positivo de 1,40M€ e um crescimento de 7,7M€ face ao ano anterior. É de assinalar, em cada um dos nossos negócios, o seguinte: (i) Resorts: ano marcado pela continuação das vendas de Imobiliário que, embora tenha assistido a um menor número de vendas face ao ano anterior, melhorou do ponto de vista da rentabilidade, fruto de um mix de vendas mais favorável; (ii) Energia, marcada pela baixa do preço de petróleo, com impactos desfavoráveis ao nível das vendas e da rentabilidade das operações. Neste segmento, estratégico para o Grupo, iremos continuar a procurar oportunidades de enriquecimento do nosso portfolio, quer no mercado doméstico, quer noutras mercados; (iii) Refrigeração & AVAC, onde implementámos um agressivo processo de reestruturação interno e de reposicionamento estratégico, levando ao abandono de alguns segmentos e cujos resultados já começam a ser visíveis; (iv) Fitness, onde continuámos a melhorar a rentabilidade das operações existentes e iniciámos o processo de expansão que, esperamos, venha a ser acelerado no próximo ano, obedecendo a uma política de capital light; e (v) Hotelaria, onde enfrentamos os maiores desafios de rentabilidade. Durante o ano procedemos a alguns ajustamentos de portfolio, com a alienação da operação de Lagos, e iremos continuar a procurar, de forma activa, oportunidades que nos permitam melhorar a posição global do segmento.*

*É de assinalar, também, a alienação de diversos activos imobiliários e financeiros, no montante global de, 78,6M€ o que, aliado à performance operacional de cada um dos negócios, permitiu uma redução significativa (85,3M€) dos níveis de Dívida Líquida. A Dívida Líquida fixou-se, no final do exercício, em 149,2M€, correspondente a um rácio de Dívida Líquida/Ebitda de 6,4x, o que, atendendo ao portfolio de activos imobiliários e financeiros não estratégicos, deve ser entendido como um valor confortável. No entanto, tal não invalida a continuação da procura de uma estrutura de capital ainda mais favorável, que nos permita encarar potenciais disrupções futuras nos mercados financeiros de forma mais tranquila e que não impeça a materialização da nossa estratégia corporativa, nomeadamente, o enriquecimento do nosso portfolio com novos negócios nas áreas de competências identificadas dentro do Grupo.*

*Dentro deste quadro, o Conselho de Administração decidiu propor uma política de remuneração dos accionistas, sob a forma de pagamento de dividendos. Estes, serão baseados na geração de resultados pelo Grupo e pelos proveitos gerados na alienação de activos não estratégicos, subordinados à manutenção de uma estrutura de capital adequada e ao financiamento das oportunidades de crescimento. Em virtude do desempenho alcançado no ano de 2015, propõe-se a distribuição, aos accionistas, de um Dividendo, pelo montante global bruto de 15M€, sem afectar negativamente a estrutura de capital e as necessidades de liquidez.*

*Por fim, uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores, pelo desempenho e compromisso demonstrado para com o Grupo, que possibilitaram o atingimento de resultados positivos, sólidos e sustentados para o futuro. A sua dedicação e empenho, só fazem aumentar o grau de responsabilidade e ambição perante todos os stakeholders".*

Cláudia Azevedo, CEO

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Gestão

### OS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2015 ATESTAM A MELHOR PERFORMANCE OPERACIONAL E FINANCEIRA DO GRUPO E DE CADA UM DOS SEGMENTOS, ATINGINDO-SE RESULTADOS LÍQUIDOS POSITIVOS E UMA FORTE REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO...

...O total de PROVEITOS OPERACIONAIS consolidado ascendeu a 186,3M€, um crescimento de 1,4% apoiado nos seguintes factores...:

- o segmento de Energia atingiu um volume de negócios de 50,6M€, registando um crescimento de 6,7% quando comparado com 2014, em resultado (i) da contribuição de 12 meses das operações adquiridas no final do 1T14, e (ii) não obstante, os menores preços de venda de energia que, no ano, foram compensados por maiores níveis de produção de energia;
- o segmento de Hotelaria, em linha com o desempenho do mercado, registou um crescimento de 13,1% para 17,1M€, fruto da melhoria das principais métricas operacionais, nomeadamente, da taxa de ocupação;
- no crescimento do segmento de Fitness de 10,6% para 15,2M€, consolidando a tendência verificada ao longo do ano, motivada pelo número crescente de sócios activos;
- o segmento de Refrigeração & AVAC, apesar do ligeiro decréscimo de 0,7%, apresentou uma performance bastante favorável, atendendo aos segmentos de negócio que foram descontinuados ao longo do ano, fruto do reposicionamento estratégico efectuado durante 2015;
- também deve ser assinalado, o crescimento dos Outros Proveitos Operacionais que inclui, entre outros, as mais-valias associadas a vendas de activos imobiliários e que, em 2015, registaram valores materialmente relevantes;
- por outro lado, o segmento de Resorts, registou uma quebra do volume de negócios de 26,5% para 29,7M€, fruto do menor número de escrituras, apesar do mix mais favorável. Durante o ano foram realizadas 32 escrituras sobre unidades imobiliárias no troiaresort (comparativamente às 52 registadas em 2014), a que devem ser acrescidos 9 contratos promessa de compra e venda e reservas em stock.

O EBITDA consolidado ascendeu a 23,2M€, uma melhoria significativa de 95,8% (11,3M€) face a 2014, sendo de destacar:

- o contributo gerado pela venda de activos imobiliários, cujas mais-valias estão registadas no segmento "Outros";
- o segmento de Refrigeração & AVAC, pelo processo de reestruturação levado a cabo, com vista à obtenção de ganhos de eficiência e ao abandono de segmentos não estratégicos que registou uma melhoria de 2,09M€, para 2,97M€;
- o segmento de Fitness, fruto da performance ao nível do volume de negócios, materializando o crescimento verificado no número de sócios activos e registando, paralelamente, ganhos de eficiência, melhorou 33,6% para 1,82M€;
- o segmento de Hotelaria continuou a melhorar a sua rentabilidade e eficiência, registando crescimentos de EBITDA (+26,8%) superiores ao verificado ao nível do volume de negócios (+13,1%);
- o segmento de Energia, não obstante a performance de receitas, registou uma quebra de 3,6%, para 9,21M€ motivada, principalmente, pela paragem de duas centrais para *repowering* e manutenção correctiva, no 3T15 e 4T15, respectivamente;

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Gestão

- o segmento de Resorts, não obstante o menor número de escrituras e consequente menor volume de negócios, registou um crescimento de 3,6% para 3,19M€ fruto de um mix de vendas mais favorável e da melhoria generalizada das operações que sustentam o resort.

Em 2015, o RESULTADO LÍQUIDO consolidado foi positivo em 1,40M€, representando uma melhoria de 7,7M€ face ao ano anterior. De notar a melhoria significativa de 2,75M€ ao nível dos resultados financeiros, em virtude de menores níveis de dívida e menores custos de financiamento.

O FREE CASH FLOW (levered), ascendeu a 84,9M€, representando uma melhoria de 73,2M€ face ao ano anterior, beneficiando da melhoria operacional da maioria dos segmentos e, principalmente, da geração de liquidez relacionada com activos não estratégicos no montante global de, aproximadamente, 78,6M€.

A DÍVIDA LÍQUIDA, fruto da geração de liquidez registou, novamente, uma redução significativa de 85,3M€ face ao final de 2014, para 149,2M€, o valor mais baixo desde o destaque do Grupo.

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Gestão

### 2. DESEMPENHO GLOBAL

O desempenho financeiro e operacional durante 2015 foi globalmente positivo, aliando, para além da melhoria da posição competitiva da generalidade dos negócios, a alienação de activos não estratégicos com impacto significativo ao nível da Dívida Líquida que, face ao final do ano anterior, se reduziu em 85,3M€. Merece, ainda, especial destaque, o atingimento de Resultados Líquidos positivos, um marco importante na história do Grupo Sonae Capital.

#### 2.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração Resultados Consolidados						
Milhões de euros						
	4T 2015	4T 2014	Δ 15/14	FY 2015	FY 2014	Δ 15/14
<b>Total Projeitos Operacionais</b>	<b>46.03</b>	<b>48.70</b>	<b>-5.5%</b>	<b>186.29</b>	<b>183.68</b>	<b>+1.4%</b>
<b>Volume de Negócios</b>	<b>44.84</b>	<b>46.00</b>	<b>-2.5%</b>	<b>174.69</b>	<b>176.57</b>	<b>-1.1%</b>
Resorts	5.77	7.81	-26.2%	29.68	40.36	-26.5%
Hotelaria	2.46	2.36	+4.1%	17.09	15.11	+13.1%
Fitness	3.96	3.56	+11.2%	15.19	13.74	+10.6%
Energia	10.29	13.89	-25.9%	50.58	47.41	+6.7%
Refrigeração & AVAC	19.78	18.21	+8.6%	60.60	61.03	-0.7%
Outros & Eliminações	2.59	0.17	>100%	1.54	-1.07	-
Outros Projeitos Operacionais	1.19	2.70	-56.1%	11.60	7.11	+63.2%
<b>EBITDA, excluindo Provisões do Rendimento Garantido <sup>(1)</sup></b>	<b>2.96</b>	<b>2.68</b>	<b>+10.5%</b>	<b>24.14</b>	<b>15.53</b>	<b>+55.5%</b>
Resorts	-1.08	0.23	-	4.18	6.78	-38.4%
Hotelaria	-1.80	-2.00	+10.2%	-3.45	-4.72	+26.8%
Fitness	0.57	0.26	>100%	1.82	1.37	+33.6%
Energia	1.51	2.52	-40.0%	9.21	9.55	-3.6%
Refrigeração & AVAC	1.56	1.36	+15.0%	2.97	0.88	>100%
Outros & Eliminações	2.19	0.30	>100%	9.43	1.67	>100%
Provisões Rendimento Garantido	-0.18	-0.80	+77.1%	-0.99	-3.71	+73.3%
<b>EBITDA</b>	<b>2.77</b>	<b>1.87</b>	<b>+48.0%</b>	<b>23.15</b>	<b>11.82</b>	<b>+95.8%</b>
Gastos de depreciação e de amortização	-3.90	-3.89	-0.4%	-15.79	-14.79	-6.7%
Provisões e perdas por imparidade	0.23	1.99	-88.3%	0.00	1.83	-
Gastos/rendimentos não recorrentes <sup>(2)</sup>	0.27	-0.15	-	0.06	-0.15	-
Operações Descontinuadas <sup>(3)</sup>	0.00	-0.07	-	0.00	-0.29	-
<b>EBIT</b>	<b>-0.63</b>	<b>-0.25</b>	<b>&lt;-100%</b>	<b>7.42</b>	<b>-1.57</b>	<b>-</b>
Resultados Financeiros	-1.54	-2.45	+37.3%	-8.77	-11.52	+23.9%
Resultados Inves. e Empresas Associadas	0.13	6.18	-97.9%	3.16	11.29	-72.0%
<b>EBT</b>	<b>-2.04</b>	<b>3.47</b>	<b>-</b>	<b>1.82</b>	<b>-1.80</b>	<b>-</b>
Impostos	0.39	-1.98	-	-0.42	-4.50	+90.6%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-1.66</b>	<b>1.50</b>	<b>-</b>	<b>1.40</b>	<b>-6.30</b>	<b>-</b>
Atribuível a accionistas da Empresa-Mãe	-2.35	1.10	-	-0.29	-6.83	+95.7%
Atribuível a Interesses sem Controlo	0.69	0.40	+74.4%	1.69	0.54	>100%

(1) EBITDA excluindo estimativa do valor actual dos potenciais encargos para o período do Rendimento Garantido nas vendas imobiliárias no **trolar**resort

(2) Gastos de reestruturação e rendimentos extraordinários nas operações continuadas

(3) Inclui negócios descontinuados no período de reporte (2014/15)

O volume de Projeitos Operacionais consolidado, em 2015, ascendeu a 186,3M€, registando um crescimento de 1,4% face ao período homólogo, e registando ganhos de eficiência assinaláveis. O EBITDA consolidado ascendeu a 23,2M€, registando uma melhoria de 95,8% face ao período homólogo e gerando uma margem de 13,3%, 6,6pp acima do verificado em 2014.

A performance, ao nível do volume de negócios, é explicada da seguinte forma: (i) Resorts: decréscimo de 26,5% em virtude do menor número de escrituras; durante 2015 efectuaram-se 32 escrituras comparado com as 52 registadas em 2014; (ii) Energia, registou um crescimento de 6,7% não obstante os menores preços de venda de energia, a paragem de uma das centrais por ter estado sujeita a uma operação de *repowering*, e a paragem de uma central para manutenção correctiva; (iii) Refrigeração & AVAC, -0,7%, um resultado que deve ser encarado como positivo, em virtude do abandono de alguns segmentos de negócio considerados como não estratégicos. Deverá, ainda, ser destacado: (iv) o continuado crescimento do negócio de Hotelaria (+13,1%), fruto da melhoria dos principais indicadores operacionais, nomeadamente, da taxa de ocupação e RevPar; e (v) o segmento Fitness que registou um crescimento de 10,6% alicerçado no aumento de 9,8% da base de sócios activos e de 2,7% no valor da mensalidade média.

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Gestão

O EBITDA consolidado, em 2015, conforme referido atrás, ascendeu a 23,2M€, e registou uma melhoria de 95,8% face a 2014. O principal contributo de negócio para o valor consolidado de EBITDA provém do segmento de Energia que contribuiu com 9,21M€ e que, face a algumas paragens de centrais de cogeração, ora para efeitos de *repowering* ou para manutenção correctiva, registou uma quebra de 3,6%. O segmento de Resorts registou uma melhoria de 3,6% para 3,19M€, não obstante o menor volume de escrituras, fruto de um mix de vendas mais favorável. É de assinalar o negócio de Refrigeração & AVAC que, em virtude do processo de reestruturação e reposicionamento estratégico, já referido em relatórios anteriores, registou um crescimento assinalável para 2,97M€, confirmando os méritos da redefinição estratégica levada a cabo. O negócio de Fitness, fruto, não só, do crescimento do número de sócios, como também, de maiores mensalidades médias, também registou um crescimento de 33,6%, para 1,82M€, registando uma margem de 12,0%, 2,1pp acima do ano anterior. Por fim, o contributo do negócio de Hotelaria que, também, registou uma melhoria de 26,8%. É de assinalar, também, o contributo ao nível do EBITDA gerado pela venda de activos imobiliários não estratégicos que, em 2015, ascendeu a 6,9M€.

O Resultado Líquido consolidado ascendeu a positivos 1,40M€, um crescimento de 7,7M€ face ao ano anterior, sendo de destacar, (i) para além do já salientado crescimento ao nível do EBITDA (+11,33M€); (ii) o decréscimo dos encargos financeiros líquidos em 2,75M€, fruto dos menores níveis de Dívida Líquida e de menores custos de financiamento; (iii) o menor custo com Impostos, fruto do reconhecimento do consolidado fiscal; e não obstante (iv) o maior custo com Amortizações e Depreciações (1,0M€); e (v) a diminuição de 8,13M€ ao nível dos resultados relativos a investimentos/empresas associadas, essencialmente justificado pela contribuição extraordinária, em 2014, da alteração de método de contabilização da participada Norscut.

## 2.2. INVESTIMENTO

O investimento bruto, em 2015, ascendeu a 14,6M€, registando um acréscimo de 6,6M€ face a 2014. Os principais contributos de Capex registaram-se ao nível do segmento de Energia (relacionado, sobretudo, com investimentos no *repowering* de uma central, conducentes a aumentar a rentabilidade da mesma) e dos Activos Imobiliários arrendados.

## 2.3. ESTRUTURA DE CAPITAL

No final de 2015, a Dívida Líquida ascendia a 149,2M€, 85,3M€ inferior ao verificado no final de 2014 e, tal como em trimestres anteriores, o valor mais baixo desde o destaque do Grupo, em 2007. Este resultado foi fruto, sobretudo, da performance ao nível do FCF consolidado que incluiu, durante o ano, a alienação da totalidade do fundo Imosede, ascendendo a 34,1M€ e ao reembolso de suprimentos e distribuição de dividendos, da participada Norscut, no montante global de 27,9M€. Também devem ser realçados, pela materialidade dos montantes envolvidos, os recebimentos relativos a duas vendas de activos imobiliários, no 2T15 e 3T15, no montante global de 16,6M€.

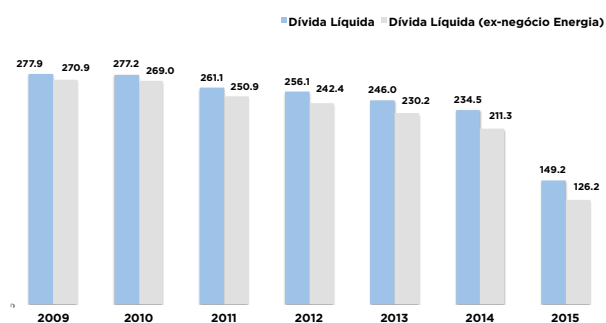
# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Gestão

A Estrutura de Capital, fruto da redução dos níveis de dívida líquida, também apresentou melhorias significativas, visíveis na evolução favorável de 28,2pp do rácio de "Debt to Equity" para 48,1%.

Atendendo às diferentes tipologias de activos que compõem o portfolio da Sonae Capital, a estrutura de capitais deve ser avaliada tendo em conta a convivência de negócios geradores de EBITDA recorrente, medidos através do rácio de Net Debt/EBITDA, e Activos Imobiliários, que devem ser avaliados em função do seu justo valor. Tomando em consideração as valorizações dos activos imobiliários do Grupo, no final de 2015, os rácios implícitos de Loan To Value (LTV) e de Net Debt/Ebitda dos negócios não Imobiliários, situavam-se nos 21,8%, e 2,2x, respectivamente, traduzindo-se em valores conservadores e adequados à estrutura de negócios do Grupo.

Balço Consolidado Milhões de euros			
	Dez 2015	Dez 2014	Δ Dez15/Dez14
<b>Total Activo</b>	<b>574.0</b>	<b>636.0</b>	<b>-9.7%</b>
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	258.8	248.7	+4.1%
Goodwill	60.9	61.0	-0.2%
Investimentos Não Correntes	13.6	54.8	-75.3%
Outros Activos Não Correntes	31.5	44.4	-29.0%
Inventários	126.8	157.6	-19.5%
Clientes e Outros Activos Correntes	47.2	60.2	-21.6%
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.3	9.3	>100%
<b>Total Capital Próprio</b>	<b>310.1</b>	<b>307.3</b>	<b>+0.9%</b>
Capital Próprio atribuível a accionistas da Empresa Mãe	299.9	298.0	+0.6%
Capital Próprio atribuível a interesses sem controlo	10.2	9.4	+9.3%
<b>Total Passivo</b>	<b>263.9</b>	<b>328.7</b>	<b>-19.7%</b>
<b>Total Passivo Não Corrente</b>	<b>121.0</b>	<b>217.4</b>	<b>-44.4%</b>
Empréstimos Não Correntes	103.9	199.6	-47.9%
Passivos Por Impostos Diferidos	10.9	11.7	-6.5%
Outros Passivos Não Correntes	6.1	6.2	-0.7%
<b>Total Passivo Corrente</b>	<b>142.9</b>	<b>111.2</b>	<b>+28.5%</b>
Empréstimos Correntes	80.6	44.2	+82.3%
Fornecedores e Outros Passivos Correntes	62.3	67.0	-7.0%
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>574.0</b>	<b>636.0</b>	<b>-9.7%</b>
<b>Capital Investido Líquido</b>	<b>459.3</b>	<b>541.8</b>	<b>-15.2%</b>
Activo Fixo	319.7	309.7	+3.2%
Investimentos Não Correntes (net)	28.0	81.3	-65.6%
Fundo Maneio	111.6	150.8	-26.0%
Investimento Bruto Período (9M)	14.6	8.0	+83.1%
% Activo Fixo	4.6%	2.6%	
<b>Dívida Líquida</b>	<b>149.2</b>	<b>234.5</b>	<b>-36.4%</b>
% Capital Investido Líquido	32.5%	43.3%	
Debt to Equity	48.1%	76.3%	
<b>Dívida Líquida excluindo Energia</b>	<b>126.2</b>	<b>211.3</b>	<b>-40.3%</b>



O Capital Investido Líquido diminuiu 15,2% face ao final do ano 2014, para 459,3M€, em virtude da melhoria ao nível do Fundo de Maneio e à alienação de activos não correntes (venda de UP's Imosede e reembolso de suprimentos da participada Norscut).

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Gestão

### 3. DESEMPENHO POR SEGMENTOS

#### 3.1. RESORTS

Demonstração Resultados Consolidados						
Milhões de euros						
Resorts	4T 2015	4T 2014	Δ 15/14	FY 2015	FY 2014	Δ 15/14
<b>Total Proventos Operacionais</b>	<b>6.45</b>	<b>9.04</b>	<b>-28.7%</b>	<b>32.14</b>	<b>43.04</b>	<b>-25.3%</b>
<b>Volume de Negócios</b>	<b>5.77</b>	<b>7.81</b>	<b>-26.2%</b>	<b>29.68</b>	<b>40.36</b>	<b>-26.5%</b>
Outros Proventos Operacionais	0.68	1.23	-44.4%	2.46	2.68	-8.2%
<b>Total Custos Operacionais</b>	<b>-7.52</b>	<b>-8.80</b>	<b>+14.5%</b>	<b>-27.96</b>	<b>-36.25</b>	<b>+22.9%</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-0.50	-0.71	+29.8%	-4.18	-1.74	<-100%
Varição Produção	-1.27	-2.89	+56.1%	-5.49	-15.04	+63.5%
Fornecimentos e Serviços Externos	-3.38	-3.27	-3.5%	-11.78	-13.17	+10.6%
Custos Pessoal	-0.82	-0.89	+8.4%	-3.77	-3.51	-7.4%
Outros Custos Operacionais	-1.56	-1.05	-49.3%	-2.74	-2.78	+1.6%
<b>EBITDA, excluindo Provisões do Rendimento Garantido *</b>	<b>-1.08</b>	<b>0.23</b>	<b>-</b>	<b>4.18</b>	<b>6.78</b>	<b>-38.4%</b>
Provisões Rendimento Garantido	-0.18	-0.80	+77.1%	-0.99	-3.71	+73.3%
<b>EBITDA</b>	<b>-1.26</b>	<b>-0.57</b>	<b>&lt;-100%</b>	<b>3.19</b>	<b>3.08</b>	<b>+3.6%</b>
<b>Capex</b>	<b>0.64</b>	<b>0.65</b>	<b>-1.3%</b>	<b>1.44</b>	<b>1.80</b>	<b>-20.0%</b>
<b>EBITDA-Capex</b>	<b>-1.90</b>	<b>-1.22</b>	<b>-56.0%</b>	<b>1.75</b>	<b>1.28</b>	<b>+36.9%</b>

\* EBITDA excluindo estimativa do valor actual dos potenciais encargos para o período do Rendimento Garantido nas vendas imobiliárias no troiaresort

Durante 2015 foram realizadas 32 escrituras de unidades residenciais no Troia Resort, (9 no 1T15, 8 no 2T15, 7 no 3T15 e 8 no 4T15). Adicionalmente, ainda se encontram em carteira, 9 contratos de promessa de compra e venda e reservas efectuadas, com pagamento de sinal. É de notar, durante o curso de 2015, o abrandamento registado no mercado de "vistos gold", parcialmente mitigado pela recuperação do mercado doméstico. À data de 31 de Dezembro de 2015, já se celebraram 351 escrituras de venda sobre unidades residenciais do complexo Troia Resort.

Em função, principalmente, do número de escrituras, o volume de negócios ascendeu a 29,7M€, registando uma redução de 26,5% face a 2014. No entanto, beneficiando de um mix positivo de vendas, e da melhoria generalizada do contributo das operações que suportam o Resort, nomeadamente, da exploração turística, o EBITDA registou, no ano, 3,19M€, alcançando uma melhoria de 3,6% comparado com idêntico período do ano anterior.

Por motivos de prudência, e seguindo o tradicional conservadorismo que devem reger os princípios contabilísticos, estamos a contabilizar em Provisões, no momento da venda, o valor actual dos potenciais encargos para o período do Rendimento Garantido nas vendas imobiliárias no troiaresort (pela diferença entre a taxa do rendimento garantido e uma expectativa prudente de exploração comercial). Fruto das vendas registadas ao longo de 2015 e de um mix mais favorável, esse valor ascendeu a 0,99M€, comparativamente aos 3,71M€ registados em 2014.

O volume de investimentos, em 2015, manteve-se em níveis controlados, ficando abaixo do registado em 2014 e contribuindo, dessa forma, para a melhoria de 36,9% no valor de EBITDA-Capex.

#### 3.2. FITNESS

O segmento de Fitness continua a evidenciar melhorias da sua posição competitiva, atestada no crescimento de 9,8% no número médio de sócios activos.

É de assinalar, conforme referido em comunicados anteriores, a abertura durante o 2T15 de um novo clube, em Alfragide, concelho de Oeiras. Actualmente, a cadeia de clubes Solinca opera 13 clubes de fitness. Também deve ser notado que, em bases comparáveis, excluindo a abertura de Alfragide, o número de sócios activos também



# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Gestão

apresenta uma performance positiva de 3,0%, aumentando a penetração nos clubes já existentes.

Em 2015, o volume de negócios cresceu 10,6% para 15,19M€, acima do crescimento registado ao nível do número de sócios activos, sendo de destacar, também, a evolução positiva ao nível das mensalidades médias. O nível de EBITDA ascendeu a 1,82M€, uma melhoria significativa de 33,6% face ao ano anterior, correspondente a uma margem de 12,0%, 2,1pp acima do ano anterior.

Demonstração Resultados Consolidados						
Milhões de euros						
Fitness	4T 2015	4T 2014	Δ 15/14	FY 2015	FY 2014	Δ 15/14
<b>Total Proventos Operacionais</b>	<b>4.01</b>	<b>3.54</b>	<b>+13.4%</b>	<b>15.48</b>	<b>13.93</b>	<b>+11.2%</b>
<b>Volume de Negócios</b>	<b>3.96</b>	<b>3.56</b>	<b>+11.2%</b>	<b>15.19</b>	<b>13.74</b>	<b>+10.6%</b>
Outros Proventos Operacionais	0.05	-0.02	-	0.29	0.19	+53.1%
<b>Total Custos Operacionais</b>	<b>-3.45</b>	<b>-3.28</b>	<b>-5.3%</b>	<b>-13.66</b>	<b>-12.56</b>	<b>-8.7%</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-0.03	-0.04	+26.9%	-0.12	-0.14	+13.4%
Fornecimentos e Serviços Externos	-2.18	-2.06	-5.6%	-8.59	-8.00	-7.4%
Custos Pessoal	-1.03	-1.13	+8.9%	-4.16	-3.97	-4.8%
Outros Custos Operacionais	-0.21	-0.04	<-100%	-0.79	-0.46	-72.6%
<b>EBITDA</b>	<b>0.57</b>	<b>0.26</b>	<b>&gt;100%</b>	<b>1.82</b>	<b>1.37</b>	<b>+33.6%</b>
<b>Capex</b>	<b>0.67</b>	<b>0.05</b>	<b>&gt;100%</b>	<b>1.31</b>	<b>1.29</b>	<b>+2.1%</b>
<b>EBITDA-Capex</b>	<b>-0.10</b>	<b>0.21</b>	<b>-</b>	<b>0.51</b>	<b>0.08</b>	<b>-</b>

O nível de investimento, em 2015, ascendeu a 1,31M€, marginalmente superior ao registado em 2014, permitindo atingir uma melhoria do nível de EBITDA-Capex de 0,43M€ face ao período homólogo, para 0,51M€.

No próximo ano, prosseguirão os trabalhos de implementação do plano de expansão da cadeia Solinca.

### 3.3. HOTELARIA

Demonstração Resultados Consolidados						
Milhões de euros						
Hoteleira	4T 2015	4T 2014	Δ 15/14	FY 2015	FY 2014	Δ 15/14
<b>Total Proventos Operacionais</b>	<b>2.62</b>	<b>2.48</b>	<b>+5.4%</b>	<b>17.57</b>	<b>15.56</b>	<b>+12.9%</b>
<b>Volume de Negócios</b>	<b>2.46</b>	<b>2.36</b>	<b>+4.1%</b>	<b>17.09</b>	<b>15.11</b>	<b>+13.1%</b>
Outros Proventos Operacionais	0.16	0.12	+31.5%	0.48	0.45	+5.1%
<b>Total Custos Operacionais</b>	<b>-4.42</b>	<b>-4.49</b>	<b>+1.5%</b>	<b>-21.02</b>	<b>-20.28</b>	<b>-3.7%</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-0.27	-0.31	+11.7%	-1.72	-1.64	-5.5%
Varição Produção	0.00	0.00	-	0.00	0.00	-
Fornecimentos e Serviços Externos	-2.64	-2.71	+2.5%	-12.46	-12.21	-2.1%
Custos Pessoal	-1.37	-1.43	+3.8%	-6.19	-5.97	-3.5%
Outros Custos Operacionais	-0.13	-0.04	<-100%	-0.65	-0.47	-39.0%
<b>EBITDA</b>	<b>-1.80</b>	<b>-2.00</b>	<b>+10.2%</b>	<b>-3.45</b>	<b>-4.72</b>	<b>+26.8%</b>
<b>Capex</b>	<b>0.08</b>	<b>0.08</b>	<b>-3.1%</b>	<b>0.58</b>	<b>0.47</b>	<b>+21.2%</b>
<b>EBITDA-Capex</b>	<b>-1.88</b>	<b>-2.09</b>	<b>+9.9%</b>	<b>-4.03</b>	<b>-5.19</b>	<b>+22.4%</b>

Em 2015, o volume de negócios do segmento de Hotelaria consolidou a trajectória positiva e apresentou, face ao ano anterior, um acréscimo de 13,1% para 17,09M€. Esta performance resultou, sobretudo, do crescimento da taxa de ocupação em 3,8pp e do ARR em 7,6%. No mesmo período, o número de noites vendidas cresceu 11,9% no total das unidades hoteleiras do Grupo e o RevPar apresentou uma melhoria de 17,8%.

Em virtude do acréscimo do volume de negócios e das medidas de optimização e racionalização de custos implementadas ao longo dos últimos anos, o EBITDA, em 2015, apresentou uma melhoria em relação ao ano anterior de 26,8% para, negativos, 3,45M€.



# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Gestão

Excluindo o valor das rendas, importa relevar que o valor de EBITDAR do segmento Hotelaria no período registou 2,28M€ positivos, uma melhoria de mais do dobro ou 1,38M€ face ao verificado em 2014.

O valor de Capex no segmento manteve-se sob um apertado controlo (0,58M€), não obstante o incremento de 21,2% face a 2014. No entanto, fruto da performance operacional, o EBITDA-Capex apresentou uma melhoria de 22,4% face ao período homólogo.

De notar que, no decorrer do 4T15, anunciámos a alienação da actividade de exploração hoteleira de Lagos, na impossibilidade de se encontrarem alternativas conducentes a uma melhoria significativa da respectiva rentabilidade da operação. Em 2015, estão considerados 11 meses de contributo desta operação.

### 3.4. ENERGIA

Demonstração Resultados Consolidados						
Milhões de euros						
Energia	4T 2015	4T 2014	Δ 15/14	FY 2015	FY 2014	Δ 15/14
<b>Total Proveitos Operacionais</b>	<b>10.45</b>	<b>14.67</b>	<b>-28.7%</b>	<b>51.03</b>	<b>49.12</b>	<b>+3.9%</b>
<b>Volume de Negócios</b>	<b>10.29</b>	<b>13.89</b>	<b>-25.9%</b>	<b>50.58</b>	<b>47.41</b>	<b>+6.7%</b>
Outros Proveitos Operacionais	0.16	0.78	-79.2%	0.45	1.71	-73.9%
<b>Total Custos Operacionais</b>	<b>-8.94</b>	<b>-12.14</b>	<b>+26.4%</b>	<b>-41.82</b>	<b>-39.57</b>	<b>-5.7%</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-6.94	-9.78	+29.0%	-34.07	-32.64	-4.4%
Fornecimentos e Serviços Externos	-1.07	-1.18	+8.8%	-4.19	-3.80	-10.1%
Custos Pessoal	-0.74	-0.52	-43.0%	-2.87	-1.87	-53.7%
Outros Custos Operacionais	-0.18	-0.67	+72.5%	-0.69	-1.26	+44.9%
<b>EBITDA</b>	<b>1.51</b>	<b>2.52</b>	<b>-40.0%</b>	<b>9.21</b>	<b>9.55</b>	<b>-3.6%</b>
<b>Capex</b>	<b>1.60</b>	<b>0.33</b>	<b>&gt;100%</b>	<b>6.24</b>	<b>1.63</b>	<b>&gt;100%</b>
<b>EBITDA-Capex</b>	<b>-0.08</b>	<b>2.20</b>	<b>-</b>	<b>2.96</b>	<b>7.92</b>	<b>-62.6%</b>

O volume de negócios do segmento de Energia, em 2015, registou um crescimento de 6,7%, não obstante os menores preços de venda de energia eléctrica, indexados à evolução do preço de petróleo. Para tal, contribuíram os maiores níveis de produção de energia e a consolidação, por 12 meses, da totalidade das operações adquiridas durante o 1T14 e que, como tal, apenas contribuíram durante 10 meses nesse ano.

No entanto, o EBITDA registou um decréscimo de 3,6%, para 9,21M€, motivado por um conjunto disperso de factores: (i) a redução das tarifas de venda de energia em consequência das quebras registadas, nos mercados internacionais, do preço de petróleo; (ii) a paragem, no 3T15, de uma das centrais de cogeração por ter estado sujeita a uma operação de *repowering*; (iii) a paragem, no 4T15, de uma das centrais de cogeração, para manutenção correctiva; (iv) a descontinuação, no 4T15, da actividade de uma central de cogeração com a capacidade instalada de 4MW; (v) a alteração, também no 4T15, do regime de licenciamento numa outra central, de 8MW; e não obstante (vi) a maior produção de energia eléctrica e térmica. De notar que o efeito conjunto, ao nível do volume de negócios e Ebitda das alterações referidas em (iv) e (v) é de, aproximadamente, 10,1M€ e 2,2M€ por ano, respectivamente.

A margem EBITDA, em 2015, ascendeu a 18,2%, registando um decréscimo de 1,9pp em relação ao ano anterior.

O nível de investimento motivado, principalmente, por operações de *repowering* em curso, ascendeu a 6,24M€, 4,1x acima do registado no ano anterior, contribuindo para uma redução do nível de EBITDA-Capex de 62,6%, para 2,96M€.

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Gestão

### 3.5. REFRIGERAÇÃO & AVAC

O ano de 2015 foi marcado pela implementação do processo de reestruturação e reposicionamento estratégico, que cobriu aspectos tão díspares quanto a reformulação da estratégia e segmentos de actuação, reformulação da estrutura organizativa e redesenho e implementação de novos processos internos. No âmbito deste processo, nomeadamente no que diz respeito à selecção dos segmentos estratégicos, foram abandonados os negócios de "General Contracting", no decorrer do 1T15 e, no seguimento das práticas que norteiam o Grupo, procedeu-se ao *Management Buy Out* do negócio de Manutenção Geral, no decorrer do 4T15.

Não obstante os referidos efeitos, nomeadamente, o abandono dos segmentos atrás referidos, considerados como não estratégicos, o volume de negócios, em 2015, ascendeu a 60,6M€, registando um decréscimo de, apenas, 0,7% face a idêntico período do ano anterior. O volume de actividade internacional do negócio de Refrigeração & AVAC (consolidando exportações com origem em Portugal e vendas directas no estrangeiro), representou 29% do volume de negócios consolidado do ano, 6pp acima do verificado em 2014.

O volume de negócios em carteira, no final do período, ascendeu a, aproximadamente, 38M€ (representando 7,5 meses de volume de negócios), impulsionado por encomendas para o mercado internacional (exportação), consubstanciando a estratégia de internacionalização.

Em virtude da contínua implementação de medidas conducentes a racionalizar e flexibilizar a estrutura de custos por via de ajuste das estruturas de negócio ao novo referencial de mercado e decorrente do processo de reestruturação interno implementado, os primeiros resultados já se começam a fazer sentir. O EBITDA ascendeu a 2,97M€, registando uma melhoria de 2,09M€ face a 2014, alcançando uma margem de 4,9%.

Demonstração Resultados Consolidados						
Milhões de euros						
Refrigeração & AVAC	4T 2015	4T 2014	Δ 15/14	FY 2015	FY 2014	Δ 15/14
<b>Total Proventos Operacionais</b>	<b>20.07</b>	<b>18.41</b>	<b>+9.0%</b>	<b>61.31</b>	<b>61.66</b>	<b>-0.6%</b>
<b>Volume de Negócios</b>	<b>19.78</b>	<b>18.21</b>	<b>+8.6%</b>	<b>60.60</b>	<b>61.03</b>	<b>-0.7%</b>
Outros Proventos Operacionais	0.29	0.21	+41.5%	0.70	0.64	+11.0%
<b>Total Custos Operacionais</b>	<b>-18.51</b>	<b>-17.06</b>	<b>-8.5%</b>	<b>-58.34</b>	<b>-60.78</b>	<b>+4.0%</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-6.63	-7.25	+8.6%	-23.26	-22.46	-3.6%
Variação Produção	-1.69	-0.24	<-100%	0.19	-1.97	-
Fornecimentos e Serviços Externos	-6.94	-5.51	-25.9%	-20.53	-20.36	-0.8%
Custos Pessoal	-3.09	-3.70	+16.3%	-14.14	-14.75	+4.2%
Outros Custos/Proventos Operacionais	-0.15	-0.35	+56.8%	-0.61	-1.24	+51.2%
<b>EBITDA</b>	<b>1.56</b>	<b>1.36</b>	<b>+15.0%</b>	<b>2.97</b>	<b>0.88</b>	<b>&gt;100%</b>
<b>Capex</b>	<b>0.02</b>	<b>0.07</b>	<b>-73.2%</b>	<b>0.19</b>	<b>0.30</b>	<b>-36.8%</b>
<b>EBITDA-Capex</b>	<b>1.54</b>	<b>1.29</b>	<b>+19.7%</b>	<b>2.77</b>	<b>0.58</b>	<b>&gt;100%</b>

O EBITDA registado na operação doméstica (excluindo operações descontinuadas) ascendeu a 2,93M€ em 2015, registando um acréscimo de 18,4%, quando comparado com o ano anterior.

O investimento manteve-se em níveis reduzidos e a larga maioria do acréscimo do EBITDA-Capex, de 0,58M€ para 2,77M€ resulta da melhoria verificada ao nível do EBITDA.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Gestão

#### 3.6. OUTROS ACTIVOS

Dentro da tipificação de activos não estratégicos, e nesse sentido disponíveis para venda, o Grupo Sonae Capital inclui Activos Imobiliários e Participações Financeiras.

No seguimento da estratégia definida, alienámos, durante o 2T15, por um valor de 10M€, o activo imobiliário "Duque de Loulé", tendo gerado uma mais-valia nos resultados consolidados do Grupo Sonae Capital de, aproximadamente, 6,0M€. Durante o terceiro trimestre de 2015 foi assinado um CPCV, com recebimento de, aproximadamente, 6,58M€, de um activo imobiliário (Lotes 5 e 10 da Quinta das Sedas).

À data de 31 de Dezembro, o capital empregue neste bloco de activos (imobiliário) ascendia a 118,3M€.

Ademais, durante o ano, procedemos à alienação da totalidade das UPs do Fundo Imosede (3.183 UP's no 1T15, 25.445 UP's no 2T15 e 14.314 UPs no 4T15), pelo valor global de 34,1M€.

Durante o ano foram registados importantes progressos em relação ao activo financeiro Norscut, nomeadamente, com o cumprimento de todos os formalismos legais para a entrada em vigor do novo regime de concessão, incluindo o visto prévio do Tribunal de Contas. Com efeito, fruto da completa aprovação, por todos os intervenientes, dos procedimentos legais conducentes à revisão do contrato de concessão da Auto-estrada do Interior Norte (A24), a participada Norscut procedeu ao reembolso de suprimentos e à distribuição de dividendos, no montante global de 27,9M€.

#### 4. PERSPECTIVAS

O ano de 2015 representou, para o Grupo Sonae Capital, a consolidação das orientações e dos pilares estratégicos definidos em 2013 e os resultados alcançados fornecem confiança e uma ainda maior dose de ambição no prosseguimento da implementação da estratégia definida. Ao nível dos segmentos de negócio, continuarão a ser dados passos importantes na sustentação e na melhoria da posição competitiva de cada um deles.

No Troia Resort, continuaremos empenhados em valorizar e liquidificar o stock existente, não perdendo de vista o melhorar de todas as operações do Resort, com especial destaque para o *Troia Residence*, ao mesmo tempo que não descuraremos o investimento que é necessário continuar a realizar na marca tróia e na melhoria contínua das infraestruturas existentes. A colocação no mercado das áreas ainda não desenvolvidas, com vista a assegurar o desenvolvimento de projectos imobiliários adequados a cada um dos macro-lotes, agora sob a orientação de uma Unidade específica para o efeito, continuará a ser um dos principais focos da nossa actuação.

Na área de Energia, o Grupo continuará atento a novas oportunidades de negócio, quer em Portugal, quer noutros mercados, desde que obedeçam a critérios pré-definidos de rentabilidade e risco. Se o ano de 2015 foi dedicado, principalmente, à análise e estudo de novos mercados e tecnologias de geração, o ano de 2016, será marcado pelo objectivo de reforçar o portfolio de operações no mercado doméstico, alargando o leque de tecnologias operadas, não descurando a busca por oportunidades que se venham a identificar noutros mercados.

No segmento de Hotelaria, continuaremos focados em melhorar a rentabilidade e posição competitiva das operações actuais, mantendo-nos atentos na procura de soluções que melhorem o posicionamento competitivo global.

Também o negócio de Fitness, após conclusão do processo de reposicionamento da cadeia Solinca no mercado, serão procuradas novas oportunidades de criação de valor, com um plano de expansão já definido e seguindo uma lógica de *capital light*.

No negócio de Refrigeração & AVAC, após a conclusão do processo de reestruturação e de reposicionamento estratégico, continuaremos enfocados nas oportunidades de criação de valor neste segmento. O processo de internacionalização, por via da exportação, será um dos principais focos de actuação a par da reavaliação do modelo actual de presença internacional.

Com a continuada expectativa de melhoria das condições económico-financeiras do país, também continuaremos a colocar em evidência - agora, com a criação de uma Unidade específica para o efeito, com esforços redobrados - a alienação do portfolio de activos imobiliários, um dos aspectos fundamentais para a efectiva implementação da Estratégia Corporativa. Tal, assume especial relevância, porque a disciplina financeira e a necessária continuada redução dos níveis de endividamento líquido do Grupo, continuarão a nortear os pressupostos e objectivos a definir por cada uma das áreas de negócio.

Por fim, fruto dos resultados alcançados em 2015 e sustentados na expectativa de resultados futuros, nomeadamente, no que diz respeito à continuada alienação de activos não estratégicos, iremos dar passos firmes no sentido de materializar a nossa Estratégia Corporativa, procurando alimentar o *portfolio* com novos negócios, com forte potencial de criação de valor accionista nas áreas de competências identificadas dentro do Grupo.

### 5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em face do atingir de uma estrutura de capital que se considera equilibrada e dos ganhos registados com a alienação de activos não estratégicos, o Conselho de Administração da Sonae Capital aprovou uma proposta de distribuição aos accionistas de um dividendo bruto de 15.000.000 euros. Este dividendo decorrerá da aplicação de resultados do exercício e da distribuição de Reservas Livres, correspondente a um dividendo ilíquido de 0,06 euros por acção.

Do dividendo global de 15.000.000 euros, excluir-se-á o montante do dividendo que caberia às acções que, à data da distribuição do mesmo, sejam detidas pela própria sociedade ou por sociedades suas dependentes, que deverá continuar a ser afecto a reservas livres.

Esta proposta está sujeita a aprovação final na Assembleia Geral de Accionistas.

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

Relatório de Gestão

## 6. COMPORTAMENTO BOLSISTA

### Informação genérica sobre acções Sonae Capital

**Nome:** Sonae Capital, SGPS, SA

**Código ISIN:** PTSNPOAE0008

**Entidade Emitente:** Sonae Capital, SGPS, SA

**NYSE Euronext:** SONC

**Data de Admissão:** 28 Janeiro 2008

**Reuters:** SONAC LS

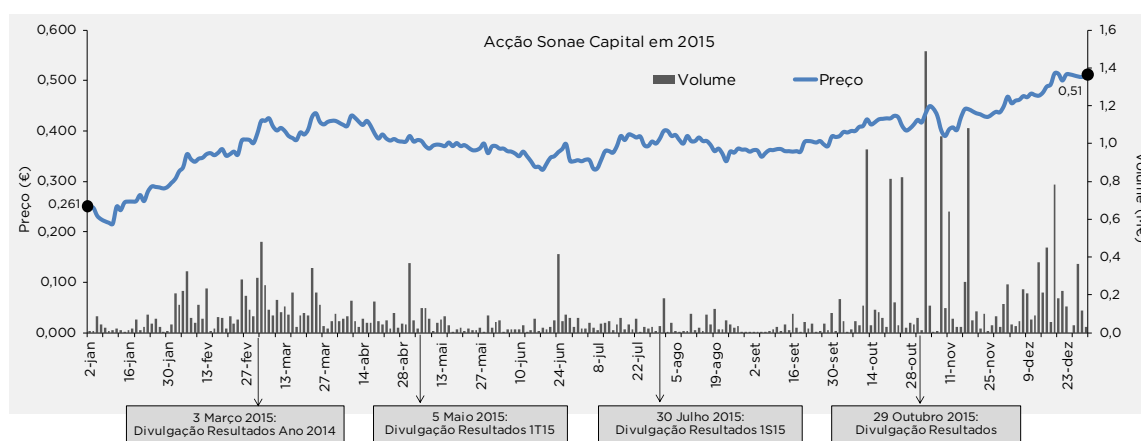
**Capital Social:** 250.000.000 euros

**Bloomberg:** SONC.PL

**Quantidade admitida:** 250.000.000 acções

**Acções próprias:** Com referência a 31 de Dezembro de 2015, a sociedade detinha 5.914.571 acções próprias

Durante o ano de 2015, o preço das acções Sonae Capital valorizou 95,4%, fechando o ano nos 0,51 euros. Este desempenho foi muito superior ao registado pelo índice de referência na Bolsa Portuguesa (PSI20), tendo este índice valorizado 10,7% no mesmo período.



A tabela seguinte sintetiza a informação mais relevante relativa à negociação das acções da Sonae Capital na Euronext Lisbon:

<b>Euronext Lisbon</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Preço de fecho N-1</b>	<b>0,261</b>	<b>0,330</b>
<b>Preço máximo</b>	<b>0,514</b> (18.12.2015)	<b>0,520</b> (01.04.2014)
<b>Preço mínimo</b>	<b>0,216</b> (12.01.2015)	<b>0,230</b> (16.10.2014)
<b>31 Dezembro N</b>	<b>0,510</b>	<b>0,261</b>
<b>Transacções</b>		
Quantidade média diária	252.366	360.632
Total de acções transaccionadas	64.605.616	91.961.263
Volume total (milhões de euros)	25,9	37,3
Volume médio diário (milhões de euros)	0,10	0,15
<b>Capitalização bolsista 31.12.N (milhões de euros) <sup>(a)</sup></b>	<b>127,50</b>	<b>65,25</b>

<sup>(a)</sup> Capitalização Bolsista calculada com base no número total de acções

## **RELATÓRIO & CONTAS 2015**

### Relatório de Gestão

De entre os factos comunicados ao mercado em 2015, destacam-se:

- A eleição de novos Órgãos Sociais para o triénio 2015-2017 sendo de destacar a eleição de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo como Chairman do Conselho de Administração;
- A alteração da composição de Participações Qualificadas na Sociedade, com destaque para a entrada no capital da Argos Funds (2,07%) e do BPI Global Investment Fund (2,04%) Em sentido inverso, o BlueShore Global Equity Fund alienou parte da sua participação para um valor abaixo do mínimo exigível a participações qualificadas;
- A 27 de Outubro de 2015, a Sonae Capital foi informada da decisão do Tribunal de Contas, de dia 22 de Outubro, de dispensa de fiscalização prévia no que diz respeito ao novo regime de concessão da Norscut, passando a produzir efeitos, retroactivamente, desde o dia 1 de Janeiro de 2014
- A 14 de Dezembro de 2015, a Sonae Capital informou sobre a alienação da sua participada, Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda, sociedade que se dedica à exploração hoteleira do Hotel Aqualuz Lagos
- A 17 de Dezembro de 2015, a Sonae Capital informou que a sua participada, Contacto Concessões, SGPS, SA, recebeu da sociedade Norscut, o montante global de 27,9M€ a título de distribuição de dividendos e reembolso de suprimentos.

### 7. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### 7.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

O resultado líquido da Sonae Capital, SGPS, SA, empresa holding do Grupo, foi positivo em 12.198.781,85 euros. O resultado do ano anterior, positivo em 17.035.205,49 euros, foi positivamente impactado por cerca de 10,9 milhões de euros relativos a resultados relativos a investimentos.

No resultado do exercício encontra-se já reflectido o montante de 234.050 euros destinado à remuneração variável dos administradores executivos, na modalidade de distribuição de lucros do exercício, nos termos do n.º 2 do art.º 31.º dos Estatutos e sob proposta da Comissão de Vencimentos a quem compete a concretização da política de remuneração aprovada na Assembleia Geral de 31 de Março de 2015.

#### 7.2. ACÇÕES PRÓPRIAS

Em conformidade com autorizações conferidas na última Assembleia Geral de Accionistas, a Sonae Capital adquiriu, durante o ano de 2015, 29.100 acções próprias, na NYSE Euronext Lisbon Stock Exchange, a um preço médio de 0,4428 euros por acção.

Em resultado das supra referidas transacções e da alienação de 183.379 acções pelo montante global de 72.435 euros em resultado da distribuição de acções pelos colaboradores conforme o disposto nos Planos de Remuneração Variável de Médio Prazo, com referência a 31 de Dezembro de 2015, a Sonae Capital detinha 5.914.571 acções próprias, representativas de 2,366% do seu capital social.

#### 7.3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano de 2015, os Administradores Não Executivos aportaram contributos significativos na discussão das diferentes opções estratégicas, mantendo, como em anos anteriores, contacto próximo com os directores corporativos e com as equipas de gestão. Durante o ano em apreço, os Administradores Não Executivos desempenharam de forma efectiva as suas funções enquanto membros do Conselho de Administração e membros da Comissão de Auditoria e Finanças e da Comissão de Nomeação e Remunerações.

No ponto 29 do Relatório sobre o Governo da Sociedade é possível encontrar informação adicional relativa ao funcionamento das Comissões supra referidas, complementando a informação relativa a actividade dos Administradores Não Executivos descrita neste ponto do relatório.

#### 7.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Sonae Capital, SGPS, SA, enquanto holding do Grupo, registou um resultado líquido positivo de 12.198.781,85 euros no ano de 2015. O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Accionistas que este valor seja aplicado na constituição de Reserva Legal (609.939,09 euros) e distribuição de Dividendos (11.588.842,76 euros). Sendo que o Dividendo líquido proposto distribuir é de 0,06 euros por acção, pretende-se usar, para perfazer a referida distribuição de dividendos, Reservas Livres no montante de 3.411.157,24 euros.



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Gestão

#### 7.5. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se registaram quaisquer eventos corporativos subsequentes a assinalar.

#### 7.6. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece a todos os *stakeholders* da Sonae Capital o apoio e confiança demonstrada ao longo de todo o ano, salientando a cooperação e acompanhamento por parte do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Aos nossos colaboradores, agradecemos o sentido de compromisso, o seu inequívoco contributo para a expressiva melhoria dos resultados operacionais e o esforço partilhado na prossecução das metas traçadas.

Reafirmamos que continuamos a acreditar estarem cada vez mais firmes as bases para o crescimento sólido do Grupo, acreditando no sucesso e sustentabilidade da estratégia definida.

Maia, 25 de Fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

---

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo  
Presidente

---

Álvaro Carmona e Costa Portela  
Membro do Conselho de Administração

---

Francisco de La Fuente Sánchez  
Membro do Conselho de Administração

---

Paulo José Jubilado Soares de Pinho  
Membro do Conselho de Administração

---

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo  
CEO

---

Ivone Pinho Teixeira  
CFO

### ANEXOS

#### NOTAS METODOLÓGICAS

A informação financeira trimestral consolidada contida neste reporte é não-auditada. A informação financeira anual consolidada é auditada e está baseada em Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adoptadas pela União Europeia.

Com o objectivo de continuar a fornecer a melhor informação financeira relativa, não só, ao Consolidado Sonae Capital, como também, de cada um dos segmentos de negócio, a partir do 1T15 passamos a reportar a informação numa base consolidada por segmento e não em contributo para o consolidado como até então. Se ao nível do EBITDA Consolidado e por segmento de negócio não existem quaisquer diferenças, ao nível do Volume de Negócios de cada um dos segmentos, existem algumas alterações.. Esta alteração não produz qualquer impacto ao nível dos Resultados Consolidados, mas apenas ao nível do Volume de Negócios de cada um dos segmentos.

#### GLOSSÁRIO

- AVAC = Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado.
- Cash Flow Operacional = EBITDA - Investimento Bruto (Capex).
- CPCV = Contrato de Promessa de Compra e Venda.
- EBITDA = Resultados Operacionais (EBIT) + Amortizações e Depreciações + Provisões e Perdas por Imparidade + Perdas por Imparidade de Activos Imobiliários em Existências (incluídas em Custo das Mercadorias Vendidas) - Reversão de Perdas por Imparidade e Provisões (incluídas em Outros Proveitos Operacionais).
- EBITDA, excluindo provisões do Rendimento Garantido = EBITDA + Provisões relativas à estimativa do valor actual dos potenciais encargos para a totalidade do período do Rendimento Garantido nas vendas imobiliárias no troiaresort
- EBITDAR = EBITDA + Rendas de Edifícios.
- Dívida Líquida = Empréstimos Não Correntes + Empréstimos Correntes - Caixa e Equivalentes de Caixa - Investimentos Correntes.
- Investimento Bruto = Investimento em Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis.
- Rácio de Gearing: Debt to Equity = Endividamento Líquido / Capitais Próprios.

PARTE II  
**ANEXO AO RELATÓRIO DE  
GESTÃO**

31 DEZEMBRO 2015



**SONAE CAPITAL**

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

Anexo ao Relatório de Gestão

# DECLARAÇÃO

### Nos termos do Artigo 245, parágrafo 1, c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, dos activos e passivos, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Sonae Capital, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente os principais eventos ocorridos no ano de 2015 e os seus impactos, quando aplicáveis, a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae Capital, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e inclui uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Maia, 25 de Fevereiro de 2016

---

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo  
Presidente do Conselho de Administração

---

Álvaro Carmona e Costa Portela  
Membro do Conselho de Administração

---

Francisco de La Fuente Sánchez  
Membro do Conselho de Administração

---

Paulo José Jubilado Soares de Pinho  
Membro do Conselho de Administração

---

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo  
CEO

---

Ivone Pinho Teixeira  
CFO

## Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14º nº7 do Regulamento da CMVM nº5/2008

Divulgação do nº de acções e outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização ou por Dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas nos termos do artigo 248º B do Código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transacções efectuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso do exercício em análise:

	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2015	Saldo em 31.12.2015 Quantidade
		Quant.	Valor Md. €	Quant.	Valor Md. €		
Belmiro Mendes de Azevedo (**) (***) Efanor Investimentos, SGPS, SA <b>(1)</b> Sonae Capital, SGPS, SA						Dominante	837.000
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) Efanor Investimentos, SGPS, SA <b>(1)</b> Migracom, SA <b>(2)</b> Pessoa estreitamente relacionada <sup>(a)</sup>	28.09.2015	26.580	0,374			Minoritário Dominante	26.991
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (*) (**) Efanor Investimentos, SGPS, SA <b>(1)</b> Linhacom, SGPS, SA <b>(3)</b>						Minoritário Dominante	
Álvaro Carmona e Costa Portela (*) Sonae Capital, SGPS, SA Obrigações Sonae Capital/2014-2019							24.942 1
Paulo José Jubilado Soares de Pinho (*) Sonae Capital, SGPS, SA Pessoa estreitamente relacionada <sup>(b)</sup>							12.650 8.125
Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (**) Efanor Investimentos, SGPS, SA <b>(1)</b> Sonae Capital, SGPS, SA						Minoritário	1.862

	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2015	Saldo em 31.12.2015 Quantidade
		Quant.	Valor Md. €	Quant.	Valor Md. €		
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA Sonae Capital, SGPS, SA Pareuro, BV <b>(4)</b>						Dominante	88.859.200
(2) Migracom, SA Sonae Capital, SGPS, SA Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA <b>(5)</b>						Minoritário	161.250
(3) Linhacom, SGPS, SA Sonae Capital, SGPS, SA Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA <b>(5)</b>						Minoritário	43.912
(4) Pareuro, BV Sonae Capital, SGPS, SA							66.600.000
(5) Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA Sonae Capital, SGPS, SA							513.160

(\*) administrador da sociedade

(\*\*) administrador da Efanor Investimentos, SGPS, SA (sociedade direta e indiretamente dominante)

(\*\*\*) administrador da sociedade até 31/03/2015

<sup>(a)</sup> artigo 248º B, nº4, al. a) - familiar que coabita com o dirigente há mais de um ano

<sup>(b)</sup> artigo 248º B, nº4, al. b) - pertencentes à Change Partners, SCR, SA, da qual é Membro do Conselho de Administração

## **ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

Número de acções detidas por accionistas com mais de 10%, 33% ou 50% do capital social da Sonae Capital, SGPS, SA:

■

	<u>Número de acções a 31.12.2015</u>
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)	
Sonae Capital, SGPS, SA	88.859.200
Pareuro, BV	Dominada
Pareuro, BV	
Sonae Capital, SGPS, SA	66.600.000

(1) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o **ultimate beneficial owner**, porquanto domina a Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez, domina integralmente a Pareuro BV.

## PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Accionistas que detêm mais de 2% do Capital Social da Sonae Capital, SGPS, SA, dando cumprimento ao disposto n.º 1, alínea b) do Artigo 8º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM:

■

Accionista	Nº de acções	% Capital Social	% Direitos de voto
<b>Efanor Investimentos, SGPS, S.A. (1)</b>			
<b>Detidas Directamente</b>	<b>88.859.200</b>	<b>35,544%</b>	<b>36,405%</b>
Através da Pareuro, BV (sociedade dominada pela Efanor Investimentos, SGPS, SA)	66.600.000	26,640%	27,286%
Através de Belmiro Mendes de Azevedo (Presidente do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA)	837.000	0,335%	0,343%
Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA)	1.862	0,001%	0,001%
Através da Linhacom, SGPS, S.A. (sociedade dominada pelo Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo)	43.912	0,018%	0,018%
Através da Migracom, S.A. (sociedade dominada pelo Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)	161.250	0,065%	0,066%
<b>Total imputável</b>	<b>156.503.224</b>	<b>62,601%</b>	<b>64,118%</b>
<b>Argos Funds</b>			
<b>Total imputável</b>	<b>5.181.429</b>	<b>2,073%</b>	<b>2,123%</b>
<b>BPI Global Investment Fund</b>			
<b>Total imputável</b>	<b>5.104.414</b>	<b>2,042%</b>	<b>2,091%</b>
<b>Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, SA</b>			
Através do Fundo Santander Acções Portugal (fundo gerido pela Santander Asset Management)	5.214.974	2,086%	2,137%
Através do Fundo Santander PPA (fundo gerido pela Santander Asset Management)	484.869	0,194%	0,199%
<b>Total imputável</b>	<b>5.699.843</b>	<b>2,280%</b>	<b>2,335%</b>

(1) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o *ultimate beneficial owner*, porquanto domina a Efanor Investimentos, SGPS, SA e esta, por sua vez, domina integralmente a Pareuro BV.

PARTE III  
**RELATÓRIO DE GOVERNO  
SOCIETÁRIO**  
31 DEZEMBRO 2015



**SONAE CAPITAL**



## **PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE**

### **A. ESTRUTURA ACCIONISTA**

#### **I. Estrutura de Capital**

##### **1. Estrutura do Capital Social**

O capital social da Sonae Capital, SGPS, S.A, (doravante abreviadamente designada por “Sociedade” ou “Sonae Capital”) é de 250.000.000 euros, integralmente subscrito e realizado, está dividido em 250.000.000 acções ordinárias, escriturais e ao portador, cada uma com o valor nominal de 1 euro.

A totalidade das acções da Sonae Capital foi admitida à negociação no mercado regulamentado da Euronext Lisbon em 28 de Janeiro de 2008.

##### **2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das acções**

As acções da Sociedade não têm qualquer restrição quanto à sua transmissibilidade ou titularidade, nem existem accionistas titulares de direitos especiais. Deste modo, as acções são livremente transmissíveis de acordo com as normas legais aplicáveis.

##### **3. Acções Próprias**

Com referência a 31 de Dezembro de 2015, a Sociedade detinha 5.914.571 acções próprias, representativas de 2,366% do capital social.

##### **4. Impacto da alteração de controlo accionista da Sociedade em acordos significativos**

Não existem acordos celebrados pela Sociedade que contenham cláusulas com o objectivo de constituir medidas defensivas à alteração de controlo accionista em caso de ofertas públicas de aquisição.

Nos mesmos termos a Sociedade não aprovou qualquer disposição estatutária ou regras ou normas com vista a impedir o sucesso de ofertas públicas de aquisição.

##### **5. Medidas defensivas em caso de mudança de controlo accionista**

Durante o exercício de 2015 não foram adoptadas quaisquer medidas defensivas.

A maioria do capital social da Sociedade é imputada a um único accionista, sendo que igualmente não existe qualquer norma estatutária que preveja a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

##### **6. Acordos parassociais**

Desconhece-se a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objecto a Sociedade.

## II. Participações Sociais e Obrigações detidas

### 7. Participações qualificadas

Em 31 de Dezembro de 2015 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, os accionistas que, de acordo com o artigo 20º do Código das Sociedades Comerciais, têm uma participação qualificada representativa de, pelo menos, 2% do capital social da Sonae Capital, são os seguintes:

Accionista	Nº Acções Detidas	% Capital Social	% Direitos de Voto <sup>2</sup>
Efanor Investimentos, SGPS, S.A. <sup>1</sup>	156.503.224	62,601%	64,118%
Santander Asset Management	5.699.843	2,280%	2,335%
Argos Funds	5.181.429	2,073%	2,123%
BPI Global Investment Fund	5.104.414	2,042%	2,091%

<sup>1</sup> Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o *ultimate beneficial owner*, porquanto detém cerca de 99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez domina integralmente a Pareuro BV.

<sup>2</sup> Direitos de Voto = N.º Acções Detidas / (N.º Total Acções - Acções Próprias)

### 8. Número de acções e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentada nos termos do nº5 do Art.º 447 do Código das Sociedades Comerciais

As acções e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização na Sociedade e em sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, directamente ou através de pessoas relacionadas, encontram-se divulgadas em anexo ao relatório anual de gestão nos termos exigidos pelo artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e pelo número 7 do artigo 14º do regulamento 5/2008 da CMVM.

### 9. Competência do Conselho de Administração em sede de aumentos de capital

A competência atribuída pelos Estatutos ao Conselho de Administração da Sociedade para deliberar operações de aumento de capital cessou a sua vigência em Dezembro de 2012, pelo que, a partir daquela data, tal competência reside exclusivamente na Assembleia Geral de Accionistas nos termos legalmente previstos.

### 10. Relações de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade

No âmbito das actividades comerciais dos negócios que compõem o portfolio da Sonae Capital, existem um conjunto de relações de natureza comercial entre a Sociedade e as suas Subsidiárias e titulares, ou sociedades por si detidas, de participações qualificadas.

As referidas transacções fazem parte da actividade regular de cada uma das sociedades e são efectuadas respeitando as normais práticas e condições de mercado. Adicionalmente, quando envolvendo partes relacionadas, estas transacções são escrutinadas e, quando significativas, aprovadas em antecipação pelo Conselho Fiscal.

Durante o ano de 2015, não foram realizados negócios os transacções comerciais significativas entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas na sociedade, sendo de salientar, no entanto que, no dia 14 de dezembro de 2015, foi publicamente

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Governo Societário

anunciada a alienação da subsidiária Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda, que detém a exploração hoteleira do Hotel Aqualuz Lagos, ao Grupo Efanor.

## B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### I. Assembleia Geral

#### a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

##### 11. Identificação e cargos dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respectivo mandato

Até 31 de Março de 2015, a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros, mandatados para o período 2013-2014:

- António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes (Presidente);
- Maria Daniela Farto Baptista Passos (Secretária).

Na Assembleia Geral de 31 de Março de 2015 foram designados, para o triénio 2015-2017, como membros da Mesa da Assembleia Geral, em substituição dos anteriores:

- Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão (Presidente);
- Maria da Conceição Henriques Fernandes Cabaços (Secretária).

#### b) Exercício do direito de voto

##### 12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem qualquer percentagem ou limite máximo ao exercício do direito de voto por qualquer accionista, correspondendo a cada acção um voto.

A Sociedade não emitiu acções preferenciais sem direito a voto.

Para participação dos accionistas na Assembleia Geral apenas deverão ser cumpridas as regras legais aplicáveis que determinam a “Data de Registo” como momento relevante para a comprovação da qualidade de accionista e do exercício dos correspondentes direitos de participação e votação em Assembleia Geral, bem como o regime de participação e votação dos accionistas que, a título profissional, detenham acções em nome próprio mas por conta de clientes.

Os accionistas podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral mediante documento de representação escrito, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue até ao início dos trabalhos, que indique o nome e domicílio do representante e a data da reunião. Aquela comunicação também pode ser efectuada por correio electrónico de acordo com as instruções constantes do aviso convocatório.

Um accionista pode ainda designar diferentes representantes relativamente às acções detidas em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto e da votação em sentido diverso permitida aos accionistas a título profissional.

A Sociedade disponibiliza, dentro dos prazos legais, informação adequada - convocatória das assembleias gerais, formas de exercício do voto e procedimentos a adoptar para o exercício do voto por correspondência, electrónico ou por representação, bem como minuta de carta de representação, em língua portuguesa e

## **RELATÓRIO & CONTAS 2015**

### Relatório de Governo Societário

inglesa, na sua página na Internet ([www.sonaecapital.pt](http://www.sonaecapital.pt)) no sentido de assegurar, promover e incentivar a participação dos accionistas nas assembleias gerais, directamente ou através de representantes.

Para além do sítio da Sociedade na Internet, a referida documentação é ainda disponibilizada aos accionistas, para consulta, na sede da sociedade durante o horário de expediente, bem como no Sistema de Divulgação de Informação da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)), na data de divulgação da convocatória.

Os accionistas podem votar por correspondência em todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral, podendo o voto ser efectuado por via electrónica, se esse meio for colocado à disposição dos accionistas e constar do aviso convocatório da respectiva Assembleia Geral.

A Sociedade disponibiliza igualmente aos accionistas minutas do boletim de voto por correspondência em língua portuguesa e inglesa na sua página na Internet ([www.sonaecapital.pt](http://www.sonaecapital.pt)), em simultâneo com a divulgação da convocatória da Assembleia Geral, bem como a correspondente documentação preparatória relativa aos diversos pontos da Ordem de Trabalhos, nas línguas portuguesa e inglesa.

#### **13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ou por accionistas que com aquela se encontrem em alguma das relações do n.º1 do Artigo 20**

Não existe qualquer limitação no número de votos que pode ser detido ou exercido por um único accionista ou grupo de accionistas.

#### **14. Deliberações accionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada**

De acordo com o estabelecido nos Estatutos da Sociedade, as deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria simples, excepto se a lei dispuser diversamente.

## **II. Administração e Supervisão**

### **a) Composição**

#### **15. Identificação do modelo de governo adoptado**

Esta Sociedade adopta um modelo de governo monista (composto por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas), previsto nos artigos 278.º, n.º 1, alínea a) e 413.º, n.º 1, alínea b), ambos do CSC, complementada por uma delegação de poderes de gestão na Comissão Executiva.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por praticar todos os actos de administração relativos ao objecto social, determinar a orientação estratégica da Sociedade, bem como proceder à designação e supervisão geral da actuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por si constituídas.

A Comissão Executiva exerce os poderes que lhe foram delegados pelo Conselho de Administração em matérias correntes da Sociedade e dos serviços corporativos.

Os restantes dois órgãos têm a responsabilidade de fiscalização.

Os detalhes da estrutura adoptada, os órgãos que a compõem e correspondentes funções e responsabilidades são apresentados nos números seguintes.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

#### **16. Regras Estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração são eleitos, de acordo com a lei e os estatutos, nos termos constantes de proposta aprovada em Assembleia Geral de Accionistas, tendo o Presidente voto de qualidade.

Os estatutos prevêm que um administrador possa ser eleito individualmente se existirem propostas subscritas por accionistas que possuam, isoladamente ou em conjunto com outros accionistas, acções representativas de entre dez a vinte por cento do capital social. O mesmo accionista não pode subscrever mais do que uma lista. Cada proposta deve conter, pelo menos, a identificação de duas pessoas elegíveis para o mesmo cargo a preencher. Se forem apresentadas várias propostas subscritas por diferentes accionistas ou grupos de accionistas, a votação incidirá sobre o conjunto das propostas.

Encontra-se ainda estabelecido estatutariamente que, em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer um dos seus membros, que não o administrador eleito ao abrigo da regra das minorias, o Conselho de Administração providenciará a sua substituição por via de cooptação, ficando esta designação sujeita a ratificação pelos accionistas na primeira Assembleia Geral que se realizar a seguir à cooptação. Em caso de falta definitiva de um Administrador eleito de acordo com as regras explanadas no parágrafo anterior, proceder-se-á a eleição através da realização de uma Assembleia Geral.

Considerar-se-á que um administrador incorre em falta definitiva, quando o mesmo faltar a duas reuniões seguidas ou interpoladas, sem apresentar justificação que seja aceite pelo Conselho de Administração.

#### **17. Composição do Conselho de Administração**

De acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de três e no máximo de sete, eleitos em Assembleia Geral. O mandato do Conselho de Administração é de dois anos, podendo os seus membros ser reeleitos uma ou mais vezes. O actual mandato do Conselho de Administração corresponde ao triénio 2015-2017. É o Conselho de Administração que, nos termos dos estatutos, elege o seu Presidente.

Com referência a 31 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração era composto por seis membros, dois membros executivos e quatro membros não executivos, dos quais dois são independentes.

Os actuais membros efectivos do Conselho de Administração que foram eleitos para o mandato 2015-2017 constam da tabela seguinte:

Nome	Primeira Nomeação	Data de termo de mandato
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Março 2015	31 Dezembro de 2017
Álvaro Carmona e Costa Portela	Março 2011	31 Dezembro de 2017
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Março 2011	31 Dezembro de 2017
Ivone Pinho Teixeira	Março 2013	31 Dezembro de 2017
Francisco de La Fuente Sánchez	Abril 2008	31 Dezembro de 2017
Paulo José Jubilado Soares de Pinho	Abril 2008	31 Dezembro de 2017

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Governo Societário

### 18. Distinção entre membros executivos e não executivos<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Até 31 de Março de 2015 o Eng. Belmiro de Azevedo desempenhou funções de Presidente não executivo do Conselho de Administração.

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente - Não Executivo
Álvaro Carmona e Costa Portela	Vice-Presidente - Não Executivo
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Executivo
Ivone Pinho Teixeira	Executivo
Francisco de La Fuente Sánchez	Não Executivo (Independente)
Paulo José Jubilado Soares de Pinho	Não Executivo (Independente)

Os membros não executivos foram nomeados tendo por base o seu prestígio nos domínios dos negócios, finanças, académico e consultadoria, com o objectivo de reforçar as competências do Conselho de Administração, nomeadamente no que concerne à estratégia de configuração do *portfolio* de negócios e ao plano financeiro anual bem como à revisão dos mesmos.

Os membros não executivos do Conselho de Administração, Francisco de La Fuente Sánchez e Paulo José Jubilado Soares de Pinho, são considerados independentes de acordo com o critério de independência estabelecido no ponto 18.1 do Anexo I do regulamento 4/2013 da CMVM e da recomendação II.1.7 da CMVM (2013).

Os Administradores Não Executivos independentes têm o dever de comunicar imediatamente à Sociedade qualquer ocorrência, no decurso do seu mandato, que origine incompatibilidades ou perda de independência tal como exigido por lei.

A composição actual do Conselho de Administração, especialmente no que se refere ao número de Administradores Não Executivos independentes (2 num total de 6 membros) assegura o grau de supervisão necessário às actividades desenvolvidas pelos Administradores Executivos, tendo em conta o modelo de governo adoptado a dimensão da sociedade e o respectivo *free float*. O Relatório de Gestão inclui um capítulo com a descrição das actividades desenvolvidas pelos membros Não Executivos do Conselho de Administração.

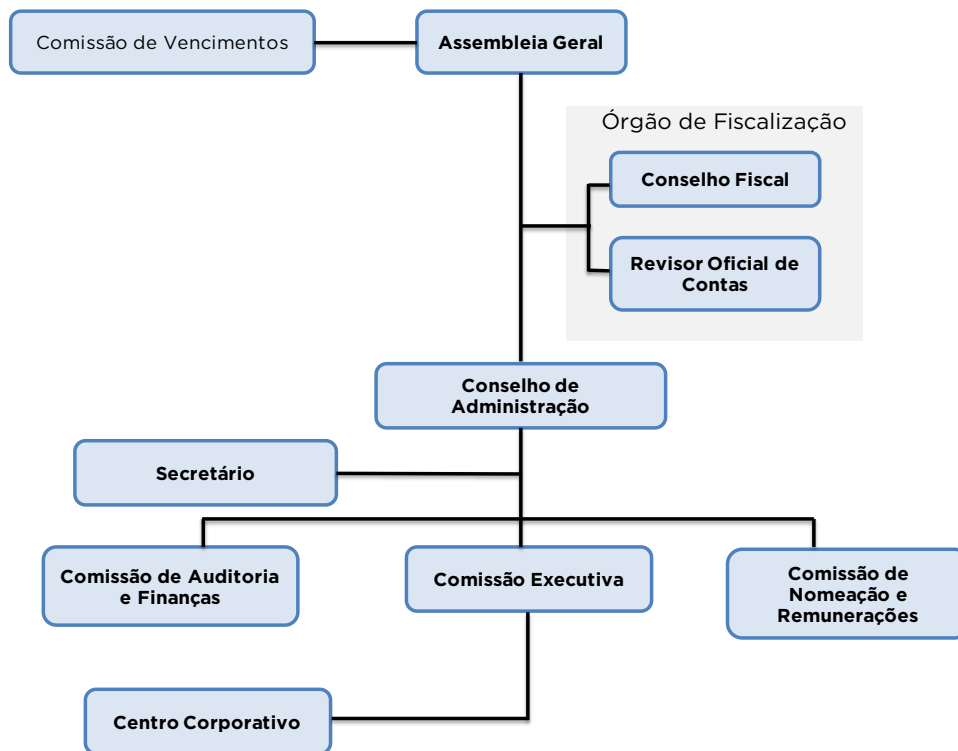
### 19. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho de Administração estão detalhados neste relatório, no respectivo anexo.

### 20. Relações familiares, profissionais e comerciais significativas de membros do Conselho de Administração com accionistas a quem seja imputável participação qualificada

O Presidente do Conselho de Administração e a Presidente da Comissão Executiva, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo são accionistas e membros do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A., sociedade a que é imputado o domínio do capital social e respectivos direitos de voto desta Sociedade, conforme informação prestada no ponto 26 do presente capítulo deste relatório.

**21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade**



De acordo com a estrutura actual de Governo da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável pelas decisões de carácter estratégico ao nível do *portfolio* de negócios e da sua implementação.

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva os poderes para a gestão operacional corrente, regulando igualmente a forma de funcionamento deste órgão e a forma de exercício dos poderes delegados.

Não são passíveis de delegação os seguintes poderes do Conselho de Administração:

- Eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- Coptação de substituto de membro do Conselho de Administração;
- Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- Aprovação do Relatório e Contas Anuais;
- Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela Sociedade;
- Deliberação de mudança de sede ou de aumento de capital;
- Deliberação sobre projectos de fusão, cisão ou transformação da Sociedade;
- Aprovação da estratégia de configuração do *portfolio* de negócios;
- Aprovação do plano de negócios e quaisquer alterações significativas a esse plano.

O Centro Corporativo assume uma função instrumental de apoio à Comissão Executiva e Conselho de Administração no âmbito da definição e controlo da execução das estratégias, das políticas e objectivos definidos e é composto por sete funções

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

soberanas e três funções partilhadas, com o objectivo de prestar serviços de carácter transversal a todas as empresas do Grupo.

As funções são as seguintes:

Funções Soberanas	Funções Partilhadas
Finanças Corporativas	Serviços Financeiros
Legal	Contabilidade, Fiscalidade e Reporting
Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo	Recursos Humanos Administrativos
Recursos Humanos Corporativos	
Auditoria Interna	
Gestão de Risco	
Desenvolvimento de Portfolio	
Sistemas de Informação	

A função de Finanças Corporativas tem a responsabilidade de definir e implementar estratégias e políticas de gestão financeira, garantindo uma visão integrada e transversal das necessidades do Grupo bem como assegurar o relacionamento com os mercados de capitais, de dívida e bancários. É também responsável pela gestão dos riscos financeiros do Grupo e pela elaboração e acompanhamento do plano financeiro do Grupo.

A área Legal presta apoio jurídico em todos os domínios, garantindo a defesa dos interesses do Grupo e promovendo de forma integrada e transversal a estratégia definida pelo Conselho de Administração, sendo responsável pela monitorização da conformidade jurídica, gestão de contencioso, secretariado societário e gestão dos riscos legais do Grupo.

O Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo tem como função apoiar no desenvolvimento estratégico do Grupo e na definição de políticas de informação de gestão e assegurar o reporte de informação consolidada ao nível interno. Esta função integra o Gabinete de Relações com Investidores que tem como principais responsabilidades o reporte de informação para o mercado e assegurar o permanente contacto com investidores institucionais, accionistas e analistas.

Os Recursos Humanos Corporativos têm como responsabilidade a definição e implementação de estratégia e políticas de recursos humanos do Grupo bem como planeamento e gestão de talento e carreiras dos gestores de topo.

O Desenvolvimento de Portfolio, incluindo Fusões & Aquisições, tem como missão apoiar o Conselho de Administração da Sonae Capital em projectos de crescimento orgânico e na gestão dos negócios do Grupo, bem como nos projectos de optimização do *portfolio* incluindo a análise e negociação de oportunidades de investimento e desinvestimento.

A função de Auditoria Interna define e executa as actividades de Auditoria Interna avaliando de forma sistemática e independente as actividades do Grupo com o objectivo de garantir a eficácia dos sistemas e processos de gestão e de controlo interno.

A função de Gestão de Risco apoia o Conselho de Administração na identificação, modelização e acompanhamento dos riscos do Grupo com o objectivo de garantir o seu controlo e mitigação, bem como possibilitar a inclusão da dimensão do risco nas decisões estratégicas e operacionais.

A função de Sistemas de Informação tem como responsabilidade assegurar o alinhamento dos Sistemas de Informação com a estratégia do Grupo, criando valor



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

através da disponibilização de soluções que promovam a eficácia, eficiência e inovação dos processos.

As funções soberanas reportam à Comissão Executiva da Sonae Capital.

Quanto às Funções Partilhadas e no que respeita aos Serviços Financeiros, estes têm como missão a optimização dos fluxos financeiros do Grupo através da gestão eficiente das entidades externas, nomeadamente clientes, fornecedores e bancos. A função é coordenada por um director ao nível do Centro Corporativo.

A Contabilidade, Fiscalidade e Reporting tem como objectivo garantir um modelo de gestão contabilística que garanta a integridade e disponibilidade da informação contabilística, financeira e da situação patrimonial de toda a organização através de um sistema integrado. A função é coordenada por um director ao nível do Centro Corporativo.

Os Recursos Humanos Administrativos asseguram a coordenação das actividades de gestão administrativa de recursos humanos, garantindo o alinhamento com os negócios. A função é coordenada ao nível da função soberana de Recursos Humanos Corporativos.

#### **b) Funcionamento**

##### **22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração**

Os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração encontram-se disponíveis para consulta na página na Internet da Sociedade ([www.sonaecapital.pt](http://www.sonaecapital.pt)) (separador investidores, secção relativa ao Governo da Sociedade, Regulamentos).

##### **23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas**

Os Estatutos da Sociedade estabelecem que o Conselho de Administração deve reunir pelo menos trimestralmente e, além disso, todas as vezes que o Presidente ou dois Administradores o convoquem. Durante o ano de 2015, o Conselho de Administração reuniu 8 vezes e a respectiva assiduidade, pessoal ou por meio de representação, foi a seguinte:

Belmiro Mendes de Azevedo	100% (até 31/03/2015)
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	100%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	100%
Álvaro Carmona e Costa Portela	100%
Ivone Pinho Teixeira	100%
Francisco de La Fuente Sánchez	100%
Paulo José Jubilado Soares de Pinho	100%

A preparação e funcionamento das reuniões são assegurados pelo Secretário do Conselho de Administração que, adicionalmente, se encarrega de manter registo de todas as deliberações nas actas das reuniões e de enviar as agendas das reuniões com as ordens de trabalhos e respectivos documentos de suporte com pelo menos cinco dias de antecedência, sempre com um fim-de-semana de permeio, da data da reunião.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

#### **24. Órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos**

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos accionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos accionistas na Assembleia Geral.

Por outro lado, os membros não executivos, no âmbito da sua função de supervisão, acompanham o desempenho em especial dos administradores executivos.

A Comissão de Nomeação e Remunerações (CNR), integralmente composta por administradores não executivos, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas competências.

#### **25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos**

A avaliação de desempenho dos administradores executivos assenta em critérios pré-determinados, constituídos por indicadores de performance objectivo fixados para cada período e alinhados com a estratégia global do crescimento e do desempenho positivo dos negócios.

Os referidos indicadores são constituídos pelos KPIs (*Key performance indicators*) de negócio, económicos e financeiros, subdivididos em KPIs colectivos, departamentais e pessoais. Os KPIs colectivos de negócio consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sociedade.

Por sua vez, os KPIs departamentais de negócio têm uma natureza semelhante à dos anteriores, e aferem o contributo específico do administrador no desempenho do negócio. Os KPIs pessoais incluem indicadores objectivos e subjectivos e destinam-se a aferir o cumprimento dos deveres e compromissos individualmente assumidos pelo administrador executivo. Informação adicional pode ser consultada nos pontos 71 a 75 infra.

#### **26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do Grupo, e outras actividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício**

A listagem de cargos exercidos pelos administradores da Sociedade e outras actividades relevantes encontra-se no anexo deste Relatório. Cada um dos membros do Conselho de Administração demonstrou, de forma consistente, a sua disponibilidade no exercício das funções, tendo comparecido com regularidade às reuniões do órgão e participado nos respectivos trabalhos.

#### **c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados**

#### **27. Identificação das Comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os Regulamentos de funcionamento**

Para além da Comissão Executiva, o Conselho de Administração criou ainda duas comissões especializadas: a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeação e Remunerações.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

O funcionamento das diversas comissões encontra-se estabelecido no regulamento do Conselho de Administração, disponível para consulta na página na Internet da Sociedade - <http://www.sonaecapital.pt> (separador investidores, secção relativa ao Governo da Sociedade, Regulamentos).

#### 28. Composição da Comissão Executiva<sup>1</sup>

Nome	Cargo
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Presidente da Comissão Executiva
Ivone Pinho Teixeira	CFO

<sup>1</sup> Até 31 de Março de 2015 o Eng. Álvaro Carmona e Costa Portela desempenhou o cargo de Vice-Presidente.

#### 29. Indicação das competências de cada uma das Comissões criadas e síntese das actividades desenvolvidas no exercício dessas competências

##### **Comissão Executiva**

A Comissão Executiva tem competência para deliberar sobre assuntos conexos ou relacionados com a gestão corrente da Sociedade seguindo as linhas de orientação estratégicas definidas pelo Conselho de Administração e ao abrigo dos poderes que lhe foram delegados por este mesmo Conselho.

Nos termos da política estabelecida, os membros da Comissão Executiva, partilham responsabilidades em mais do que um pelouro, sendo a alocação dessas responsabilidades efectuada em função do perfil e da experiência de cada membro.

A Comissão Executiva da Sociedade reúne mensalmente e todas as vezes que o Presidente da Comissão Executiva ou a maioria dos seus membros a convoquem, por escrito, com pelo menos 3 dias de antecedência. Sem prejuízo dos contactos regulares estabelecidos entre os membros da Comissão Executiva nos períodos entre reuniões, durante o ano de 2015, tiveram lugar 17 reuniões.

A Comissão Executiva só pode deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente ou representada. As deliberações serão tomadas por maioria dos votos emitidos pelos membros presentes ou representados e dos que votem por correspondência.

Podem participar nas reuniões da Comissão Executiva colaboradores do Centro Corporativo, a solicitação de um dos Administradores Executivos, para suporte e opinião sobre determinados assuntos.

O funcionamento da Comissão Executiva e outros aspectos logísticos são assegurados pelo Secretário da Comissão (que também secretaria o Conselho de Administração), sendo este ainda responsável pelo registo das deliberações nas actas das reuniões e por providenciar aos membros da Comissão Executiva a ordem de trabalhos e respectivos documentos de suporte das reuniões, com pelo menos três dias úteis de antecedência da data da respectiva reunião. O facto de o Secretário de ambos os órgãos ser o mesmo, assegura o adequado fluxo de informação entre ambos os órgãos, permite a distribuição atempada da informação e minimiza eventuais problemas de interpretação de pedidos de esclarecimento, contribuindo para a maior eficiência e eficácia do processo.

Durante o ano de 2015, a Comissão Executiva enviou para conhecimento as agendas e as actas aprovadas das respectivas reuniões aos Administradores Não Executivos e aos membros do Conselho Fiscal. Os membros da Comissão Executiva prestam em tempo útil e de forma adequada, as informações que lhe sejam solicitadas por outros membros dos órgãos sociais.

## **RELATÓRIO & CONTAS 2015**

### Relatório de Governo Societário

#### **Comissão de Auditoria e Finanças**

A Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC - *Board Audit and Finance Committee*) funciona com base nos termos aprovados pelo Conselho de Administração.

Com referência a 31 de Dezembro de 2015, o BAFC é composto pelos Administradores Não Executivos independentes, Francisco de La Fuente Sánchez (Presidente) e Paulo José Jubilado Soares de Pinho.

O BAFC revê os relatórios, informação financeira e demonstrações financeiras da Sociedade antes da respectiva aprovação pelo Conselho de Administração, emite opinião sobre os relatórios que têm como destinatários os accionistas e os mercados financeiros, sobre a adequabilidade e regularidade da informação prestada pela Comissão Executiva, incluindo os sistemas internos de controlo dos negócios, o cumprimento das melhores práticas de governo societário e acompanha, em nome do Conselho de Administração, as actividades de auditoria e gestão de riscos e avalia os processos e procedimentos de forma a garantir a monitorização do controlo interno e a gestão eficiente dos riscos. O BAFC reúne com o Revisor Oficial de Contas da Sociedade e a equipa de Auditoria Interna.

Em matéria de assunção de riscos e respectivo controlo remete-se para capítulo III do presente relatório.

O BAFC deve reunir pelo menos seis vezes por ano, antes da divulgação anual e intercalar dos resultados, uma vez antes da aprovação do orçamento anual consolidado, uma vez para avaliação da eficácia das políticas e práticas de governo da Sociedade e sempre que seja convocado pelo seu Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Presidente da Comissão Executiva.

O Secretário do BAFC distribui a ordem de trabalhos e respectivos documentos suporte aos membros da Comissão com pelo menos cinco dias de antecedência, com um fim-de-semana de permeio, da data da reunião, para além de assegurar o registo das deliberações tomadas nas actas das reuniões.

#### **Comissão de Nomeação e Remunerações**

A Comissão de Nomeação e Remunerações (BNRC - *Board Nomination and Remunerations Committee*) foi composta até 31 de Março de 2015 pelo Presidente do Conselho de Administração à data, Belmiro Mendes de Azevedo e o Administrador Não Executivo Independente Francisco de La Fuente Sánchez. Para o actual mandato foram designados como membros o actual Presidente do Conselho de Administração, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, o Vice-Presidente Álvaro Carmona e Costa Portela mantendo-se como membro o referido Administrador Francisco de La Fuente Sánchez.

Os seus membros são nomeados para o BNRC por um período de três anos.

O BNRC funciona com base nos termos de referência aprovados pelo Conselho de Administração sendo responsável pela identificação de potenciais candidatos ao cargo de Administrador ou a outros cargos de topo dentro do Grupo Sonae Capital. É também da competência deste órgão a supervisão da preparação das propostas de remuneração e outras compensações em nome do Conselho de Administração, pelos planos de sucessão, pela monitorização da gestão de talentos da Sonae Capital e dos processos de planos de contingência.

O BNRC reporta ao Conselho de Administração, por escrito, sempre que necessário, e trabalha em coordenação com a Comissão de Vencimentos na obtenção de aprovação, da remuneração e outras compensações dos membros do Conselho de Administração e outros órgãos sociais.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

O BNRC pode recorrer aos serviços de entidades externas para apoio no desenvolvimento das suas actividades, que deverão garantir confidencialidade absoluta em relação ao tratamento da informação obtida.

O BNRC reúne ordinariamente uma vez por ano, antes da reunião da Comissão de Vencimentos e sempre que considere necessário.

### III. Fiscalização

#### a) Composição

##### 30. Identificação do órgão de fiscalização

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adoptado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

##### 31. Composição do Conselho Fiscal

De acordo com os Estatutos da Sociedade, o Conselho Fiscal deve ser composto por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três membros e um máximo de cinco, sendo este número fixado pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal terá ainda um ou dois membros suplentes, se for constituído por três ou mais membros, respectivamente.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos para mandatos de três anos conjuntamente com os membros dos restantes órgãos sociais.

O Conselho Fiscal designa o seu Presidente se a Assembleia Geral não o fizer.

Caso o Presidente cesse funções antes do termo do seu mandato, os restantes membros devem escolher entre si quem desempenhe essas funções até ao final do mandato. Os membros suplentes devem substituir os membros efectivos impossibilitados de desempenhar as suas funções ou que a elas tenha renunciado, devendo permanecer como membro efectivo até à próxima Assembleia Geral, que nomeará novos membros para preencher os lugares vagos. No caso em que não existam membros suplentes, a Assembleia Geral deverá nomear novos membros.

##### 32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal considerados independentes

Até 31 de Março de 2015 os membros do Conselho Fiscal em funções, designados para o mandato 2013-2014 eram os seguintes:

Nome	Cargo	Primeira nomeação
Manuel Heleno Sismeiro	Presidente	Abril 2009
Armando Luís Vieira de Magalhães	Vogal	Dezembro 2007
Jorge Manuel Felizes Morgado	Vogal	Dezembro 2007
Carlos Manuel Pereira da Silva	Suplente	Dezembro 2007

Na Assembleia Geral de 31 de Março de 2015 foram designados os seguintes membros para o mandato em curso (triénio 2015-2017) e que se encontram em funções:

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Governo Societário

Nome	Cargo	Primeira nomeação
António Monteiro de Magalhães	Presidente	Março 2015
Manuel Heleno Sismeiro	Vogal	Abril 2009
Carlos Manuel Pereira da Silva	Vogal	Dezembro 2007
Joaquim Jorge Amorim Machado	Suplente	Março 2015

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do número 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais e cumprem com todas as regras de incompatibilidade mencionadas no número 1 do artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais.

Os membros do Conselho Fiscal têm o dever de comunicar imediatamente à Sociedade qualquer ocorrência, no decurso do seu mandato, que origine incompatibilidades ou perda de independência tal como exigido por lei.

O Revisor Oficial de Contas (ROC) será abordado nos pontos 39 a 41 infra.

### 33. Qualificações Profissionais

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal (cessantes e em funções) estão detalhados neste documento, no respectivo anexo.

#### b) Funcionamento

### 34. Local onde pode ser consultado o regulamento de funcionamento

O Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal está disponível para consulta na página na Internet da Sociedade ([www.sonaecapital.pt](http://www.sonaecapital.pt)) (separador investidores, secção relativa ao Governo da Sociedade, Regulamentos).

### 35. Reuniões do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez cada trimestre. Em 2015, realizaram-se 5 reuniões formais deste órgão e a respectiva taxa de assiduidade, pessoal ou por meio de representação, foi a seguinte:

António Monteiro de Magalhães	100%
Manuel Heleno Sismeiro	100%
Carlos Manuel Pereira da Silva	100%
Armando Luís Vieira de Magalhães <sup>1</sup>	100%
Jorge Manuel Felizes Morgado <sup>1</sup>	100%

<sup>1</sup> Até 31 de Março 2015

As deliberações do Conselho Fiscal são aprovadas por maioria simples.

### 36. Disponibilidade de cada um dos membros com descrição de cargos exercidos em outras empresas, dentro e fora do Grupo e demais actividades relevantes exercidas pelos membros do Conselho Fiscal

Cada um dos membros do Conselho Fiscal demonstrou, de forma consistente, a sua disponibilidade no exercício das funções, tendo comparecido com regularidade às reuniões do órgão e participado nos respectivos trabalhos.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

A informação relativa a outros cargos exercidos pelos membros do Conselho Fiscal, suas qualificações e experiência profissional está disponível nos *curricula vitae* incluídos no anexo a este relatório.

#### **c) Competências e funções**

##### **37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do Órgão de Fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo**

É da competência do Conselho Fiscal aprovar a prestação de serviços adicionais de auditoria a prestar pelo Auditor Externo.

O Conselho Fiscal prepara, na primeira reunião de cada exercício, um plano e cronograma de trabalhos para esse ano, no qual fica previsto, entre outros, a coordenação e supervisão dos trabalhos do Auditor Externo, que engloba as seguintes actividades:

- Aprovação do plano anual de actividades do Auditor Externo;
- Acompanhamento dos trabalhos e discussão das conclusões do trabalho de auditoria e revisão às contas anuais / semestrais;
- Fiscalização da independência do Auditor Externo;
- Reunião conjunta com a Comissão de Auditoria e Finanças para revisão dos temas relacionados com Auditoria Interna e Externa;
- Análise das prestações de serviços diversos dos serviços de auditoria em cumprimento da Recomendação CMVM IV.2.

Na apreciação dos critérios que suportam a contratação de trabalhos adicionais ao Auditor Externo, o Conselho Fiscal verifica a presença das seguintes salvaguardas:

- que a contratação de serviços adicionais não afecte a independência do Auditor Externo;
- que os eventuais serviços de consultoria fiscal e os outros serviços sejam prestados com elevada qualidade, autonomia e independência relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria;
- que se encontrem reunidos os necessários factores de garantia de independência e isenção.

##### **38. Outras funções do Órgão de Fiscalização**

Além das competências descritas no ponto anterior, ao Conselho Fiscal compete, entre outras:

- Fiscalizar a administração da Sociedade;
- Vigiar pela observância da lei, do contrato de Sociedade e das políticas internamente adoptadas;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários;

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar, anualmente, relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório e contas e propostas apresentados pela Administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respectiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes;
- Fiscalizar a independência do auditor interno, nomeadamente no que respeita às limitações à sua independência organizacional e à verificação da existência de recursos na actividade de auditoria interna;
- Receber as comunicações de irregularidades, apresentadas por accionistas, colaboradores da Sociedade ou outros;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, ao Revisor Oficial de Contas as condições adequadas ao exercício da sua função, ser um interlocutor da sociedade, bem como ser destinatário dos respectivos relatórios;
- Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.

Para o desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal obtém do Conselho de Administração, nomeadamente através da Comissão de Auditoria e Finanças, as informações necessárias ao exercício da sua actividade, designadamente à evolução operacional e financeira da empresa, às alterações de composição do seu *portfolio*, condições das transacções realizadas, conteúdo das deliberações tomadas:

- Estabelece, na primeira reunião de cada exercício, o seu plano de actividade anual;
- Obtém da Administração, nomeadamente através da Comissão de Auditoria e Finanças, as informações necessárias ao exercício da sua actividade, designadamente à evolução operacional e financeira da empresa, às alterações de composição do seu portfólio, termos das operações realizadas, conteúdo das deliberações tomadas;
- Aprova e acompanha, ao longo do exercício, os planos de actividade das auditorias interna e externa e transmite ao Conselho de Administração as suas recomendações;
- Acompanha o sistema interno de gestão de risco elaborando anualmente um relatório de apreciação e recomendações dirigido à Administração;
- Recebe do Conselho de Administração, com uma antecedência mínima de dois dias sobre a data da sua reunião, os documentos de prestação de contas consolidadas e individuais e os respectivos relatórios, analisando, designadamente, as principais variações, as transacções relevantes e os correspondentes procedimentos contabilísticos, e do Revisor Oficial de Contas a sua certificação sobre os documentos de prestação de contas, e emite as suas apreciações e deliberações;



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

- Regista por escrito as comunicações de irregularidades que lhe forem endereçadas, promovendo, conforme for adequado, as necessárias diligências junto da Administração, da auditoria interna e/ou externa e sobre as mesmas elabora o seu relatório;
- Presta conhecimento à Administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenha efectuado e do resultado das mesmas;
- Assiste às Assembleias Gerais;
- Desenvolve os demais deveres de vigilância que lhe são impostos por lei.

No suporte à actividade do Conselho Fiscal, a Sociedade coloca à disposição os meios humanos e técnicos necessários para a organização das reuniões, preparação de agendas, actas e documentação suporte e a distribuição atempada dos mesmos. Adicionalmente, nessas reuniões estão presentes os interlocutores internos, considerados relevantes para os temas em discussão, para exposição e esclarecimento das questões levantadas pelo Conselho Fiscal. Os pontos da ordem de trabalhos dessas reuniões dedicados aos temas relacionados com a Auditoria Externa desenrolam-se, por opção do Conselho Fiscal, sem a presença de colaboradores da Sociedade.

O Conselho Fiscal representa a Sociedade junto do Auditor Externo e propõe à Assembleia Geral a sua nomeação, bem como a sua destituição, procedendo igualmente à avaliação da actividade por aquele desempenhada, zelando para que lhe sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos seus serviços, sendo o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.

O Conselho Fiscal elabora anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora relativo ao exercício, incluindo uma avaliação anual sobre o Revisor Oficial de Contas, e emite parecer sobre o relatório de gestão, demonstrações financeiras consolidadas e individuais e relatório sobre o governo da Sociedade apresentados pelo Conselho de Administração, de forma a serem respeitados os prazos legais de divulgação à data estabelecida para a realização da Assembleia Geral anual. O relatório anual sobre a sua acção fiscalizadora está incluído nos relatórios e contas disponibilizados na página na Internet da Sociedade ([www.sonaecapital.pt](http://www.sonaecapital.pt)).

O Revisor Oficial de Contas é o órgão de fiscalização responsável pela certificação legal da informação financeira da Sociedade, tendo como competências fundamentais:

- Verificar a regularidade de todos os livros, registos contabilísticos e documentos de suporte;
- Sempre que julgar conveniente e através de meios que considere adequados, verificar a extensão de numerário e valores de qualquer tipo de activos ou títulos pertencentes à Sociedade ou por esta recebidos como garantia, depósito ou com outro propósito;
- Verificar a exactidão das demonstrações financeiras e exprimir a sua opinião sobre as mesmas na Certificação Legal de Contas e no Relatório de Auditoria;
- Verificar que as políticas contabilísticas e os critérios de valorização adoptados pela Sociedade resultam na correta valorização dos activos e dos resultados;
- Realizar quaisquer exames e testes necessários para a auditoria e certificação legal das contas e realizar todos os procedimentos estipulados pela lei;
- Verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações e a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno reportando quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal, nos termos, no âmbito e dentro dos limites das suas competências legais e procedimentais;
- Atestar que o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245-A do Código de Valores Mobiliários.

## **IV. Revisor Oficial de Contas**

### **39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa**

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade para o triénio 2015-2017 é PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, representada por Hermínio António Paulos Afonso ou por António Joaquim Brochado Correia.

No ano de 2015 o representante do Revisor Oficial de Contas da Sociedade foi Hermínio António Paulos Afonso.

### **40. Permanência de Funções**

O Revisor Oficial de Contas está no seu terceiro mandato, que ao contrário dos dois anteriores com a duração de dois anos cada, terá a duração de 3 anos, tendo sido reeleito para o presente mandato, sob proposta do Conselho Fiscal, na Assembleia Geral de 31 de Março de 2015. A Sociedade tem como revisor de contas em quase todas as sociedades participadas o mesmo revisor desde 2011.

### **41. Outros serviços prestados à Sociedade**

O Revisor Oficial de Contas presta adicionalmente, à Sociedade, serviços de Auditoria Externa conforme descrito nos pontos infra.

## **V. Auditor Externo**

### **42. Identificação**

O Auditor Externo da Sociedade, designado para os termos do Artº 8º do Código de Valores Mobiliários, é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, registada sob o nº 9077 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, representada pelo revisor oficial de contas Hermínio António Paulos Afonso ou por António Joaquim Brochado Correia.

No ano de 2015 o representante do Revisor Oficial de Contas da Sociedade foi Hermínio António Paulos Afonso.

### **43. Permanência de Funções**

O Auditor Externo foi eleito em Assembleia Geral de Accionistas sob proposta do Conselho Fiscal, pela primeira vez em 2011, para o biénio 2011-2012 e está no seu terceiro mandato. O sócio que o representa exerce funções junto da Sociedade desde essa mesma data.

### **44. Política e periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respectivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa**

O Auditor Externo e o sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções encontram-se no terceiro mandato, cumprindo a Sociedade, portanto, as recomendações actualmente em vigor. A periodicidade de rotação do Auditor Externo e do sócio Revisor Oficial de Contas que o representa serão apreciadas em função das melhores práticas em matéria de governo corporativo, sempre que pertinente.

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Governo Societário

### 45. Avaliação do Auditor Externo

De acordo com o modelo de governo da Sociedade, a eleição ou a destituição do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo é deliberada em Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho Fiscal.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal supervisiona a actuação do Auditor Externo e a execução dos trabalhos ao longo de cada exercício, pondera e aprova os trabalhos adicionais por aquele a prestar e procede, anualmente, a uma avaliação global do Auditor Externo, na qual inclui uma apreciação sobre a sua independência.

### 46. Trabalhos Adicionais

Os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços (essencialmente na área de consultoria de gestão) foram prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, de forma a assegurar a independência do Auditor Externo. A Comissão de Auditoria e Finanças e o Conselho Fiscal analisaram o âmbito dos outros serviços e aprovaram os mesmos, considerando que estes não punham em causa a independência dos Auditores.

Os serviços prestados pelo Auditor Externo, diversos dos serviços de auditoria, foram aprovados pelo Conselho Fiscal dentro dos princípios recomendados. A percentagem dos referidos serviços no total dos serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers& Associados, SROC (PwC) à Sociedade ascende a 23,1%. Face aos montantes em causa, dentro dos limites recomendados, e ao facto dos serviços serem prestados por uma equipa totalmente diferente da entidade que presta serviços de auditoria, encontra-se assegurada a independência e imparcialidade do auditor.

No âmbito da sua actuação, o Auditor Externo verificou a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, assim como a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno, não tendo sido identificadas deficiências materiais que devessem ser reportadas ao Conselho Fiscal da Sociedade.

### 47. Remuneração anual

Durante o ano de 2015, a remuneração total paga ao Auditor Externo da Sociedade foi de 246.709 euros, correspondendo aos seguintes serviços:

Serviços	Total 2015	%	Sonae Capital SGPS	%	outras entidades do Grupo	%
<b>Auditoria e Revisão Legal de Contas <sup>1</sup></b>	<b>189.635</b>	<b>76,9</b>	<b>35.707</b>	<b>95,5</b>	<b>153.928</b>	<b>73,5</b>
<b>Consultoria Fiscal <sup>2</sup></b>	<b>1.700</b>	<b>0,7</b>	<b>1.700</b>	<b>4,5</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>
<b>Outros Serviços <sup>2</sup></b>	<b>55.374</b>	<b>22,4</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>55.374</b>	<b>26,5</b>
<b>Total</b>	<b>246.709</b>	<b>100</b>	<b>37.407</b>	<b>100</b>	<b>209.302</b>	<b>100</b>

Valores em Euros

<sup>1</sup> Fees acordados para o ano

<sup>2</sup> Montantes facturados

## **C. ORGANIZAÇÃO INTERNA**

### **I. Estatutos**

#### **48. Regras aplicáveis às alterações estatutárias**

As alterações dos Estatutos seguem os termos do Código das Sociedades Comerciais, exigindo a maioria de dois terços dos votos emitidos para aprovação dessa deliberação.

Para o funcionamento da Assembleia Geral, em primeira convocatória, os Estatutos requerem que um mínimo de 50% do capital emitido esteja presente ou representado na Assembleia Geral.

### **II. Comunicação de Irregularidades**

#### **49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades**

Irregularidades definem-se, no âmbito da Política e Procedimentos para a Comunicação de Irregularidades na Sociedade, como factos que violem ou prejudiquem gravemente:

- O cumprimento de princípios legais, regulamentares e deontológicos pelos membros dos órgãos sociais e colaboradores da Sonae Capital ou de sociedades por esta dominada, no exercício dos seus cargos profissionais;
- O património da Sociedade e das sociedades por esta dominada, bem como o património dos clientes, accionistas, fornecedores e parceiros comerciais da Sociedade ou de qualquer sociedade por esta dominada;
- As boas práticas de gestão e a imagem ou reputação da Sociedade ou qualquer sociedade por esta dominada.

Os traços fundamentais da política de comunicação de irregularidades actualmente em vigor na Sociedade são:

- Instituição de procedimentos para a comunicação de irregularidades, nomeadamente a disponibilização de uma *mailbox* com acesso exclusivo pelo Presidente do Conselho Fiscal, a par da recepção via postal, que garantam a todos os colaboradores, accionistas ou *stakeholders* que as participações, comunicações ou denúncias de irregularidades chegam de forma inviolável ao destinatário. Pese embora exista a necessidade da identificação explícita e inequívoca do denunciante, a sua identidade deverá ser mantida confidencial e apenas do conhecimento do Presidente do Conselho Fiscal, sempre que assim seja solicitado na participação ou denúncia.
- Após comunicação ou tomada de conhecimento de uma potencial situação de irregularidade assegurar um processo de averiguação rigoroso e imparcial, através do acesso do Conselho Fiscal a toda a documentação relevante que deva ser disponibilizada pela Sociedade para o processo de investigação de irregularidades e prevenir o acesso ao processo de averiguação de toda e qualquer pessoa que, ainda que indirectamente, possa ter conflito de interesses com o desfecho do processo de averiguação.
- O tratamento de irregularidades, nomeadamente o tratamento célere e eficaz das referidas comunicações, a implementação de medidas correctivas, quando necessárias, e informação ao denunciante do desfecho do processo.
- A comunicação pelo Conselho Fiscal aos órgãos sociais da Sociedade ou de sociedades por aquela dominada, sempre que necessário, de proposta tendente

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

à adopção das medidas consideradas necessárias para suprir as irregularidades investigadas.

- Impedir a existência de represálias que potencialmente decorram da denúncia efectuada, desde que fique comprovada a inexistência de má-fé ou participação em qualquer irregularidade por parte do denunciante.

De acordo com as melhores práticas de governo societário a Política de Comunicação de Irregularidades da Sociedade, da qual as principais características estão supra descritas, está disponível para consulta na página na Internet da Sociedade ([www.sonaecapital.pt](http://www.sonaecapital.pt)) e abrange todo o perímetro do Grupo Sonae Capital.

Durante 2015, o Conselho Fiscal não recebeu, através dos meios definidos para o efeito, quaisquer comunicações versando sobre matérias sob a alçada desta política.

### III. Controlo Interno e Gestão de Riscos

#### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A Gestão de Risco é uma das componentes centrais da cultura do Grupo Sonae Capital e um pilar do Governo da Sociedade, estando presente em todos os processos de gestão, sendo uma responsabilidade de todos os colaboradores do Grupo, nos diferentes níveis da organização.

A Sonae Capital atribui primordial importância à implementação de princípios de controlo interno e de gestão de risco adequados às actividades desenvolvidas pelo Grupo. A visibilidade face ao mercado, a exposição e diversificação dos riscos dos negócios e a crescente velocidade de transmissão da informação, tornam fundamental a adopção destes princípios numa lógica de criação de valor e de afirmação ética e de responsabilidade social.

A Gestão de Risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor accionista, através (i) da gestão e controlo das oportunidades e ameaças que podem afectar os objectivos do portfólio e das empresas da Sonae Capital, (ii) da prevenção da ocorrência de erros e irregularidades e da minimização das suas consequências e (iii) da maximização do desempenho da organização e da fiabilidade da sua informação, numa perspectiva de continuidade dos negócios. Destaca-se como uma das componentes do desenvolvimento sustentável das empresas, uma vez que, materializada em planos e sistemas coordenados de gestão e controlo, contribui para um desenvolvimento continuado dos negócios através de um maior conhecimento das incertezas e ameaças e de uma gestão e controlo mais efectiva dos riscos que podem afectar as organizações.

A Gestão de Risco encontra-se inerente a todos os processos de gestão e é assumida como uma responsabilidade de todos os gestores e colaboradores do Grupo. Estes constituem um elemento fundamental de uma conservadora cultura de gestão de risco que se pretende transversal a todas as actividades e níveis hierárquicos da empresa.

A função de Gestão de Risco tem por missão apoiar as empresas a atingirem os seus objectivos de negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades, promovendo e apoiando a integração da Gestão de Risco no processo de planeamento e controlo de gestão das respectivas empresas.

A função de Auditoria Interna tem por missão identificar e avaliar a eficácia e eficiência da gestão e do controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, reportando funcionalmente ao Conselho Fiscal.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

De salientar que os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela actividade de Auditoria Externa.

#### **51. Explicitação, ainda que por inclusão de organigrama, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da Sociedade**

##### **Órgãos E Comissões Responsáveis Pela Gestão De Risco E Controlo Interno:**

- Conselho de Administração
- Comissão Executiva
- Comissão de Auditoria e Finanças
- Auditoria Externa
- Auditoria Interna
- Gestão de Risco
- Centro Corporativo

O Conselho de Administração é o responsável máximo pelo processo de Gestão de Risco. Compete ao Conselho de Administração a definição e aprovação das políticas de gestão de risco do Grupo.

Compete à Comissão Executiva, a avaliação permanente dos riscos do Grupo, a aprovação das medidas/planos de acção, modelos e mecanismos de avaliação, controlo e mitigação desses riscos.

A Comissão de Auditoria e Finanças informa o Conselho de Administração sobre a adequação da informação interna fornecida pela Comissão Executiva e dos sistemas e princípios de controlo interno e quanto ao cumprimento das melhores práticas em termos de Governo da Sociedade (*Corporate Governance*).

Adicionalmente, a Comissão de Auditoria e Finanças apoia o Conselho Fiscal na nomeação do Auditor Externo bem como na definição do âmbito e da remuneração do seu trabalho e reporta ao Conselho de Administração sobre a qualidade e independência do Auditor Interno e deverá ser consultada pela gestão relativamente à nomeação do responsável pela Auditoria Interna.

A Auditoria Externa avalia e reporta os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira, validando desta forma o sistema de controlo interno estabelecido para este efeito pela Sonae Capital.

A Auditoria Interna, actuando como órgão independente de aconselhamento interno, identifica e avalia a eficácia e eficiência da gestão e controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, bem como dos riscos de não conformidade com a legislação, contratos, políticas e procedimentos das empresas. A sua actividade é reportada e acompanhada em sede da Comissão de Auditoria e Finanças, sendo também reportada ao Conselho Fiscal.

No que respeita à inter-relação entre os dois órgãos de Auditoria, a Comissão de Auditoria e Finanças revê o âmbito do trabalho de Auditoria Interna e a sua relação com o âmbito do trabalho do Auditor Externo e analisa com o Auditor Externo e com o responsável pela Auditoria Interna os seus relatórios sobre a revisão da informação financeira anual e intercalar e sobre a revisão do controlo interno reportando as suas conclusões ao Conselho de Administração. Estes relatórios são emitidos para o Conselho Fiscal e para a Comissão de Auditoria e Finanças em simultâneo.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

Por sua vez, a Gestão de Risco, promove a execução dos procedimentos e a divulgação interna das melhores práticas, sendo responsável por coordenar todo o processo de gestão do risco do Grupo Sonae Capital, colaborando com os gestores de risco de cada unidade de negócio nas actividades decorrentes do processo de gestão do risco e garantindo continuamente a eficiência e eficácia do processo.

#### **52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos**

A Gestão de Risco, integrada no Centro Corporativo, reporta à Comissão Executiva, e promove, coordena, facilita e apoia o desenvolvimento dos processos de Gestão de Risco, promovendo a inclusão da dimensão do risco nas decisões estratégicas e operacionais. Esta função e a função de Auditoria Interna são coordenadas por directores, ao nível do Centro Corporativo da Sonae Capital sendo as suas actividades reportadas e acompanhadas em sede da Comissão de Auditoria e Finanças do seu Conselho de Administração.

À semelhança do que ocorre com as funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco, a função de gestão de riscos financeiros e jurídicos são também coordenadas por dois directores, ao nível do Centro Corporativo da Sonae Capital e as suas actividades são reportadas e acompanhadas em sede da Comissão de Auditoria e Finanças, sendo também reportada ao Conselho Fiscal.

Ao nível de cada segmento de negócio existem *Pivots* de Gestão de Risco, coordenados pela função de Gestão de Risco do Grupo, que trabalham junto dos *owners* de cada risco no sentido de garantir a implementação dos planos de acção determinados, e a actualização permanente na matriz de riscos de cada segmento.

#### **53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da actividade**

##### **53.1 Riscos Transversais**

**Riscos Conjunturais:** A actividade desenvolvida pelo Grupo Sonae Capital está condicionada pela conjuntura macroeconómica e pelos perfis dos segmentos de negócio onde actua. Tendo em conta que grande parte da actividade das suas participadas é actualmente desenvolvida em Portugal, a Sonae Capital está exposta à situação da economia portuguesa, a qual, por sua vez, é muito condicionada pela evolução da situação da Zona do Euro.

Em Maio de 2011, Portugal formalizou um memorando de acordo com a Troika relativamente ao Programa de Estabilização Económica e Financeira, o qual contemplou a disponibilização de financiamento a Portugal, no valor de 78 mil milhões de euros, desembolsados ao longo de um período de cerca de três anos e sujeito à implementação de um conjunto de medidas de natureza orçamental e estrutural. Com o fim do Programa de Estabilização em Maio de 2014, e apesar dos ajustamentos implementados, persistem algumas dúvidas quanto à evolução da economia portuguesa. Em particular e sem prejuízo do referido, nos últimos anos, embora com variações trimestrais positivas, registou-se uma contracção do PIB em Portugal, influenciada, nomeadamente, pelas políticas orçamentais restritivas, cortes nas despesas públicas e no sector privado.

Face ao exposto, a actividade, os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira, as perspectivas futuras da Sonae Capital ou a sua capacidade para atingir os

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

seus objectivos podem ser potencialmente afectados negativamente por uma evolução negativa da situação económica em Portugal ou na Zona Euro.

O Grupo Sonae Capital tem em curso várias iniciativas com o objectivo de mitigar este risco, quer através da internacionalização dos negócios, quer através de um controlo rígido de custos, ou apresentando soluções inovadoras e diferenciadoras de acordo com o perfil dos mercados onde actua.

**Riscos Financeiros:** A Sonae Capital está exposta a um conjunto diversificado de riscos de natureza financeira, nomeadamente riscos de taxa de juro, cambial (riscos de transacção e translação), liquidez e a flutuações nos mercados de capitais e dívida, de crédito (especialmente relevante em cenários de recessão económica) e exposição a preços de matérias-primas.

A política de gestão de riscos financeiros da Sonae Capital visa minimizar os efeitos adversos potenciais decorrentes da volatilidade dos mercados financeiros e, com esse fim em vista, um conjunto coerente de sistemas e processos estão implementados na Sonae Capital permitindo a atempada identificação, monitorização e gestão por parte da função de Finanças Corporativas.

A situação actual dos mercados financeiros tem levado a que o risco de liquidez, risco de crédito e as flutuações nos mercados de capitais e de dívida assumam lugar de destaque nas prioridades das empresas pelo impacto potencial na continuidade e no desenvolvimento dos negócios. De facto, o desenvolvimento dos negócios de algumas filiais da Sonae Capital poderá prever o reforço do investimento da Sonae Capital nessas filiais, ou a Sonae Capital poderá vir a pretender expandir os seus negócios, através de crescimento orgânico ou de eventuais aquisições e a continuidade dos negócios exige a manutenção de reservas de liquidez apropriadas para fazer face à actividade das sociedades. O reforço do investimento e a manutenção de reservas de liquidez poderá ser efectuado por recurso a capitais próprios ou alheios. A Sonae Capital não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos nas condições pretendidas, o que pode provocar alterações ou diferimentos nos objectivos ou planos operacionais de desenvolvimento dos negócios, condicionando o sucesso dos objectivos estratégicos delineados.

Neste contexto, os sistemas e processos de gestão de riscos financeiros acima referidos, centralizados no centro corporativo da Sociedade, estão estabelecidos de forma a mitigar esses riscos assegurando a gestão de liquidez através:

- (i) do planeamento financeiro de curto, médio e longo prazo baseados em modelos previsionais de *cash flow*;
- (ii) instrumentos de controlo de tesouraria e fundo de maneo;
- (iii) rigorosa gestão de crédito a clientes, e acompanhamento da evolução do risco;
- (iv) diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- (v) ajustamento do perfil de maturidade da dívida ao perfil de geração de *cash flow* e planos de investimento;
- (vi) manutenção de um nível adequado de liquidez através da contratação com bancos de relacionamento de linhas de apoio a tesouraria.

A Sonae Capital não contrata derivados ou outros instrumentos financeiros, com excepção dos estritamente relacionados com a cobertura dos riscos decorrentes das suas actividades operacionais e respectivo financiamento. A política de Gestão de Risco da Sociedade e do Grupo impede a utilização de instrumentos financeiros derivados para fins diversos da estrita cobertura desses riscos.



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

**Riscos Jurídicos:** A Sonae Capital e as suas participadas estão sujeitas a extensa regulamentação, frequentemente complexa, em resultado das actividades desenvolvidas e o seu cumprimento apresenta investimento em termos de tempo e de outros recursos, dispondo, para o efeito de aconselhamento legal e fiscal. De facto, a Sonae Capital e os seus negócios dispõem de uma função legal e fiscal permanentemente dedicada à respectiva actividade, a qual funciona em articulação com as demais funções soberanas e de negócio, de forma a assegurar, preventivamente, a protecção dos interesses da Sonae Capital no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais bem como a aplicação das boas práticas.

A assessoria legal e fiscal é igualmente apoiada, a nível nacional e internacional, por profissionais externos, seleccionados de entre firmas de reconhecida reputação e de acordo com elevados critérios de competência, ética e experiência. Todavia, a Sonae Capital e as suas participadas podem vir a ser afectadas por alterações legais e fiscais em Portugal, na União Europeia e em outros países onde desenvolve as suas actividades. A Sonae Capital não controla essas alterações, ou alterações de interpretação das leis por parte de qualquer autoridade. Eventuais alterações na legislação em Portugal, na União Europeia ou nos países onde a Sonae Capital desenvolve as suas actividades, poderão condicionar a condução nos negócios da Sonae Capital ou das suas participadas e, conseqüentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objectivos estratégicos.

**Riscos de Sistemas de Informação:** Os sistemas de informação da Sonae Capital caracterizam-se por serem abrangentes, multifacetados e distribuídos. Do ponto de vista da segurança da informação têm sido desenvolvidas várias acções de mitigação do risco de comprometimento da confidencialidade, disponibilidade e da integridade dos dados de negócio, nomeadamente a realização de *backups off-site*, implementação de sistemas de alta-disponibilidade, redundância da infra-estrutura de rede, verificação e controlo de qualidade dos fluxos entre aplicações, gestão de acessos e perfis e reforço dos mecanismos de protecção do perímetro da rede de dados. De forma recorrente, a função de Auditoria Interna realiza auditorias nos vários domínios: aplicações, servidores e redes, com o objectivo de identificar e corrigir potenciais vulnerabilidades que possam ter um impacto negativo no negócio assim como assegurar a protecção da confidencialidade, disponibilidade e integridade da informação.

**Riscos de Pessoas:** A capacidade da Sonae Capital para implementar com sucesso as estratégias delineadas depende da capacidade em recrutar e manter os colaboradores mais qualificados e competentes para cada função. Apesar da política de recursos humanos da Sonae Capital estar orientada para atingir estes objectivos, não é possível garantir que no futuro não existam limitações nesta área.

**Riscos Seguráveis:** No que respeita à transferência dos riscos seguráveis (técnicos e operacionais), as empresas do Grupo procedem à contratação de coberturas prossequindo um objectivo de racionalização pela correcta adequação da estrutura financeira aos valores dos capitais em risco, tendo por base as permanentes mudanças nos negócios abrangidos. Noutra dimensão, esta arquitectura foi melhorada pela optimização do programa de seguros ao nível das coberturas e retenções, coerentes com cada negócio, assegurando, internamente, uma efectiva gestão de seguros.

### **53.2 Riscos da Sociedade**

A Sonae Capital, enquanto Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS), desenvolve directa e indirectamente actividades de gestão sobre as suas participadas, pelo que o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash flows* gerados pelas suas participadas. A Sonae Capital depende, assim, da distribuição de dividendos por parte das sociedades suas participadas, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash flows* gerados por essas sociedades. A capacidade das sociedades participadas disponibilizarem / repagarem fundos à Sonae Capital dependerá, em parte, da sua capacidade de gerarem *cash flows* positivos no âmbito das suas actividades operacionais, bem como do enquadramento estatutário, legal e fiscal aplicável à distribuição de dividendos e outras formas de entrega / devolução de fundos aos seus accionistas.

### **53.3 Riscos das Filiais**

O *portfolio* da Sonae Capital integra um conjunto de negócios diversificado, pelo que alguns dos principais riscos aos quais as suas filiais estão expostas poderão ser sectoriais. Os principais riscos estão identificados infra.

#### **53.3.1 RESORTS**

a. As actividades desenvolvidas pelos **Resorts** estão sujeitas aos ciclos económicos e dependem do crescimento da actividade turística e imobiliária em Portugal. Assim, as operações turísticas deste negócio dependem da procura turística, a qual se encontra associada à evolução da economia, quer nacional quer internacional. Eventuais evoluções negativas da economia em Portugal ou nos principais países emissores de turistas para o mercado Português poderão ter um impacto negativo no desempenho da sua actividade, devido a uma redução no número de turistas.

b. O sucesso da comercialização de **empreendimentos turísticos** depende da conjuntura do sector imobiliário em Portugal e nos principais países de origem dos investidores estrangeiros, à data da colocação no mercado (na medida em que uma parte significativa da oferta turística é promovida no mercado externo), bem como da estabilidade dos incentivos governamentais ao investimento directo estrangeiro. As novas regras para atribuição de vistos de residência a estrangeiros que queiram investir em Portugal, ao abrigo das Autorizações de Residência para Investimento (ARI), também conhecidas como vistos 'gold', provocou um abrandamento da dinâmica deste segmento de mercado. Assim, um enquadramento menos favorável do que o esperado poderá impactar o negócio, nomeadamente, quanto aos preços de venda e prazos de colocação.

c. A actividade desenvolvida pelos Resorts, enquanto operador do **sector turístico** está sujeita à fiscalização da Direcção Geral do Turismo e ao cumprimento da legislação específica sobre esta matéria. Um enquadramento diferente do esperado poderá pôr em causa as actuais expectativas sobre o negócio, nomeadamente, quanto aos preços de venda e prazos de colocação, com impacto potencialmente negativo sobre a situação financeira deste negócio.

d. As actividades desenvolvidas pela **Atlantic Ferries** e pela **Marina de Tróia** estão sujeitas aos termos e prazos referidos nos contratos de concessão celebrados: (i) a Atlantic Ferries celebrou com a APSS (Associação dos Portos de Setúbal e Sesimbra), em 2005, o contrato de concessão do serviço público de transporte fluvial de passageiros, veículos ligeiros e pesados e de mercadorias entre Setúbal e a Península de Tróia. A concessão tem um prazo de 15 anos prorrogável por períodos sucessivos de 5 anos, se ambas as partes acordarem nesse sentido; (ii) a Marina de Tróia celebrou, também com a APSS, em 2001, o contrato de concessão da exploração da Marina de

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

Tróia, por um prazo de 50 anos. Qualquer eventual incumprimento das obrigações contratuais poderá implicar riscos significativos para a actividade e impacto nos resultados destas empresas.

e. Na Península de Tróia, a actividade de promoção imobiliária turística poderá ser afectada pela eventual concorrência de outros empreendimentos, em especial do litoral Alentejano, Algarve e Sul de Espanha. Contudo, a Sonae Capital considera que o projecto do **troia**resort está a ser desenvolvido numa área onde a biodiversidade e o património existentes são considerados factores de diferenciação do projecto, podendo ser capitalizado em novos serviços e produtos turísticos com impacto positivo no seu desenvolvimento.

f. Este negócio poderá ainda estar sujeito a sazonalidade, pelo que condições climatéricas anormalmente adversas, durante esses períodos, poderão afectar negativamente o nível de actividade e os resultados operacionais.

#### 53.3.2 HOTELARIA

a. A actividade deste negócio depende da procura turística, a qual se encontra associada à evolução da economia, quer nacional quer internacional. Eventuais evoluções negativas da economia em Portugal ou nos principais países emissores de turistas para o mercado Português, poderão ter um impacto negativo no desempenho da sua actividade devido a uma redução no número de turistas.

b. Esta actividade está também sujeita a oscilações de procura relacionadas com eventuais desastres naturais, bem como com factores de ordem social ou política que possam ter impacto no fluxo de turistas, e consequentemente, nas taxas de ocupação.

c. A actividade hoteleira está sujeita à fiscalização da Direcção Geral do Turismo e ao cumprimento da legislação específica sobre esta matéria.

d. A actividade hoteleira poderá depender da intensidade concorrencial – regional e global – do destino turístico em que se encontra. Fruto do crescimento da procura, da massificação do transporte aéreo e do aparecimento de novos destinos, a competição entre destinos turísticos é cada vez mais agressiva. No entanto, além da localização, a Sonae Capital considera que o grau de notoriedade da marca e a qualidade dos seus empreendimentos, nomeadamente no que respeita às actividades complementares oferecidas (restauração, golfe, SPA e outras actividades de lazer), constituem vantagens competitivas importantes neste sector.

e. A possibilidade de existirem riscos de saúde pública, no desenvolvimento da actividade de restauração que ponham em causa a saúde dos clientes nas respectivas instalações, poderá implicar que as sociedades que integram este segmento sejam responsabilizadas neste domínio, o que pode ter um efeito adverso sobre os resultados, situação financeira e reputação das mesmas. Através de um sistema de controlo da qualidade e segurança alimentar dos processos e produtos, o negócio procura mitigar os eventuais riscos para o negócio da restauração e outros, decorrentes de situações que possam significar riscos para a saúde pública. A este respeito salienta-se a implementação e consolidação de um programa de auditorias de segurança alimentar às cozinhas e postos de venda incluídos nas unidades hoteleiras, bem como a todos os postos de restauração explorados com destaque para o levantamento e reporte das principais conclusões à empresa e orientação para a tomada de acções correctivas. Este programa de auditorias tem como objectivo verificar de forma sistemática o cumprimento das normas legais e das regras internas de segurança alimentar. A actividade hoteleira utiliza ferramentas como o HACCP (*Hazard Analysis and Critical Control Points*) definido no “Codex Alimentarius” – Anexo a CAC/RCP 1-1969, Rev. 4 (2003), cumprindo com os requisitos nele especificados, assim como com a legislação em vigor, designadamente com o Regulamento (CE) n.º

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de Abril de 2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios.

#### 53.3.3 FITNESS

No sector do lazer, nomeadamente no segmento de **Fitness**, onde o Grupo Sonae Capital actua através da sociedade Solinca Health & Fitness (*health clubs*), os riscos mais relevantes são os seguintes:

a. A actividade de lazer (*health clubs*) poderá ser afectada pela evolução da economia, nomeadamente, pela diminuição do grau de confiança dos consumidores e consequente impacto no rendimento disponível das famílias.

b. A entrada de novos concorrentes, oportunidades de consolidação no mercado, reposicionamento dos actuais concorrentes ou as acções que eles possam levar a cabo para conquistar novos mercados ou aumentar a quota de mercado (guerras de preços, actividade promocional, introdução de novos conceitos, inovações) poderá colocar em causa a quota de mercado pretendida e a estratégia do negócio. A resposta a uma concorrência acrescida poderá obrigar à diminuição dos preços praticados ou à aplicação de descontos promocionais, o que poderá ter impacto nos resultados da sociedade.

De forma a minimizar este risco, a Solinca Health & Fitness efectua constante *benchmarking* das acções da sua concorrência e investe em novos formatos e produtos/serviços, ou na melhoria dos existentes, de forma a oferecer aos seus clientes uma proposta sempre inovadora.

c. A disponibilização de serviços, equipamentos e infra-estruturas que não estejam em conformidade com os níveis de qualidade e alteração das necessidades exigidas pelos clientes poderá expor a empresa a reclamações, dificultar a captação e fidelização de clientes bem como impactar negativamente na sua imagem e reputação.

Os consumidores alteram frequentemente as suas preferências e expectativas, o que exige uma contínua adaptação e optimização da oferta e dos conceitos de negócio. A dificuldade ou incapacidade em antecipar, compreender e/ou satisfazer as variações frequentes das necessidades e expectativas dos clientes, pode reflectir-se em dificuldades na sua fidelização no médio prazo.

Para antecipar tendências de mercado e do consumidor, a Solinca Health & Fitness analisa regularmente informação relativa ao comportamento, satisfação e lealdade dos seus clientes através da realização de inquéritos mensais (*Net Promoter Score*). A introdução de novos conceitos, novos produtos e/ou serviços é sempre testada em pilotos antes de ser generalizada a todos os clubes. Adicionalmente, a Solinca Health & Fitness aloca parte significativa do seu orçamento anual à renovação de equipamentos e instalações por forma a garantir a atractividade e a acompanhar os desafios impostos pelo mercado.

d. A Solinca Health & Fitness poderá ser responsabilizada na eventualidade de ocorrerem acidentes ou situações imprevistas por actividade física desadequada que afectem a vida, saúde ou integridade física das pessoas, o que poderá implicar um efeito adverso nos seus resultados e na sua reputação.

A Solinca Health & Fitness tem em curso várias iniciativas com o objectivo de mitigar este risco, nomeadamente, a obrigatoriedade do cliente de realizar um questionário de avaliação médica no momento da sua inscrição, a oferta de avaliação física inicial a todos os clientes e incentivo à sua realização, a formação em suporte básico de vida a todos os colaboradores bem como a existência de seguros de acidentes de trabalho, de danos patrimoniais e de responsabilidade civil.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

e. As alterações legislativas (ex.: fiscais, legais, laborais, concorrenciais, entre outros) podem ameaçar as estratégias específicas definidas pela Solinca Health & Fitness no desenvolvimento das suas actividades, implicar alterações contratuais com os principais *stakeholders* ou ditar o incremento dos seus custos económicos.

#### 53.3.4 REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO

As actividades relacionadas com **refrigeração e ar condicionado** têm riscos específicos, na sua maioria, relacionados com a concorrência de outras empresas a actuar nos mesmos mercados e com a evolução da economia. Os riscos mais relevantes estão relacionados com:

a. A actividade desenvolvida pelo Grupo está condicionada pela conjuntura macroeconómica e pelos perfis dos mercados onde actua. Os produtos desenvolvidos pelo Grupo têm natureza de bens duráveis, destinados maioritariamente ao sector imobiliário e de grande distribuição alimentar. Deste modo, a actividade operacional do Grupo é cíclica, estando positivamente correlacionada com os ciclos da economia em geral e, em particular, com a evolução dos referidos sectores. Nesta medida, os negócios do Grupo e das suas participadas podem ser negativamente afectados por períodos de recessão económica, em particular, pela deterioração do nível de investimento privado. A disponibilidade de crédito na economia, pelo impacto potencial que tem no mercado imobiliário, também é relevante para o negócio. O Grupo, através das suas subsidiárias, está directamente presente em Portugal, Brasil, Angola e Moçambique, onde produz e vende. Estes mercados apresentam perfis macroeconómicos, políticos e sociais distintos e, como tal, vêm registando padrões diferentes de reacção à crise económica e financeira mundial. De facto, o ritmo a que os diversos mercados saírem da crise actual está dependente de variáveis que o Grupo não controla. De igual modo, a eventual ocorrência de tensões políticas e/ou sociais em qualquer dos mercados poderá ter impactos materiais nas operações e na situação financeira do Grupo que não é possível estimar.

Tendo em conta o enquadramento de mercado em Portugal, o desenvolvimento deste segmento assenta, portanto, no crescimento da componente internacional, via exportações, pelo que a evolução da economia mundial, riscos específicos dos países seleccionados e a capacidade de conquistar novos mercados poderão vir a ter um impacto na actividade deste segmento.

b. O negócio do Grupo encontra-se geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em três continentes diferentes, existindo, por isso, transacções e saldos em reais, kwanzas e meticais.

As demonstrações consolidadas de posição financeira e a demonstração de resultados encontram-se assim expostas a risco de câmbio de translação (risco relativo ao valor do capital investido em subsidiárias de fora da Zona Euro) e as subsidiárias encontram-se expostas a risco de taxa de câmbio de transacção (risco associado às transacções comerciais efectuadas em divisa diferente do Euro). O risco de transacção emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com *cash flows* denominados em divisa que não a divisa funcional de cada uma das subsidiárias. Os *cash flows* das empresas do Grupo são largamente denominados nas respectivas divisas locais. Isto é válido independentemente da natureza dos *cash flows*, ou seja, operacional ou financeira, e permite um grau considerável de *hedging* natural, reduzindo o risco de transacção do Grupo. Em linha com este princípio, as subsidiárias do Grupo apenas contratam dívida financeira denominada na respectiva divisa local. Por seu lado, o risco de conversão monetária (translação) emerge do facto de, no âmbito da preparação das contas consolidadas do Grupo, as demonstrações financeiras das subsidiárias com moeda funcional diferente da moeda de relato das contas consolidadas (Euro), terem

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

de ser convertidas para Euros. Uma vez que as taxas de câmbio variam entre os períodos contabilísticos e uma vez que o valor dos activos e passivos das subsidiárias não são coincidentes, introduz-se volatilidade nas contas consolidadas.

Tendo em vista a minimização de efeitos potencialmente adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, para além de uma política de gestão de risco cambial, e da implementação de mecanismos de controlo para a identificação e determinação da exposição, o Grupo utiliza por vezes instrumentos derivados para efeitos de cobertura deste risco.

#### 53.3.5 ENERGIA

A área de produção de **Energia** foca a sua actividade essencialmente no desenvolvimento e gestão de projectos de cogeração.

A cogeração é uma forma de racionalizar o consumo de energia, dado que a produção de energia eléctrica a partir da energia libertada, aquando da combustão, é sinónimo de um aproveitamento mais eficiente do combustível utilizado, gás natural no caso dos projectos da Sonae Capital. Numa central de cogeração há uma redução no consumo de combustível, comparativamente ao que sucede na produção das mesmas quantidades de energia térmica e eléctrica, em separado.

Embora este tipo de produção de energia eléctrica seja uma alternativa mais eficiente e “amiga do ambiente”, comporta, ainda assim, alguns riscos específicos que poderão ter impacto nos resultados das empresas. Os riscos mais relevantes são os seguintes

a. Os projectos de cogeração do Grupo Sonae Capital utilizam o gás natural como fonte primária na produção combinada de energia eléctrica e térmica, pelo que o preço de compra desta matéria-prima tem um peso significativo na estrutura de custos variáveis. Consequentemente, a volatilidade do preço de compra do gás natural, normalmente indexado ao preço do petróleo nos mercados internacionais e ao câmbio euro/dólar, poderá traduzir-se em impactos significativos nos resultados e margem da empresa.

Importa no entanto referir que o tarifário de venda de energia eléctrica pelas unidades de cogeração encontra-se regulamentado e igualmente indexado à evolução do preço do petróleo nos mercados internacionais e ao câmbio euro/dólar, o que, por si só, permite reduzir significativamente a exposição a este risco. Em particular, a tarifa de venda de energia eléctrica definida pela Portaria 58/2002, regime remuneratório aplicável à generalidade das unidades de cogeração, e o preço de compra de gás natural apresentam uma elevada correlação, conferindo um nível considerável de *hedging* natural ao nível da margem bruta.

Contudo, o DL 23/2010 e a Portaria 140/2012 estabeleceram um novo regime remuneratório para a cogeração em Portugal, aplicável às novas unidades de cogeração, o qual implicou a perda do *hedging* natural até então existente dado que a elasticidade dos preços a variações unitárias dos indexantes é agora totalmente distinta. O preço de compra de gás natural apresenta uma sensibilidade significativamente superior à tarifa de venda de energia eléctrica, o que se traduz num risco acrescido de exposição à volatilidade do preço de compra de gás natural. A relevância deste tema será cada vez maior à medida que as instalações de cogeração transitam para este novo regime remuneratório.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo Sonae Capital monitoriza regularmente a evolução do preço do gás natural bem como a sua tendência de evolução futura, avaliando a todo o momento a atractividade da cobertura deste risco por via de fixação do preço de compra do gás natural a prazo quer junto do fornecedor ou através de instrumentos financeiros derivados.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

Adicionalmente, no que respeita à atribuição das licenças de emissão de CO<sub>2</sub>, o regime de comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE) introduziu, para o período a partir de 2013, alterações consideráveis nas regras de atribuição de licenças, sendo a quantidade total de licenças determinada a nível comunitário e a atribuição de licenças de emissão efectuada por leilão, mantendo-se marginalmente a atribuição gratuita mediante recurso a *benchmarks* definidos a nível comunitário. A atribuição gratuita de licenças obedece a uma tendência decrescente ao longo dos anos tendo em vista a sua extinção em 2027. As unidades de cogeração abrangidas por este regime (potência terminal nominal superior a 20MW), terão necessidades crescentes de recurso ao mercado para adquirir licenças de CO<sub>2</sub>, encontrando-se expostas às oscilações do seu preço.

b. A redução do consumo de energia térmica e o incumprimento por parte do hospedeiro das cláusulas contratuais definidas, tais como exclusividade, *take-or-pay*, entre outras, pode impactar nas receitas do negócio, por via da diminuição do prémio da tarifa eléctrica ou, em último caso, por perda do estatuto legal de cogrador.

c. A aposta e concentração do negócio na actividade de cogeração relativamente a outras formas de energia alternativas poderá aumentar o risco da empresa a factores externos e de perfis de consumo.

De forma a minimizar este risco, o Grupo Sonae Capital estabeleceu um plano de crescimento para este segmento de negócio que prevê o investimento em energias renováveis bem como a internacionalização do negócio com vista à diversificação tecnológica e geográfica do seu *portfolio*.

No que respeita à produção de Energia a partir de fontes de energia renováveis, encontram-se identificados os seguintes riscos específicos:

d. O sector da produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis encontra-se regulamentado do ponto de vista tarifário, pelo que eventuais flutuações tarifárias futuras poderão traduzir-se em impactos significativos nos resultados e margem da empresa.

e. A quantidade de energia produzida encontra-se dependente da disponibilidade do recurso, pelo que uma disponibilidade inferior ao inicialmente estimado poderá impactar no volume de negócios e rentabilidade dos projectos. Além disso, um dos maiores desafios que se coloca à utilização dos recursos renováveis relaciona-se com a sua intermitência pois nem sempre as condições climáticas (força do vento, radiação solar, etc.) são propícias quando a electricidade é necessária face à impossibilidade ou elevado custo do seu armazenamento.

De forma a minimizar este risco, o Grupo Sonae Capital promove, no âmbito do processo de *due diligence* técnica que leva a cabo em cada um dos seus projectos, a realização de um estudo exaustivo do recurso com vista à definição de diferentes cenários e consequente avaliação da viabilidade económica e financeira dos projectos.

A área de produção de Energia comporta ainda, independentemente da fonte de energia primária utilizada, os seguintes riscos de carácter mais genérico:

f. A produção de energia em regime especial em Portugal tem as tarifas pré-definidas pelo Estado Português, como modo de incentivar formas alternativas de produção de energia eléctrica mais eficientes e ambientalmente menos poluentes. Consequentemente, os riscos quanto ao preço de venda da energia eléctrica são actualmente reduzidos. Não obstante, a energia eléctrica ser vendida ao preço definido pelo Estado Português por um período alargado de tempo, a rentabilidade das operações depende da estabilidade no curto, médio e longo prazo das políticas e de regimes regulatórios que apoiam o desenvolvimento da eficiência energética. Tendo em conta a actual situação económica que Portugal atravessa, ainda com a existência

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

de medidas de austeridade, podem ser criadas barreiras ao desenvolvimento de novos projectos nesta área e nesta geografia.

Eventuais alterações governamentais futuras à política energética poderão revelar-se um risco para os projectos futuros e para a viabilidade do desenvolvimento do negócio no longo prazo.

g. A produção de energia está sujeita à fiscalização da Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), entidades responsáveis pela regulação do sector eléctrico em Portugal, e ao cumprimento da legislação específica sobre esta matéria. Qualquer eventual alteração deste vasto enquadramento jurídico actual aplicável ao sector, poderá implicar riscos importantes para a actividade deste segmento.

h. A ocorrência de situações extraordinárias, tais como incêndios, intempéries e/ou acidentes, podem ameaçar a capacidade da empresa em manter as operações, fornecer serviços essenciais ou cobrir os custos operacionais.

De forma a minimizar este risco, o Grupo Sonae Capital conduz auditorias regulares de prevenção e segurança às instalações e equipamentos e procede à revisão periódica e adequação dos planos de coberturas dos seguros de danos patrimoniais, perdas de exploração e de responsabilidade civil em vigor.

i. A ausência ou inadequada manutenção de equipamentos, ou a falta de controlo dos níveis de serviço dos fornecedores (equipamentos, manutenção e *spare parts*) que não assegurem a funcionalidade, segurança e conformidade adequadas, pode conduzir à ineficiência dos processos ou provocar danos significativos nos equipamentos. Adicionalmente, a não utilização de recursos de forma adequada, ao menor custo e com o maior rendimento pode impactar na rentabilidade de cada projecto e ameaçar a sua viabilidade.

j. O plano de crescimento acima referido pressupõe investimentos adicionais, cujas condições de realização poderão estar condicionadas pelo enquadramento financeiro, nível actual de endividamento do Grupo e pela evolução da sua actividade e das suas participadas. A Sonae Capital não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos nas condições pretendidas, o que pode provocar alterações ou diferimentos nos objectivos ou comprometer a capacidade de crescimento do negócio.

#### 53.3.6 OUTROS ACTIVOS

a. A **Norscut**, sociedade na qual a Sonae Capital detém uma participação de 36%, através da sua participada Contacto – Concessões, SGPS, S.A., detém a concessão da exploração e conservação em regime de remuneração por disponibilidade dos lanços de auto-estrada e conjuntos viários associados no Interior Norte (auto-estrada que liga Viseu à fronteira de Chaves, A24). São também accionistas da Norscut, a Eiffage S.A. e respectivas participadas (participação actual de 36%), a CNCE, S.A. (18%) e a Egis Projects, S.A., sociedade do grupo francês Egis (10%).

A concessão é explorada ao abrigo do contrato celebrado com o Estado em 30 de Dezembro de 2000, por um prazo de 30 anos, com início em 2001. Qualquer eventual incumprimento das condições do contrato poderá implicar riscos importantes para a actividade da Norscut e para o seu desempenho operacional.

Ademais, nos termos do respectivo contrato de concessão, no final do período, ou seja, em 30 de Dezembro de 2030, os bens directamente relacionados com a actividade concessionada reverterão para o Estado, sem qualquer compensação.

b. Ainda no âmbito dos **Outros Activos**, o Grupo Sonae Capital detém um *portfólio* imobiliário diversificado, cuja orientação estratégica consiste na sua alienação ainda que condicionada a um preço considerado aceitável. Todavia, ainda que a orientação



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

estratégica actual consista na sua alienação, a Sonae Capital não pode garantir a sua concretização, nem o prazo em que aquela venha a ocorrer, sobretudo se não vierem a surgir propostas de aquisição consideradas adequadas. Este *portfólio* imobiliário (excluindo activos imobiliários de Tróia) compreende activos muito diversos, com diferentes estádios de licenciamento e construção, incluindo lotes de terreno com e sem viabilidade construtiva, unidades residenciais, projectos de construção, escritórios, edifícios fabris e espaços comerciais e com grande dispersão geográfica. A 30 de Setembro de 2014, a data da mais recente avaliação do património imobiliário do Grupo Sonae Capital efectuada pela entidade de referência Cushman & Wakefield, o montante de avaliação ascende a 180,1M.€. O capital empregue neste bloco de activos, a 31 de Dezembro de 2015, totaliza 118,3M.€.

A perda de liquidez dos activos do *portfólio* e/ou dificuldades de colocação destes activos no mercado poderão condicionar a capacidade de crescimento dos negócios e o cumprimento dos objectivos estratégicos.

Para além do Grupo Sonae Capital desenvolver um vasto leque de actividades inseridas em vários sectores de actividade e conseqüentemente exposta a ciclos económicos diversificados, como a Promoção Turística, a Hotelaria, o Fitness, a Energia, a Refrigeração e AVAC e os Activos Imobiliários e Financeiros, vários destes sectores são ainda muito competitivos, mediante a intervenção de empresas nacionais e internacionais, pelo que as entidades participadas pela Sonae Capital estão expostas a forte concorrência. A capacidade das entidades participadas pela Sonae Capital se posicionarem de forma adequada nos sectores e mercados nos quais actuam poderá ter um significativo impacto nos negócios da Sonae Capital ou nos resultados das suas actividades.

O Grupo Sonae Capital acompanha regularmente o comportamento dos mercados onde actua, procurando a todo o momento antecipar alterações e/ou novas tendências de mercado, por forma a oferecer aos seus clientes uma proposta inovadora e diferenciadora.

#### **54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos**

Como abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologias e conhecimento, a Gestão de Risco está integrada em todo o processo de planeamento da Sonae Capital, tendo como objectivo identificar, avaliar e gerir as oportunidades e as ameaças que os negócios da Sonae Capital enfrentam na prossecução dos seus objectivos de criação de valor.

A gestão e monitorização pela Sonae Capital dos seus principais riscos, é implementada através de diferentes abordagens e agentes, entre as quais:

**Políticas e procedimentos de Controlo Interno** definidos a nível central e ao nível dos próprios negócios, visando garantir:

- Uma correcta segregação de funções e deveres;
- Definições de autoridade e de responsabilidade;
- A salvaguarda dos activos do Grupo;
- O controlo, a legalidade e a regularidade das operações;
- A execução dos planos e políticas, superiormente definidos;
- A integridade e exactidão dos registos contabilísticos;
- A eficácia da gestão e a qualidade da informação produzida.

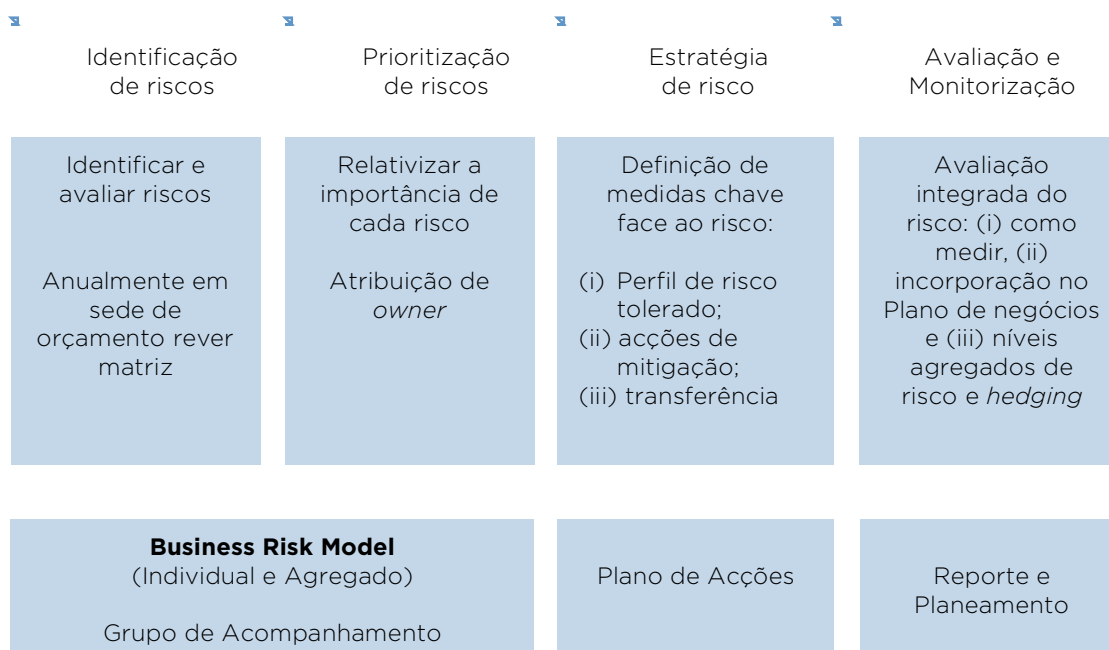
## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

Regularmente são realizadas auditorias pela equipa de Auditoria Interna visando garantir o permanente cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos.

**Processo de Gestão de Risco** apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática, tendo por base o padrão internacional *Enterprise Risk Management - Integrated Framework* do COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), que compreende, nomeadamente:

- Definição do enfoque de gestão de risco (dicionário de riscos, definição de uma matriz de risco do negócio e de uma linguagem comum);
- Identificação e sistematização dos riscos que podem afectar a organização e cada segmento, e a nomeação de *owners* do risco (colaborador com a responsabilidade de monitorizar a sua evolução);
- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do impacto nos objectivos de negócio e probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos e indicadores para medição desses mesmos riscos;
- Avaliação das estratégias de gestão de risco (p. ex., aceitar, evitar, mitigar, transferir);
- Desenvolvimento e implementação de planos de acção de gestão de risco e sua integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções dos negócios;
- Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de acções e da evolução dos riscos



Tal processo compreende as seguintes rotinas:

- (i) No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portfólio e de cada unidade de negócios existente, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes, e definidas as estratégias de gestão desses riscos;

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

(ii) No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos das unidades de negócio e das unidades funcionais;

(iii) Nos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente em grandes projectos de mudança da organização, nos planos de contingência e de continuidade dos negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades e funções envolvidas;

(iv) No que diz respeito aos riscos de segurança dos activos físicos e das pessoas (riscos “técnico-operacionais”), são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis;

(v) A gestão dos riscos financeiros é efectuada e monitorizada no âmbito das funções financeiras da Sociedade e dos negócios, centralizada no Centro Corporativo cuja actividade é reportada, coordenada e acompanhada em sede da Comissão de Finanças da Sonae e da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração;

(vi) A gestão dos riscos legais, fiscais e regulatórios é efectuada e monitorizada no âmbito da função legal e fiscal no Centro Corporativo;

(vii) A Auditoria Interna desenvolve planos anuais de trabalhos que compreendem as auditorias aos processos críticos de negócio, auditorias de conformidade, auditorias financeiras e auditorias de sistemas de informação.

#### **Acções implementadas em 2015**

De acordo com as metodologias definidas e implementadas em exercícios anteriores, os processos de gestão de risco foram integrados com os processos de planeamento e controlo de gestão dos negócios, desde a fase de reflexão estratégica até à fase de planeamento operativo, tendo as acções de gestão de risco sido incluídas nos planos de actividade e de recursos das unidades de negócio e das unidades funcionais, e monitorizadas ao longo do exercício.

Em 2015 constituíram-se Grupos de Acompanhamento de Risco (GAR) nos segmentos Holding, Energia e Fitness, tendo-se dado seguimento ao ciclo anual de *Enterprise Wide Risk Management*, que tem por base as actividades a seguir descritas:

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Governo Societário



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
			Set-up/revisão da função de gestão de risco		Exercício anual de gestão de risco			Monitorização e acompanhamento				Revisão do exercício anual
CA		Revisão do alinhamento da gestão de risco com a estratégia da Sonae Capital	Definição/actualização da estrutura de governance		Análise do impacto de decisões na gestão do risco			Monitorização dos riscos significativos e do perfil de risco geral da Sonae Capital				Aprovação dos novos perfis de risco (se aplicável)
Comissão Executiva		Definição dos mecanismos de reporte periódico de risco pelas áreas de negócio			Aprovação do perfil de risco da Sonae Capital a nível corporativo e de cada um dos negócios			Definição e revisão do apetite ao risco definido a nível corporativo e dos negócios				Aprovação dos novos portfólios de risco (se aplicável)
Corporate Risk Manager		Divulgação/comunicação interna das políticas, procedimentos e milestones da gestão de risco da Sonae Capital			Agregação e hierarquização dos riscos a tratar Apoio ao CA na uniformização e priorização dos riscos dos vários negócios			Acompanhamento dos KRI's da Sonae Capital (corporativo e negócios)				Elaboração de ponto de situação dos KRI's e acções de mitigação do Grupo
					Proposta do perfil de risco da Sonae Capital			Acompanhamento das acções de mitigação da Sonae Capital (corporativo e negócios)				Apresentação ao CA do ponto de situação
BU Risk Manager					Avaliação dos riscos do negócio e definição dos perfis e fichas de risco e das estratégias de resposta			Actualização dos KRI's				Análise dos riscos actuais e identificação de novos riscos críticos
								Reporte mensal de KRI's e acções				Actualização de fichas de risco

A Sonae Capital estimula a formação contínua e a adopção das melhores metodologias e práticas internacionais nas áreas de Gestão de Risco e Auditoria Interna. Nesse sentido, o Grupo apoia a frequência de um programa de formação e actualização de conhecimentos que inclui a certificação profissional internacional em Auditoria Interna promovida pelo IIA - *The Institute of Internal Auditors* - o *Certified Internal Auditor* (CIA). Os membros da equipa de Auditoria Interna obtiveram esta certificação profissional.

A **Auditoria Externa** avalia e reporta os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira, validando desta forma o sistema de controlo interno estabelecido para este efeito pela Sonae Capital e que se materializa na clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores e na realização de diversos

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

procedimentos de validação ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

A **Comissão de Auditoria e Finanças** procede à análise dos riscos da Sociedade, dos modelos e mecanismos de controlo de risco adoptados e das medidas de mitigação tomadas pela Comissão Executiva, avaliando a adequabilidade das mesmas e propondo ao Conselho de Administração eventuais necessidades de alteração da política de gestão de risco da Sociedade.

#### **55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação financeira**

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonae Capital, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação de informação financeira, com os objectivos de transparência, consistência, simplicidade, fiabilidade e relevância. O objectivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adoptados, e a qualidade do reporte financeiro.

A fiabilidade da informação financeira é garantida, quer através da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores, quer pela realização de diversos procedimentos de controlo ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade, preparação e divulgação de informação financeira inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação e controlos processuais. Estes controlos incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objectivo de preparar o reporte financeiro da empresa;
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras, constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos das empresas do Grupo permitem uma garantia razoável que as transacções são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transacções são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que as empresas mantêm registos actualizados de activos e que o registo dos activos é verificado face aos activos existentes, sendo adoptadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;
- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respectivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma, o qual é partilhado com as

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;

- Os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pela função central de Contabilidade, Fiscalidade e *Reporting*, que garantem o controlo do registo das transacções dos processos de negócio e dos saldos das contas de activos, passivos e capitais próprios;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pela função central de Contabilidade, Fiscalidade e *Reporting*;
- O Relatório de Gestão é preparado pelo departamento de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte. O Revisor Oficial de Contas também revê o conteúdo deste relatório (nas suas versões anual e semestral) e a sua conformidade com a informação financeira de suporte;
- O Relatório de Governo da Sociedade é preparado pelo Departamento Legal , conjuntamente com o departamento de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo;
- As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas sob a supervisão da Comissão Executiva do Grupo. O conjunto de documentos que constituem o relatório semestral e anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae Capital. Depois da aprovação, os documentos são enviados ao Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa;
- O Revisor Oficial de Contas executa uma auditoria anual e uma revisão limitada ao semestre das contas individuais e consolidadas. A realização destes exames, efectuados de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tem como objectivo obter um grau de segurança aceitável, no caso da auditoria anual, e moderado, no caso da revisão limitada semestral, sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte dos valores e informações divulgadas nas demonstrações financeiras. São também avaliadas as estimativas e juízos efectuados pelo Conselho de Administração. A adequação das políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação consistente e divulgação são também alvo de verificação;
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o Relatório de Gestão. O Revisor Oficial de Contas apresenta, directamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças, um sumário das principais conclusões do exame anual efectuado à informação financeira;
- Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade integram a lista de pessoas com acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

Entre as causas de risco que podem afectar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, evidenciam-se as seguintes:

- Estimativas contabilísticas - As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas no anexo às demonstrações financeiras. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
- Saldos e transacções com partes relacionadas - Os saldos e transacções mais significativos com partes relacionadas são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Estas estão associadas sobretudo a actividades operacionais do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efectuados a preços e condições de mercado.

Informação mais específica sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, está disponível no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

## IV. Apoio ao Investidor

### **56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esse serviço e elementos para contacto**

A Sonae Capital, SGPS, SA, através do Gabinete de Relações com Investidores mantém o contacto permanente com os seus accionistas e analistas através de informação sempre actualizada. Adicionalmente, por solicitação, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes das actividades da Sociedade, entretanto divulgados nos termos da lei.

O objectivo do Gabinete de Relações com Investidores da Sonae Capital, SGPS, SA é assegurar uma adequada comunicação com os accionistas, investidores, analistas e mercados financeiros, particularmente com a Euronext Lisbon e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

O Gabinete de Relações com Investidores presta, quando necessário, toda a informação relacionada com eventos relevantes e responde às questões dos accionistas, investidores, analistas e público em geral sobre os indicadores financeiros e informação, dos diferentes negócios, que seja pública, registando os pedidos efectuados e as respostas aos mesmos.

No estrito cumprimento da lei e dos regulamentos, a Sociedade informa de forma expedita os seus accionistas e o mercado de capitais em geral, sobre todos os factos relevantes da sua actividade, evitando atrasos entre a sua ocorrência e a sua divulgação, de modo a permitir a formação de juízos fundamentados acerca da evolução da actividade da Sociedade.

Essa divulgação é tornada pública através da publicação no Sistema de Difusão da Informação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)) e na página na Internet da Sociedade ([www.sonaecapital.pt](http://www.sonaecapital.pt)).

O Gabinete de Relações com Investidores pode ser contactado através de telefone (+351 22 010 79 03), fax (+351 22 010 79 35), e-mail ([ir@sonaecapital.pt](mailto:ir@sonaecapital.pt)) ou via postal (Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-907 Maia). O Director do Gabinete de Relações com Investidores é Nuno Parreiro, que pode ser contactado através dos mesmos meios.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

#### **57. Representante para as relações com o Mercado de Capitais**

A representante para as Relações com o Mercado de Capitais é Anabela Nogueira Matos, que pode ser contactada através de telefone (+351 22 010 79 25), fax (+351 22 010 79 35) e e-mail([anm@sonaecapital.pt](mailto:anm@sonaecapital.pt)).

#### **58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores**

O Gabinete de Relações com Investidores recebeu, em 2015, um número de pedidos de informação normal tendo em consideração a dimensão da Sociedade no mercado de capitais.

A Sonae Capital, SGPS, SA, através do Gabinete de Relações com Investidores, mantém o contacto permanente com os seus accionistas e analistas através de informação sempre actualizada. Adicionalmente, por solicitação, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes das actividades da Sociedade, entretanto divulgados nos termos da lei. Todas as informações solicitadas por parte dos investidores são analisadas e respondidas com a maior celeridade possível, via e-mail, carta, ou telefone, conforme se revele mais adequado.

## **V. Sítio da Internet**

#### **59. Endereço**

A Sonae Capital tem disponível uma página na Internet para a divulgação da informação sobre a Sociedade. O endereço da página é: <http://www.sonaecapital.pt>.

#### **60. Local onde se encontra a informação mencionada no Artº 171º do Código das Sociedades Comerciais**

Informação específica pode ser consultada no seguinte endereço electrónico:

<http://www.sonaecapital.pt/PresentationLayer/conteudo.aspx?menuid=682&exmenuid=698>

#### **61. Local onde se encontram divulgados os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões**

Informação específica pode ser consultada nos seguintes endereços electrónicos:

<http://www.sonaecapital.pt/PresentationLayer/conteudo.aspx?menuid=683&exmenuid=682>

<http://www.sonaecapital.pt/PresentationLayer/conteudo.aspx?menuid=754&exmenuid=684>

#### **62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor, funções e meios de acesso**

Informação específica pode ser consultada nos seguintes endereços electrónicos:

<http://www.sonaecapital.pt/PresentationLayer/conteudo.aspx?menuid=751&exmenuid=684>



## **RELATÓRIO & CONTAS 2015**

Relatório de Governo Societário

<http://www.sonaecapital.pt/PresentationLayer/conteudo.aspx?menuid=685&exmenuid=683>

<http://www.sonaecapital.pt/PresentationLayer/conteudo.aspx?menuid=686&exmenuid=685>

### **63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas e o calendário dos eventos societários**

Informação específica pode ser consultada no endereço electrónico:

<http://www.sonaecapital.pt/PresentationLayer/conteudo.aspx?menuid=687&exmenuid=691>

<http://www.sonaecapital.pt/PresentationLayer/conteudo.aspx?menuid=688&exmenuid=685>

### **64. Local onde são divulgados a convocatória da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada**

Informação específica pode ser consultada no endereço electrónico:

<http://www.sonaecapital.pt/PresentationLayer/conteudo.aspx?menuid=799&exmenuid=797>

### **65. Local onde é disponibilizado o acervo histórico com as deliberações tomadas nas assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes**

Informação específica pode ser consultada no endereço electrónico:

<http://www.sonaecapital.pt/PresentationLayer/conteudostextoslistagem.aspx?menuid=689&exmenuid=794>

## **D. REMUNERAÇÕES**

### **I. Competência para a determinação**

#### **66. Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos dirigentes da Sociedade**

Com base na política de remunerações e outras compensações aprovadas pelos accionistas em Assembleia Geral, a Comissão de Vencimentos da Sonae Capital é responsável pela aprovação da remuneração e outras compensações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral.

No que diz respeito à remuneração dos Administradores Executivos, a Comissão de Nomeação e Remunerações colabora com a Comissão de Vencimentos apresentando-lhe propostas previamente à tomada das suas deliberações.

### **II. Comissão de Remunerações**

#### **67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou colectivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores**

O Conselho de Administração designou a Comissão de Nomeação e Remunerações (BNRC - *Board Nomination and Remunerations Committee*) para o mandato de 2015-2017.

O BNRC é composto pelo Presidente do Conselho de Administração Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, pelo Vice-Presidente Álvaro Carmona e Costa Portela e pelo Administrador Não Executivo Independente Francisco de La Fuente Sánchez.

A Comissão de Nomeação e Remunerações, integralmente composta por administradores não executivos, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas competências.

Os membros da Comissão de Vencimentos são independentes relativamente ao órgão de administração, com a explicação contida no parágrafo seguinte.

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração e membro não executivo deste órgão, integra a Comissão de Vencimentos, tendo sido eleito para essas funções pela Assembleia Geral de Accionistas. A sua participação na Comissão de Vencimentos corresponde à representação do interesse accionista, ali intervindo nessa qualidade e não na de Presidente do Conselho de Administração. Para garantia de independência no exercício das referidas funções, este membro abstém em discussão ou deliberação em que exista, ou possa existir, conflito de interesses.

#### **68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações**

A experiência e qualificações profissionais dos membros da Comissão de Vencimentos estão espelhadas nos *curricula vitae* disponíveis no anexo ao presente documento e permitem-lhes exercer as suas responsabilidades de forma competente e rigorosa, possuindo cada um as adequadas competências para o exercício das suas funções.

### **III. Estrutura de Remunerações**

#### **69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização**

A política de remuneração dos órgãos estatutários da Sociedade é aprovada pelos accionistas em Assembleia Geral.

A Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 31 de Março de 2015, dando continuidade à política já anteriormente prosseguida de forma consistente, aprovou a Política de Remuneração e Compensação em vigor, em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho.

As propostas de remuneração dos membros dos órgãos estatutários são formuladas, tendo em consideração:

- Comparação geral do mercado;
- Práticas de empresas comparáveis, incluindo outras unidades de negócio da Sonae Capital que apresentem situações comparáveis;
- Estabelecimento de remuneração exclusivamente fixa para os membros da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Administradores não Executivos;
- Estabelecimento de uma remuneração fixa e variável, para os administradores executivos.

A política de remuneração dos membros dos órgãos sociais e dirigentes da Sonae Capital, SGPS, SA vigente no exercício em análise está detalhada neste relatório, no respectivo anexo.

#### **70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos**

As propostas de remuneração e outras compensações dos Administradores Executivos são preparadas tendo por base i) as comparações de mercado, ii) outras comparações internas e iii) a avaliação individual de cada administrador executivo, avaliação essa efectuada em função do desempenho em relação aos objectivos definidos.

Igualmente, nos termos da política aprovada, o pacote remuneratório deve promover o alinhamento entre a equipa de gestão e os interesses dos accionistas, fazendo depender o valor da parte variável, não só do desempenho individual dos Administradores Executivos mas do desempenho da Sociedade, prevenindo comportamentos de assunção de riscos excessivos.

Este objectivo é ainda assegurado pelo facto de, nos termos da política aprovada, cada *Key Performance Indicator* (KPI) se encontrar limitado a um valor máximo. A estruturação da remuneração da forma referida, e o diferimento de, no mínimo, metade do valor correspondente à Remuneração Variável dependente das flutuações do preço da acção, garante, no entender da Sociedade, o alinhamento dos interesses dos Administradores Executivos com o de todos os accionistas.

Desta forma, incentiva-se uma gestão orientada para os interesses de longo prazo da empresa e a adopção de comportamentos de ponderação dos riscos assumidos.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

#### **71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente**

Conforme referido no ponto 69 supra, a política de remuneração dos Administradores Executivos estabelece para os mesmos, em princípio, duas componentes: (i) uma componente fixa, que engloba a Remuneração Base e um subsídio de responsabilidade anual, sendo estabelecida por referência ao período de um ano, (ii) uma componente variável, atribuída no primeiro semestre do ano seguinte àquele que diz respeito e condicionada à concretização dos objectivos fixados do ano anterior, dividida em duas partes (a) um Prémio Variável de Curto Prazo, pago imediatamente após a atribuição, e (b) um Prémio Variável de Médio Prazo, pago após um diferimento pelo período de 3 anos.

A remuneração variável é determinada anualmente, variando o valor do objectivo pré-definido entre 30% e 60% da remuneração total anual (remuneração fixa e valor objectivo da remuneração variável), dependendo, cerca de 70%, de KPIs de negócio, que têm uma componente significativa de indicadores económicos e financeiros. Trata-se de indicadores objectivos que se encontram divididos em KPIs colectivos e departamentais.

Os KPIs colectivos de negócio consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sociedade, que têm em consideração, no seu estabelecimento, não só o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, como a sua sustentabilidade a longo prazo e a limitação dos riscos assumidos. Por sua vez, os KPIs departamentais de negócio têm uma natureza semelhante à dos anteriores, sendo directamente influenciados pelo desempenho do Administrador Executivo.

Os restantes 30% são determinados pela verificação do cumprimento de KPIs individuais, que podem combinar indicadores subjectivos e objectivos.

#### **72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento**

Conforme referido anteriormente, pelo menos 50% da remuneração variável é diferida, por um período de 3 anos.

O seu pagamento é efectuado nos termos do ponto 73. *infra*.

#### **73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção, pelos Administradores Executivos, dessas acções sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual**

De acordo com o Plano aprovado em Assembleia Geral, aos Administradores Executivos que tiverem atingido os objectivos fixados é atribuído o direito à aquisição de um número de acções determinado pelo quociente entre o valor do Prémio Variável de Médio Prazo atribuído e o menor dos seguintes valores de cotação do título, no mercado de acções em Portugal: (i) cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à Assembleia Geral ou (ii) a cotação média de fecho das últimas 30 sessões de Bolsa anteriores à data de realização da Assembleia Geral.

No caso de, posteriormente à atribuição do direito e antes do seu exercício, se verificar distribuição de dividendos, alteração do valor nominal das acções ou alteração do

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

capital social da Sociedade ou qualquer outra modificação na estrutura do capital da Sociedade com impacto na expressão económica dos direitos atribuídos, o número de acções cujo direito de aquisição tenha sido atribuído será ajustado para um número equivalente tendo em conta o efeito das referidas alterações.

Para garantia de efectividade e transparência dos objectivos da Política de Remuneração e Compensação foi estabelecido que os Administradores Executivos da Sociedade:

- não devem celebrar contratos com a Sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade;
- não devem alienar no exercício ao termo do mandato, as acções da Sociedade a que tenham acedido por via da atribuição da remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas para suportar o pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.

#### **74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício e dos dirigentes da Sociedade**

A Sociedade não estabeleceu qualquer remuneração variável em opções.

#### **75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários**

Os principais parâmetros e fundamentos do sistema de remuneração variável encontram-se descritos na política de remunerações aprovada na Assembleia Geral de Accionistas realizada em 31 de Março de 2015, disponível em <http://www.sonaecapital.pt>.

#### **76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os Administradores e data em que forma aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais**

A Sociedade não tem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os Administradores.

## **IV. Divulgação de Remunerações**

#### **77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos Órgãos de Administração, proveniente da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem**

Durante o ano de 2015, a remuneração e outras compensações pagas aos membros do Conselho de Administração, foram as seguintes:

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Governo Societário

(valores em Euros)

Nome	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Prémio Desempenho Diferido	Total
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	125.053	51.798	0	176.850
Ivone Pinho Teixeira	136.640	23.090	53.387	213.117
<b>Subtotal Administradores Executivos</b>	<b>261.693</b>	<b>74.888</b>	<b>53.387</b>	<b>389.967</b>
Belmiro Mendes de Azevedo <sup>a)</sup>	63.750	0	395.860	459.610
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	107.300	0	0	107.300
Álvaro Carmona e Costa Portela	76.050	0	0	76.050
Francisco de La Fuente Sánchez	37.300	0	0	37.300
Paulo José Jubilado Soares de Pinho	17.300	0	0	17.300
<b>Subtotal Administradores não Executivos</b>	<b>301.700</b>	<b>0</b>	<b>395.860</b>	<b>697.560</b>
<b>Total</b>	<b>563.393</b>	<b>74.888</b>	<b>449.247</b>	<b>1.087.527</b>

a) Cessou funções a 31 de Março de 2015

### 78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

Não foram pagos outros valores além dos descritos acima por sociedade em relação de domínio ou de grupo.

### 79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Os montantes pagos a título de remuneração variável (prémios) estão já descritos no ponto 77 tendo sido atribuídos em função do grau de realização dos objectivos pré-fixados, de acordo com a política de remuneração e compensação aprovada em Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2015.

### 80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não é devido nem foi pago pela Sociedade qualquer indemnização a ex-administrador executivo.

### 81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade

Durante o ano de 2015, os membros do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA auferiram a seguinte remuneração fixa (não tendo auferido outro tipo de remuneração):

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Governo Societário

(valores em Euros)

Nome	Remuneração Fixa
António Monteiro de Magalhães	7.450
Manuel Heleno Sismeiro	7.350
Carlos Manuel Pereira da Silva	5.950
Armando Luis Vieira de Magalhães <sup>a)</sup>	1.025
Jorge Manuel Felizes Morgado <sup>a)</sup>	1.025
<b>Total</b>	<b>22.800</b>

a) Cessou funções a 31 de Março de 2015

A remuneração auferida pelo Revisor Oficial de Contas encontra-se já descrita no ponto 47 supra.

### **82. Indicação da remuneração no ano de referência do Presidente da Assembleia Geral**

Durante o ano de 2015, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante auferiu, a título de remuneração fixa, o valor de 750 euros e o actual Presidente o valor de 3.750 euros.

## **V. Acordos com implicações remuneratórias**

### **83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de Administradores e sua relação com a componente variável da remuneração**

Em caso de destituição sem justa causa dos membros do Conselho da Administração, é política do Grupo o pagamento das compensações previstas na lei, sem atribuição de qualquer compensação adicional, podendo em cada situação ser negociado um valor diferente e que se considere ser o mais adequado por ambas as partes.

### **84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do Órgão de Administração e Dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade**

Não existem, ainda, quaisquer contratos individuais com administradores, no sentido de definir a metodologia de cálculo de eventuais compensações, em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade. Ao exposto acresce que, a Sonae Capital nunca atribuiu ou planeia atribuir quaisquer compensações em caso de destituição ou cessação de funções por desempenho inadequado.

## **VI. Planos de atribuição de acções ou opções sobre acções (stock options)**

### **85. Identificação do plano e destinatários**

O plano de atribuições de acções em vigor (RVMP), foi aprovado na Assembleia Geral Anual realizada em 31 de Março de 2015, sob proposta da Comissão de Vencimentos em cumprimento do disposto no Artº 2º da Lei 29/2009 de 19 de Junho e da Recomendação II.1.5.4 CMVM (2010), actual Recomendação II.3.4 CMVM (2013), encontrando-se a mesma disponível em [www.sonaecapital.pt](http://www.sonaecapital.pt) (separador investidores, secção relativa a Governo da Sociedade, Assembleias Gerais).

Nos termos do plano aprovado, são elegíveis para efeitos de atribuição da RVMP os administradores executivos da Sonae Capital e suas dominadas. O Conselho de Administração pode, igualmente, estender a RVMP a colaboradores, a quem por via da política, seja aplicável o Plano.

<b>Membros Elegíveis</b>	<b>Valor de referência do prémio variável de médio prazo</b> (% remuneração variável total objectivo)
Administradores Executivos Sonae Capital	Pelo menos 50%
Administradores Executivos Negócios	Pelo menos 50%
Colaboradores	Termos a definir pelo Conselho de Administração de cada Sociedade

### **86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e/ou o exercício de opções)**

A RVMP é constituída anualmente, por períodos de três anos. A partir do início do terceiro plano consecutivo, ocorrerá, a cada momento, a sobreposição de três planos trienais.

A RVMP é valorizada à data de atribuição, a preços representativos da cotação do título, no mercado de acções em Portugal, considerando-se para o efeito o valor mais favorável correspondente à cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à Assembleia Geral ou a cotação média (considerando-se para o efeito da determinação da cotação média, a cotação de fecho nos 30 dias de negociação anteriores à data de realização da Assembleia Geral).

Aos membros abrangidos é atribuído o direito à aquisição de um número de acções determinado pelo quociente entre o valor da remuneração variável de médio prazo atribuído e o valor de cotação à data da atribuição apurado nos termos do parágrafo anterior, podendo tal direito ser exercido decorridos três anos após a atribuição.

Os administradores executivos abrangidos pelo plano, adquirem as acções sem pagamento de contrapartida. Os demais colaboradores a quem tenha sido atribuído aquele direito, adquirirão as acções nos termos das condições estabelecidas pelo Conselho de Administração de cada Sociedade.

No caso de, posteriormente à atribuição do direito e antes do seu exercício, se verificar distribuição de dividendos, alteração do valor nominal das acções ou de alteração do



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

capital social da Sociedade ou qualquer outra modificação na estrutura do capital da Sociedade com impacto na expressão económica dos direitos atribuídos, o número de acções cujo direito de aquisição tenha sido atribuído será ajustado para um número equivalente tendo em conta o efeito das referidas alterações.

No momento do exercício do direito de aquisição de acções atribuído no âmbito da RVMP, a Sociedade reserva-se o direito de entregar, em substituição das acções, o numerário equivalente ao seu valor de mercado à data do respectivo exercício.

O direito de aquisição das acções atribuídas pelo PVMP vence-se decorrido três anos após a sua atribuição.

O direito ao exercício do direito de aquisição das acções atribuídas no termo do Plano caduca se ocorrer a cessação do vínculo entre o membro e Sociedade antes de decorrido o período de três anos subsequente à sua atribuição, sem prejuízo do disposto nos parágrafos seguintes.

O direito manter-se-á em vigor no caso de incapacidade permanente ou morte do membro, sendo, neste caso, o pagamento efectuado ao próprio ou aos seus herdeiros na data do respectivo vencimento.

Em caso de reforma do membro o direito atribuído poderá ser exercido na respectiva data de vencimento.

Os planos da RVMP dos membros executivos do Conselho de Administração da Sonae Capital em curso em 2015 podem ser resumidos da seguinte forma:

Ano atribuição	Ano vencimento	Nº de participantes <sup>1</sup>	# acções atribuídas	Data atribuição		31.12.2015	
				Cotação	Valor	Cotação	Valor
2012	2015	3	770.316	0,19 €	146.360 €	0,510 €	392.861 €
2013	2016	3	818.428	0,18 €	147.317 €	0,510 €	417.398 €
2014	2017	2	177.860	0,50 €	88.930 €	0,510 €	90.709 €
2015	2018	2	263.342	0,39 €	103.151 €	0,510 €	134.304 €
<b>Total</b>			<b>2.029.946</b>		<b>485.758 €</b>		<b>1.035.272 €</b>

<sup>1</sup> A 31 de Dezembro de 2015

Nos termos da Política de Remunerações aprovada, os Administradores Executivos não devem alienar no exercício e até ao termo do mandato para o qual foram designados, as acções da Sociedade a que tenham acedido por via da atribuição da remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem de ser alienadas para suportar o pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.

#### **87. Direitos de opção atribuídos para aquisição de acções (*stock options*) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa**

Durante o ano de 2015, a Sociedade não aprovou qualquer plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

#### **88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital, na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes**

Não existe qualquer mecanismo de controlo da participação dos trabalhadores no capital social da Sociedade.

## **E. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

### **I. Mecanismos e procedimentos de controlo**

#### **89. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transacções com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24)**

A Sociedade pauta a realização de transacções com partes relacionadas por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado. Tais transacções são objecto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adopção voluntária de sistemas internos de checks and balances, designadamente processos de reporte ou de validação formal, em função do valor da transacção em questão.

Em 2010, o Conselho Fiscal aprovou o regulamento sobre transacções da Sociedade com accionistas detentores de participações qualificadas (nos termos do art.º 16 e 20º do Código dos Valores Mobiliários) e suas partes relacionadas (definição do art.º 20º n.º 1 do Código dos Valores Mobiliários), que define o nível relevante de transacções executadas a partir do qual a Comissão Executiva terá que notificar a Comissão de Auditoria e Finanças e o Conselho Fiscal. Tal regulamento implica que, todas as transacções com partes relacionadas superiores a 1 milhão de euros são objecto de reporte semestral a esses dois órgãos por parte do Secretário da Comissão Executiva e, se de valor superior a 10 milhões de euros, terão que ser formalmente submetidas ao parecer prévio da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

No âmbito deste regulamento, juntamente com a notificação da realização da transacção, a Comissão Executiva deverá apresentar à Comissão de Auditoria e Finanças e ao Conselho Fiscal os procedimentos adoptados para assegurar que a transacção é realizada em condições normais de mercado e que está salvaguardada de quaisquer potenciais conflitos de interesses.

Depois de obtida toda a informação relevante, o Conselho Fiscal emitirá o seu parecer sobre as transacções que lhe forem submetidas.

Em 2015, o Conselho Fiscal foi informado, regularmente, das transacções com partes relacionadas, tendo sido fornecida informação detalhada sempre que se justificou. Durante o ano, não se registou a necessidade de, de acordo com o regulamento em vigor, quaisquer aprovações prévias.

#### **90. Indicação das transacções que foram sujeitas a controlo no ano de referência**

Em conformidade com o exposto em 10, não existiram, durante o exercício de 2015, relações de natureza comercial, ou outra, significativa, entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade. Os negócios ou transacções com titulares de participações qualificadas ou de sociedades por si detidas, não significativas, fazem parte da actividade normal das filiais da Sonae Capital e são efectuadas seguindo as condições normais de mercado.

Não se registaram negócios ou transacções com qualquer membro do órgão de administração ou do órgão de fiscalização durante o exercício de 2015.

As transacções com o Revisor Oficial de Contas relativas a serviços diversos dos serviços de Auditoria foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e encontram-se discriminados no ponto 47. deste relatório

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

As transacções com sociedades em relação de domínio ou de grupo foram efectuadas em condições de normais de mercado e fazem parte da actividade normal da Sociedade. Devem ser evidenciadas as seguintes tipologias de transacções:

- Obras realizadas pelo negócio de Refrigeração & AVAC (Sistavac), em relação, principalmente, ao desenvolvimento e manutenção da rede de lojas do Grupo Sonae;
- Rendas pagas, pelo segmento de Fitness (Solinca), em relação a localizações detidas e/ou operadas pelo Grupo Sonae, nomeadamente, pela Sonae Sierra;
- Relações relativas à prestação de serviços de IT/IS por empresas do Grupo Sonae, uma vez que o Grupo Sonae Capital decidiu proceder à externalização da maior parte destes serviços, a empresas especialistas na matéria.

Para além das transacções de carácter regular, durante o ano, ainda há a salientar o seguinte:

- Alienação, em mercado regulamentado, a preço de mercado, da totalidade das Unidades de Participação do Fundo Imosede, as quais foram adquiridas por empresas do Grupo Sonae; e
- No dia 14 de dezembro de 2015, foi publicamente anunciada a alienação da subsidiária Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda, que detém a exploração hoteleira do Hotel Aqualuz Lagos, ao Grupo Efanor.

Os montantes transaccionados e respectivos saldos são divulgados nas notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

#### **91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do Órgão de Fiscalização, para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Artigo 20.º do CVM**

Os procedimentos e critérios estão já referidos no ponto 89. supra.

## II. Elementos relativos aos negócios

#### **92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24 ou, alternativamente, reprodução dessa informação**

Informação relevante sobre negócios com partes relacionadas pode ser consultada na nota 45 do Anexo às Contas Consolidadas e na nota 20 do Anexo às Contas individuais da Sociedade, disponível no endereço electrónico da Sociedade [www.sonaecapital.pt](http://www.sonaecapital.pt) (separador investidores, secção relativa a Relatórios e Contas)

## **PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO**

### **1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adoptado**

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade fornece uma descrição da estrutura do governo, políticas e práticas observadas pela Sociedade, e cumpre as normas do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários e os deveres de informação constantes do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 4/2013 de 1 de agosto, bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, os termos de observância pela Sociedade das Recomendações CMVM integradas no Código de Governo das Sociedades, da CMVM, 2013.

Este documento deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais relativas ao exercício social de 2015.

Foram cumpridos os deveres de informação exigidos pelo artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, pelos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, pelo Artº 245-A do Código dos Valores Mobiliários e pelo Regulamento n.º 5/2008 da CMVM.

A Sociedade adoptou o Código de Governo das Sociedades publicado pela CMVM em Julho de 2013.

Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste Relatório estão disponíveis em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

### **2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adoptado**

A Sonae Capital tem vindo a promover a implementação e a adopção das melhores práticas de *corporate governance*, pautando a sua política por elevados padrões de conduta de ética e responsabilidade social.

Constitui objectivo do Conselho de Administração implementar uma gestão integrada e eficaz do Grupo, que permita a criação de valor pela Sociedade, promovendo e garantindo os legítimos interesses de Accionistas, colaboradores e *stakeholders*, sempre fomentando a transparência no relacionamento com os investidores e com o mercado.

Nesse sentido, fazemos notar que das quarenta recomendações constantes do novo Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2013, a Sociedade adoptou na íntegra trinta e cinco, sendo que cinco não lhe são aplicáveis pelas razões expostas *infra*, o que consubstancia um grau de adopção pleno e completo das mesmas.

São seguidamente elencadas as recomendações incluídas no Código de Governo das Sociedades da CMVM, Nos termos e para os efeitos do disposto na al. o) do n.º 1 do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários:

## **I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE**

*I.1 As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por via electrónica*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 12 DESTE RELATÓRIO

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

A Sociedade incentiva os seus accionistas à participação nas Assembleias Gerais, nomeadamente ao atribuir a cada acção um voto, ao não limitar o número de votos que podem ser detidos ou exercidos por cada accionista e ao pôr à disposição dos accionistas os meios necessários ao exercício do voto por correspondência por via postal ou por via electrónica.

Adicionalmente, a Sociedade disponibiliza no seu *síte*, desde a data da convocatória de cada Assembleia Geral, documentos-tipo destinados a facilitar o acesso à informação necessária à emissão das comunicações a efectuar pelos accionistas para assegurar a sua presença na assembleia, bem como faculta um endereço electrónico para o esclarecimento de todas as dúvidas e destinado à recepção de todas as comunicações de participação na Assembleia Geral.

*1.2 As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto na lei.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTOS 12, 13 E 14 DESTE RELATÓRIO

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem *quórum* deliberativo superior ao legalmente previsto.

*1.3 As sociedades não devem estabelecer mecanismo que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada acção ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTOS 12 E 13 DESTE RELATÓRIO

Não se encontra estabelecido qualquer mecanismo desta natureza.

*1.4 Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária - sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.*

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem qualquer limitação ao número de votos que pode ser emitido por um accionista.

*1.5 Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA- PONTOS 4 E 84 DESTE RELATÓRIO

A Sociedade não adopta unilateralmente políticas que tenham por efeito qualquer uma das restrições elencadas na recomendação. Os contratos celebrados pela Sociedade reflectem a defesa do interesse social tendo em vista a sustentabilidade dos negócios a longo prazo no enquadramento das condições de mercado.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

Relatório de Governo Societário

### II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

#### II.1 SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO

*II.1.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da Sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da Sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA- PONTOS 28 E 29 DESTE RELATÓRIO

O Conselho de Administração delegou a administração quotidiana da Sociedade na Comissão Executiva.

*II.1.2 O Conselho de Administração deve assegurar que a Sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da Sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA- PONTO 21 DESTE RELATÓRIO

As competências do Conselho de Administração não delegadas observam as regras constantes desta recomendação.

*II.1.3 O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da Sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da Sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da Sociedade.*

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

O modelo de governo adoptado não inclui Conselho Geral e de Supervisão.

*II.1.4 Salvo por força da reduzida dimensão da Sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:*

*a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;*

*b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTOS 27 E 29 DESTE RELATÓRIO

O Conselho de Administração constituiu duas comissões especializadas compostas por membros não executivos, com o propósito de assessorar e reforçar a qualidade da sua actividade. Encontram-se em funcionamento a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeação e Remunerações.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

*II.1.5 O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA- PONTOS 29 E 51 DESTE RELATÓRIO

Encontram-se instituídos pelo Conselho de Administração sistemas internos de controlo de risco com as componentes adequadas.

*II.1.6 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA - PONTOS 18 E 29 DESTE RELATÓRIO

O Conselho de Administração é constituído por um total de seis membros, dos quais três são não executivos.

*II.1.7 Entre os Administradores Não Executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da Sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float.*

*A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:*

- a. Ter sido colaborador da Sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;*
- b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a Sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;*
- c. Ser beneficiário de remuneração paga pela Sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;*
- d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;*
- e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 18 DESTE RELATÓRIO

O Conselho de Administração é integrado por dois membros não executivos independentes, que cumprem os critérios de independência constantes desta recomendação.

*II.1.8 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 29 DESTE RELATÓRIO

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

A Comissão Executiva disponibiliza o conteúdo de todas as deliberações por si tomadas ao Conselho de Administração, ao longo do ano, de forma tempestiva. Os membros executivos prestam aos membros não executivos, bem como aos demais membros dos órgãos sociais, todos os esclarecimentos necessários ao exercício das competências destes, quer por sua iniciativa, quer a solicitação dos mesmos.

*II.1.9 O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.*

#### RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 29 DESTE RELATÓRIO

O Presidente da Comissão Executiva disponibilizou ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente do Conselho Fiscal toda a informação relativa às reuniões realizadas.

*II.1.10 Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.*

#### RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

O Presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas.

## II.2 FISCALIZAÇÃO

*II.2.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.*

#### RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 32 E ANEXO A ESTE RELATÓRIO

O Presidente do Conselho Fiscal, tal como todos os membros deste órgão, são independentes, de acordo com os critérios estabelecidos no n.º 5 do art.º 414.º do Código das Sociedades Comerciais e possuem as aptidões e experiência necessárias ao exercício das suas funções.

*II.2.2 O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do Auditor Externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.*

#### RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA- PONTO 38 DESTE RELATÓRIO

É da competência do Conselho Fiscal supervisionar a actividade e a independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, com ele interagindo directamente nos termos das suas competências e das normas de funcionamento constantes do Regulamento do Conselho Fiscal, recepcionar os seus relatórios, considerando a Sociedade que o facto de o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo enviar em simultâneo os relatórios ao Conselho de Administração não coloca em causa o cumprimento da presente recomendação.



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

*II.2.3 O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o Auditor Externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 28 DESTE RELATÓRIO E RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor Externo, constando tal avaliação do seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas em [www.sonaecapital.pt](http://www.sonaecapital.pt) (separador Investidores, secção relativa a Governo da Sociedade, Assembleias Gerais).

*II.2.4 O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 38 DESTE RELATÓRIO

O Conselho de Administração assegura proactivamente o sistema de controlo interno e de gestão de riscos. O Conselho Fiscal avalia a eficácia daqueles sistemas, propondo as medidas de optimização que entender necessárias e pronuncia-se sobre os mesmos no seu relatório e parecer anuais.

*II.2.5 A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à Sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a detenção de potenciais ilegalidades.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTOS 38 E 51 DESTE RELATÓRIO

O Conselho Fiscal estabelece com a Auditoria Interna o plano de acções a desenvolver, supervisiona a sua actividade, recebe reporte periódico da actividade desenvolvida, avalia os resultados e conclusões apurados, afere da existência de eventuais irregularidades e emite as directrizes que entender por convenientes.

## II.3 FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

*II.3.1 Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente da Comissão de Vencimentos eleito em Assembleia Geral, e designado, pelo Conselho de Administração, Presidente desse órgão, é membro não executivo do mesmo.

*II.3.2 Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da Sociedade ou que tenha relação atual com a Sociedade ou com consultora da Sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se*

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

*encontre relacionada por contrato ou prestação de serviços.*

#### RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 67 DESTE RELATÓRIO

A Comissão de Nomeação e Remunerações, integralmente composta por administradores não executivos, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas competências. Estas funções são apoiadas por consultores internacionais de reputada competência, sendo a independência destes últimos assegurada, quer pela autonomia face ao Conselho de Administração, à Sociedade e ao Grupo, quer pela sua larga experiência e reconhecimento do mercado.

*II.3.3 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente:*

- a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;*
- b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;*
- c) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.*

#### RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTOS 69 E 80 DESTE RELATÓRIO BEM COMO POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES APROVADA EM 31 DE MARÇO DE 2015.

A declaração sobre a política de remunerações foi apresentada à Assembleia Geral Anual de 31 de Março de 2015 e integra a informação referida nesta recomendação. Não são exigíveis pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis.

A declaração sobre a política de remunerações encontra-se disponível em <http://www.sonaecapital.pt>

*II.3.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.*

#### RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTOS 85 E 86 DESTE RELATÓRIO.

O plano de remuneração variável de médio prazo, incluindo a respectiva execução, foi aprovado na Assembleia Geral anual realizada a 31 de Março de 2015 e encontra-se disponível em <http://www.sonaecapital.pt>

*II.3.5 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.*

#### RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

A política de remunerações aprovada não estabelece qualquer sistema de benefícios de reforma.

### **III. REMUNERAÇÕES**

*III.1 A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 70 DESTE RELATÓRIO E POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES APROVADA EM 31 DE MARÇO DE 2015

A remuneração dos membros do Conselho de Administração que exercem funções executivas baseia-se no desempenho daqueles administradores, aferido de acordo com critérios pré-determinados e está construída de modo a alinhar a sua actuação com a sustentabilidade da Sociedade e o interesse accionista estável, desincentivando a assunção excessiva de riscos.

*III.2 A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da Sociedade ou do seu valor.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 69 DESTE RELATÓRIO E POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES APROVADA EM 31 DE MARÇO DE 2015

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração é constituída, exclusivamente por um valor fixo, sem qualquer conexão com o desempenho da Sociedade ou do seu valor.

*III.3 A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTOS 77 E 78 DESTE RELATÓRIO E POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES APROVADA EM 31 DE MARÇO DE 2015

A política de remuneração contempla uma relação expressa entre a componente fixa e a variável adequada ao perfil da Sociedade e do Grupo, bem como os limites máximos estabelecidos correspondem a práticas de empresas comparáveis, e foi como tal considerada pelos accionistas, que anualmente a aprovam em Assembleia Geral.

*III.4 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo desse período.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTOS 71, 72 E 86 DESTE RELATÓRIO

De acordo com a política de remuneração aprovada na Assembleia Geral anual realizada a 31 de Março 2015, proposta pela Comissão de Vencimentos, uma parte não inferior a cinquenta por cento da remuneração variável é diferida por um período de três anos e o seu valor depende do desempenho da Sociedade ao longo desse período, uma vez que se encontra indexado ao valor de cotação da acção.

*III.5 Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 73 DESTE RELATÓRIO E POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

A política de remuneração aprovada, sob proposta da Comissão de Vencimentos, em Assembleia Geral de 31 de Março de 2015 consignou o princípio estabelecido nesta recomendação.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

*III.6 Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as suas ações da Sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 73 DESTE RELATÓRIO E POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

A política de remuneração aprovada em Assembleia Geral de 31 de Março de 2015 consignou o princípio estabelecido nesta recomendação.

*III.7 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos*

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

A política de remuneração aprovada não integra atribuição de opções.

*III.8 Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a Sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não exigível.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 83 DESTE RELATÓRIO E POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES APROVADA EM 31 DE MARÇO DE 2015

A Sociedade observa integralmente esta recomendação na sua política.

## IV. AUDITORIA

*IV.1 O Auditor Externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao Órgão de Fiscalização da Sociedade.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 46 DESTE RELATÓRIO

O Revisor Oficial de Contas pronuncia-se sobre a actividade por si desenvolvida nos termos do seu relatório anual de auditoria sujeito a apreciação da Assembleia Geral Anual de Accionistas e disponível em [www.sonaecapital.pt](http://www.sonaecapital.pt)

*IV.2 A Sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao Auditor Externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços - que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade - eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à Sociedade.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTOS 46 E 47 DESTE RELATÓRIO

Os serviços prestados pelo Auditor Externo, diversos dos serviços de auditoria, foram aprovados pelo Conselho Fiscal cumprindo, na íntegra, a recomendação da CMVM. A percentagem dos referidos serviços no total dos serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC (PwC) à Sociedade ascende a 23,1%.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

*IV.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 44 DESTE RELATÓRIO

O Auditor Externo e o sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento das suas funções, encontra-se ainda no terceiro mandato.

## V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

*V.1 Os negócios da Sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA-PONTOS 10, 89 E 90 DESTE RELATÓRIO

A Sociedade pauta a realização de transacções com partes relacionadas por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado. Tais transacções são objecto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adopção voluntária de sistemas internos de *checks and balances*, designadamente processos de reporte ou de validação formal, em função do valor da transacção em questão.

*V.2 O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no nº 1 do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários -, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA- PONTO 38 E 89 DESTE RELATÓRIO

A Sociedade aprovou e tem em prática um procedimento interno formal com vista à obtenção de parecer do Conselho Fiscal e da Comissão de Auditoria e Finanças previamente à realização pela Comissão Executiva de negócios com accionistas titulares de participações qualificadas ou com entidades que com estes se encontrem numa relação de entre as elencadas nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, quando tais transacções envolvam um interesse superior a dez milhões de euros. Todas as transacções com as entidades referidas em excesso de um milhão de euros são ainda objecto de reporte semestral a esses dois órgãos.

## VI. INFORMAÇÃO

*VI.1 As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informação que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA

Toda a informação recomendada encontra-se disponível em versão portuguesa e versão inglesa no *website* da Sociedade - [www.sonaecapital.pt](http://www.sonaecapital.pt).

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

*VI.2 As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.*

#### RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA - PONTO 56 DESTE RELATÓRIO

A Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor que disponibiliza, aos investidores e à comunidade financeira, informação regular e relevante, assegurando-se o registo das interlocuções relevantes de forma otimizar a qualidade do seu desempenho.

### 3. Outras informações

Não existem recomendações cuja não observância ou não aplicação necessitem posteriores fundamentações.

Maia, 25 de Fevereiro de 2016

---

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo  
Presidente do Conselho de Administração

---

Álvaro Carmona e Costa Portela  
Membro do Conselho de Administração

---

Francisco de La Fuente Sánchez  
Membro do Conselho de Administração

---

Paulo José Jubilado Soares de Pinho  
Membro do Conselho de Administração

---

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo  
CEO

---

Ivone Pinho Teixeira  
CFO

**Anexo ao Relatório Sobre o Governo da Sociedade  
*Curricula Vitae* dos Membros dos Órgãos Sociais e  
Política de Remunerações**

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

Relatório de Governo Societário

**Duarte Paulo Teixeira de Azevedo**

**Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, S.A.**

**Idade: 50**

**Nacionalidade: Portuguesa**

---

<b>Curriculum Académico:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Licenciatura em Engenharia Química - École Polytechnique Fédérale de Lausanne (1986)</li><li>▪ MBA - Porto Business School (1989)</li></ul>
------------------------------	---

---

**Cargos exercidos em sociedades do Grupo:**

-

**Cargos exercidos em outras sociedades:**

- Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração da Sonae - Specialized Retail, SGPS, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração da Sonae Center II, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, S.A.
  - Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO da Sonae, SGPS, S.A.
- 

**Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:**

- 2009-2015 - Presidente do Conselho de Curadores da Universidade do Porto
  - 2012-2015 - Membro da Direcção da COTEC Portugal
  - Desde 2008 - Membro do ERT - European Round Table of Industrialists
  - Desde 2013 - Membro do International Advisory Board da Allianz, SE
  - Desde 2015 - Membro do Consejo Iberoamericano para la Productividad y la Competitividad
-



# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Governo Societário

**Álvaro Carmona e Costa Portela**

**Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, S.A.**

**Idade: 63**

**Nacionalidade: Portuguesa**

---

<b>Curriculum Académico:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Licenciatura em Engenharia Mecânica - FEUP (1974)</li><li>▪ Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (Universidade Nova de Lisboa - 1983)</li><li>▪ AMP / ISMP - Harvard Business School (1997)</li></ul>
------------------------------	---

---

<b>Cargos exercidos em sociedades do Grupo:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Membro do Conselho de Administração da Capwatt, SGPS, S.A.</li><li>▪ Membro do Conselho de Administração da SC, SGPS, S.A.</li><li>▪ Membro do Conselho de Administração da Sistavac, SGPS, S.A.</li><li>▪ Membro do Conselho de Administração da Spred, SGPS, S.A.</li><li>▪ Membro do Conselho de Administração da Sonae Turismo, SGPS, S.A.</li></ul>
---	--

---

<b>Cargos exercidos em outras sociedades:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Administrador não Executivo da Casa Agrícola HMR, S.A.</li><li>▪ Administrador não Executivo da COPAM - Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.</li><li>▪ Administrador não Executivo da SPDI - SECURE PROPERTY Development &amp; Investment, PLC</li><li>▪ Administrador da Fundação Victor e Graça Carmona e Costa</li><li>▪ Gerente de Portela &amp; Portela, Lda.</li><li>▪ Membro do Investment Committee do ECE European Prime Shopping Centre Fund, Luxemburgo</li></ul>
---	--

---

<b>Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 1990-2010 - Presidente Executivo da Sonae Sierra, SGPS, S.A e de todas as suas empresas</li><li>▪ 1999-2010 - Administrador Executivo e Vice-Presidente da Sonae SGPS, S.A.</li><li>▪ 2010-2015 - Administrador não Executivo da Sonae SGPS, S.A</li><li>▪ 2010-2014 - Presidente (até 2012) e Membro do Conselho de Representantes da Faculdade de Economia da Universidade do Porto</li><li>▪ 2010-2012 - Trustee do Urban Land Institute (EUA)</li><li>▪ 2010-2012 - Administrador da Sonae RP</li><li>▪ 2010-2014 - Presidente não Executivo do Conselho de Administração da MAF Properties, Dubai, EAU</li><li>▪ 2011-2013 - Membro do Investment Advisory Committee of PanEuropean Property Limited Partnership</li></ul>
---	---

---

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Governo Societário

**Francisco de La Fuente Sánchez**

**Administrador Não Executivo da Sonae Capital, SGPS, S.A.**

**Idade: 74**

**Nacionalidade: Portuguesa**

---

**Curriculum Académico:**

- Licenciatura em Engenharia Electrotécnica - Instituto Superior Técnico (1965)

---

**Cargos exercidos em sociedades do Grupo:**

---

**Cargos exercidos em outras sociedades:**

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APEDS - Associação Portuguesa de Engenheiros para o Desenvolvimento Social
- Presidente da Direcção da AAAIST - Associação de Antigos Alunos do Instituto Superior Técnico
- Vogal Cooptado do Conselho da Escola do Instituto Superior Técnico
- Presidente de Honra da Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.
- Membro da Comissão de vencimentos da Sonae SGPS, S.A. e da Sonaecom, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira
- Membro do Fórum Ibero América
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola
- Membro do Patronato da Fundação Hidroeléctrica del Cantábrico

---

**Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:**

- 2010-2015 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Iberwind - Desenvolvimento e Projectos, S.A.
- 2007-2013 - Presidente do Conselho Geral da PROFORUM
- 2007-2013 - Presidente do Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Electrotécnica da Ordem dos Engenheiros
- 2007-2012 - Vogal convidado do Conselho Nacional da Água
- 2007-2012 - Vice-Presidente e Presidente Não Executivo do Conselho de Administração da EFACEC Capital
- 2005-2012 - Membro do Conselho Consultivo do Fórum para a Competitividade
- 2004-2010 - Membro do Conselho Consultivo do Instituto Português de Corporate Governance
- 2000-2010 - Administrador Não Executivo da Fundação Portugal-África
- Desde 2009 - Vogal cooptado do Conselho de Escola do Instituto Superior Técnico
- Desde 2005 - Membro do Patronato da Fundação Hidroeléctrica del Cantábrico
- Desde 2004 - Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Brasileira
- Desde 2003 - Membro do Fórum Ibero América
- Desde 2002 - Membro do Conselho de Curadores da Fundação Luso-Espanhola

---

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Governo Societário

**Paulo José Jubilado Soares de Pinho**

**Administrador Não Executivo da Sonae Capital, SGPS, S.A.**

**Idade: 53**

**Nacionalidade: Portuguesa**

---

<b>Curriculum Académico:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1985)</li><li>▪ MBA - Master in Business Administration - Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1989)</li><li>▪ Doutoramento em Banking and Finance - City University Business School, Londres (1994)</li><li>▪ Negotiation Analysis - Amsterdam Institute of Finance (2005)</li><li>▪ Advanced Course - European Venture Capital and Private Equity Association (2006)</li><li>▪ Valuation Guidelines Masterclass - European Venture Capital and Private Equity Association (2007)</li><li>▪ Private Equity and Venture Capital Programme - Harvard Business School (2007)</li></ul>
------------------------------	--

---

**Cargos exercidos em sociedades do Grupo:**

-

**Cargos exercidos em outras sociedades:**

- Presidente do Conselho Geral do Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME-IAPMAI
  - Membro do Conselho de Administração da Change Partners, SCR, S.A.
  - Sócio Gerente da Finpreneur, Ltda.
  - Director académico da Lisbon MBA (MIT - Católica - Nova)
- 

**Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:**

- Membro do Conselho Consultivo e Estratégico do Fundo Fast Change Venture Capital
  - Membro do Conselho de Administração da Biotecnol, S.A.
  - Administrador (representante em Portugal) da Venture Valuation, Suíça
  - Consultor Sénior da New Next Moves Consultants, Portugal
  - Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
  - Professor Convidado na Cass Business School, Londres
  - Professor Convidado na Universidade do Luxemburgo
-

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Governo Societário

**Maria Cláudia Teixeira de Azevedo**

**Administradora e Presidente da Comissão Executiva da Sonae Capital, SGPS, S.A.**

**Idade: 46**

**Nacionalidade: Portuguesa**

---

### **Curriculum Académico:**

- Licenciatura em Gestão pela Universidade Católica do Porto e MBA pelo INSEAD
- 

### **Cargos exercidos em sociedades do Grupo:**

- Presidente do Conselho de Administração da Troiaresort, SGPS, S.A. (anteriormente designada por Imoareia - Investimentos Turísticos, SGPS, S.A.)
- Presidente do Conselho de Administração da SC Hospitality, SGPS, S.A. (anteriormente designada por Sonae Turismo - SGPS, S.A.)
- Presidente do Conselho de Administração da Capwatt, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Capwatt ACE, S.A. (anteriormente designada por Integrum ACE, S.A.)
- Presidente do Conselho de Administração da Capwatt - Brainpower, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Capwatt Colombo - Heat Power, S.A (anteriormente designada por Integrum Colombo - Energia, S.A.)
- Presidente do Conselho de Administração da Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A. (anteriormente designada por Integrum Engenho Novo - Energia, S.A.)
- Presidente do Conselho de Administração do Agrupamento Complementar de Empresas Capwatt Hectare - Heat Power, ACE (anteriormente designada por Companhia Térmica Hectare, ACE)
- Presidente do Conselho de Administração da Capwatt II - Heat Power, S.A (anteriormente designada por Integrum II - Energia, S.A.)
- Presidente do Conselho de Administração da Capwatt III - Heat Power, S.A (anteriormente designada por Integrum III - Energia, S.A.)
- Presidente do Conselho de Administração da Capwatt Maia - Heat Power, S.A. (anteriormente designada por Ecociclo II - Energias, S.A.)
- Presidente do Conselho de Administração da Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A. (anteriormente designada por Integrum Martim Longo - Energia, S.A.)
- Presidente do Conselho de Administração da Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A. (anteriormente designada por Integrum Vale do Caima - Energia, S.A.)
- Presidente do Conselho de Administração da Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A. (anteriormente designada por Integrum Vale do Tejo - Energia, S.A.)
- Presidente do Conselho de Administração da SC, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Sistavac, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Sistavac, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Spred, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Sopair, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da QCE - Desenvolvimento e Fabrico de Equipamentos, S.A.
- Membro da Gerência da Carvemagere, Manutenção e Energias Renováveis, Lda.
- Membro da Gerência da C.T.E. - Central Termoeléctrica do Estuário, Unipessoal, Lda.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

- Membro da Gerência da Enerlousado - Recursos Energéticos, Unipessoal, Lda.
- Membro da Gerência da Ronfegen - Recursos Energéticos, Unipessoal, Lda.
- Membro da Gerência da Companhia Térmica Tagol, Unipessoal, Lda.

---

#### **Cargos exercidos em outras sociedades:**

- Presidente do Conselho de Administração da Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Efanor - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do GRUPO S 21 SEC GÉSTION, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração ITRUST - Ciber Security and Intelligence Services, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Linhacom, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Saphety Level - Trusted Services, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom - Ciber Security and Intelligence Services, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da WeDo Technologies Americas, INC.
- Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imparfin, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Praesidium Services Limited
- Membro do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, S.A. (anteriormente designada por Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da WeDo Technologies (UK) Limited
- Membro do Conselho de Administração da WeDo Technologies Australia PTY, Limited
- Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da NOS - SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo
- Directora da Sonaecom - Sistemas de Información España, SL.
- Directora da WeDo Technologies Mexico, S. De R.L. de C.V.
- Directora da WeDo Technologies Egypt
- Gerente General da Saphety - Transacciones Electronicas, S.A.S

**Principais  
actividades  
profissionais  
dos últimos  
cinco anos:**

- Administradora Executiva da Sonaecom, SGPS, S.A.
  - Administradora Executiva Zon Optimus, SGPS, S.A.
  - Membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades:
    - Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, S.A. (anteriormente designada por Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A.)
    - Sonae Matrix Multimédia
    - WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A.
    - Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
    - ZOPT, SGPS, S.A.
-

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Relatório de Governo Societário

Ivone Pinho Teixeira

Administradora Executiva e CFO da Sonae Capital, SGPS, S.A.

Idade: 43

Nacionalidade: Portuguesa

---

### Curriculum Académico:

- Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia do Porto (1995)
- Pós-Graduação em Análise Crédito - Instituto Superior de Gestão Bancária (1996)
- Pós Graduação em Fiscalidade Internacional - Universidade Católica (2004)

---

### Cargos exercidos em sociedades do Grupo:

- Membro do Conselho de Administração do Agrupamento Complementar de Empresas Atelgen, Produção de Energia, ACE
- Membro do Conselho de Administração da Atlantic Ferries - Tráfego Local, Fluvial e Marítimo, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Bloco Q - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Capwatt, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Capwatt ACE, S.A. (anteriormente designada Integrum ACE, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da Capwatt - Brainpower, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Capwatt Colombo - Heat Power, S.A. (anteriormente designada Integrum Colombo - Energia, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A. (anteriormente designada Integrum Engenho Novo - Energia, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração do Agrupamento Complementar de Empresas Capwatt Hectare - Heat Power, ACE (anteriormente designada Companhia Térmica Hectare, ACE)
- Membro do Conselho de Administração da Capwatt II - Heat Power, S.A. (anteriormente designada Integrum II - Energia, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da Capwatt III - Heat Power, S.A. (anteriormente designada Integrum III - Energia, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da Capwatt Maia - Heat Power, S.A. (anteriormente designada Ecociclo II - Energias, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A. (anteriormente designada Integrum Martim Longo - Energia, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A. (anteriormente designada Integrum Vale do Caima - Energia, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A. (anteriormente designada Integrum Vale do Tejo - Energia, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da Casa da Ribeira - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Centro Residencial da Maia - Urbanismo, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Cinclus - Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração do Agrupamento Complementar de Empresas Companhia Térmica do Serrado, ACE
- Membro do Conselho de Administração da Contacto Concessões, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Country Club da Maia - Imobiliária, S.A.

- Membro do Conselho de Administração da Empreendimentos Imobiliários Quinta da Azenha, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Golf Time - Golfe e Investimentos Turísticos, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imobeauty, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imoclub - Serviços Imobiliários, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imohotel - Empreendimentos Turísticos, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imopenínsula - Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imoponte - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Imosedas - Imobiliária e Serviços, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Implantação - Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Inparvi, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Marina de Tróia, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Marmagno - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Marvero - Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Norscut - Concessionária de Auto-Estradas, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Porturbe - Edifícios e Urbanizações, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Praedium - Serviços, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da SC Assets, SGPS, S.A. (anteriormente denominada Praedium - SGPS, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da Praedium II - Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Prédios Privados - Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Predisedas - Predial das Sedas, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Promessa - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da SC - Engenharia e Promoção Imobiliária, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da SC, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da SC - Sociedade de Consultadoria, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da SC Finance, BV
- Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da SC Hospitality, SGPS, S.A. (anteriormente denominada Sonae Turismo - SGPS, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da S.I.I. - Soberana - Investimentos Imobiliários, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sistavac, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sistavac, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sete e Meio Herdades - Investimentos Agrícolas e Turismo, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Soira - Sociedade Imobiliária de Ramalde, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Solinca - Health and Fitness, S.A.



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Relatório de Governo Societário

- Membro do Conselho de Administração da Porto palácio Hotel – Exploração Hoteleira, S.A. (anteriormente designada Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da Soltróia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sonae Turismo, SGPS, S.A. (anteriormente denominada SC Assets, SGPS, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da Sopair, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sotáqua – Sociedade de Empreendimentos Turísticos de Quarteira, S.A.
- Membro do Conselho de Administração do Agrupamento Complementar de Empresas da Soternix – Produção de Energia, ACE
- Membro do Conselho de Administração da Spinveste – Gestão Imobiliária, SGII, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Spred, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da The Artist Porto Hotel & Bistro – Actividades Hoteleiras, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Tróia Market – Supermercados, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Troiaresort, SGPS, S.A. (anteriormente denominada Imoareia – Investimentos Turísticos, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da Aqualuz Troia – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A. (anteriormente designada Troiaverde – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.)
- Membro do Conselho de Administração da Tulipamar – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Vistas do Freixo – Empreendimentos Turísticos, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da The Artist Ribeira – Actividades Hoteleiras, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da QCE – Desenvolvimento e Fabrico de Equipamentos, S.A.
- Membro da Gerência da Carvemagere, Manutenção e Energias Renováveis, Lda
- Membro da Gerência da Companhia Térmica Tagol, Unipessoal, Lda.
- Membro da Gerência da C.T.E. – Central Termoeléctrica do Estuário, Unipessoal, Lda.
- Membro da Gerência da Enerlousado – Recursos Energéticos, Unipessoal, Lda.
- Membro da Gerência da Ronfegen – Recursos Energéticos, Unipessoal, Lda.
- Membro da Gerência da SC For – Serviços de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Unipessoal, Lda.

---

#### **Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:**

- Since 2012 - Chief Financial Officer, Grupo Sonae Capital
  - 2007-2012 - Directora de Finanças Corporativas, Grupo Sonae Capital
-

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

Relatório de Governo Societário

**António Monteiro de Magalhães**

**Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, S.A.**

---

**Curriculum Académico:** ▪ Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1969)

---

**Cargos exercidos em sociedades do Grupo:**

---

**Cargos exercidos em outras sociedades:**

- Sócio e Administrador da sociedade António Magalhães & Carlos Santos - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (desde a sua constituição, em 1989)
- Presidente do Conselho Fiscal da Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI, S.A.
- Membro do Conselho Fiscal das sociedades:
  - Montepio Holding, SGPS, S.A.
  - Montepio Investimento, S.A.
  - Cin - Corporação Industrial do Norte, S.A.

---

**Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:**

- Presidente do Conselho Superior da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nos mandatos de 2012/2014 e 2015/2017
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas no mandato de 2009/2011

---

**Manuel Heleno Sismeiro**

**Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, S.A.**

---

**Curriculum Académico:** ▪ Contabilista, ICL, Lisboa (1964)  
▪ Licenciatura em Finanças, ISCEF, Lisboa (1971)

---

**Cargos exercidos em sociedades do Grupo:**

---

**Cargos exercidos em outras sociedades:**

- Presidente do Conselho Fiscal das sociedades:
  - Sonae Indústria, SGPS, S.A.
  - OCP Portugal - Produtos Farmacêuticos, S.A.
  - BBI - Banif Banco de Investimentos, S.A.
- Membro do Conselho Fiscal da Sonae, SGPS, S.A.
- Presidente da Assembleia Geral da Segafredo Zanetti (Portugal) - Comercialização e Distribuição de Café, S.A.

---

**Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:**

- Desde 2008 - Consultor em especial nas áreas de auditoria interna e controle interno

---

## **RELATÓRIO & CONTAS 2015**

Relatório de Governo Societário

**Carlos Manuel Pereira da Silva**

**Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, S.A.**

---

**Curriculum Académico:**      ■ Licenciatura em Economia - Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1978)

---

**Cargos exercidos em sociedades do Grupo:**

---

-

**Cargos exercidos em outras sociedades:**

---

-

**Principais actividades profissionais dos últimos cinco anos:**

---

■ Desde 2010 - Revisor Oficial de Contas e sócio da Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda.

Anexo à Declaração da Comissão de Vencimentos sobre a Política de Remuneração dos Órgãos Sociais e Dirigentes da Sociedade

## **PLANO DE ATRIBUIÇÃO DE ACÇÕES SONAE CAPITAL**

### **(Prémio variável de médio prazo - PVMP)**

#### **Características e Regulamento**

##### **1. Características do PVMP**

O PVMP é uma das componentes da Política Retributiva da Sonae Capital. Esta componente distingue-se das restantes por ter um carácter restrito e voluntário, cuja atribuição é condicionada às regras de elegibilidade descritas neste documento.

O PVMP proporciona aos aderentes a possibilidade de partilharem com os acionistas o valor criado, pela sua intervenção direta na definição da estratégia e na gestão dos negócios, na justa medida do resultado da avaliação anual do seu desempenho.

##### **2. Enquadramento do PVMP**

O PVMP constitui uma forma de alinhamento dos interesses dos administradores executivos com os objetivos da organização, reforçando o seu compromisso e fortalecendo a perceção da importância da sua performance para o sucesso da Sonae Capital, com expressão na capitalização bolsista do título.

##### **3. Elegibilidade**

São elegíveis para efeitos de atribuição do PVMP os administradores executivos da Sonae Capital, SGPS, SA e das suas dominadas.

De acordo com a política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração, são igualmente elegíveis para a atribuição do PVMP os colaboradores, a quem por via dessa política, seja aplicável o Plano.

<b>Membros Elegíveis</b>	<b>Valor de referência do prémio variável de médio prazo</b> (% da remuneração variável total objectivo)
Administradores Executivos Sonae Capital	Pelo menos 50%
Administradores Executivos Negócios	Pelo menos 50%
Colaboradores	Termos a definir pelo Conselho de Administração de cada Sociedade

##### **4. Duração do plano**

O PVMP é constituído anualmente, por períodos de três anos. A partir do início do terceiro plano consecutivo, ocorrerá, a cada momento, a sobreposição de três planos trienais.

## **5. Valor de referência do PVMP**

O PVMP é valorizado à data de atribuição a preços representativos da cotação do título, no mercado de ações em Portugal, considerando-se para o efeito o valor mais favorável correspondente à cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à Assembleia-Geral ou a cotação média (considerando-se para o efeito da determinação da cotação média, a cotação de fecho nos 30 dias de negociação anteriores à data de realização da Assembleia-Geral).

Aos membros abrangidos é atribuído o direito à aquisição de um número de ações determinado pelo quociente entre o valor do prémio variável de médio prazo atribuído e o valor de cotação à data da atribuição apurado nos termos do parágrafo anterior, podendo tal direito ser exercido decorridos três anos após a atribuição, o qual será corrigido, ao logo do período de diferimento pelo grau de cumprimento de KPIs de longo prazo, de modo a garantir continuidade do alinhamento com os objetivos de sustentabilidade do negócio a longo prazo.

Na linha da afirmação de uma política de reforço do alinhamento dos administradores executivos com os interesses de longo prazo da sociedade, a Comissão de Vencimentos poderá, a seu livre critério, determinar a existência de uma comparticipação na aquisição das ações a suportar por aqueles, a qual será correspondente a uma percentagem do valor de cotação das ações, com o limite máximo de 5% do seu valor de cotação à data da transmissão dos títulos.

No caso de, posteriormente à atribuição do direito e antes do seu exercício, se verificar distribuição de dividendos, alteração do valor nominal das ações ou de alteração do capital social da sociedade ou qualquer outra modificação na estrutura do capital da sociedade com impacto na expressão económica dos direitos atribuídos, o número de ações cujo direito de aquisição tenha sido atribuído será ajustado para um número equivalente tendo em conta o efeito das referidas alterações.

## **6. Entrega pela Sociedade**

No momento do exercício do direito de aquisição de ações atribuído no âmbito do PVMP, a sociedade reserva-se o direito de entregar, em substituição das ações, o numerário equivalente ao seu valor de mercado à data do respetivo exercício.

## **7. Vencimento do PVMP**

O direito de aquisição das ações atribuídas pelo PVMP vence-se decorrido três anos após a sua atribuição.

## **8. Condições do exercício do direito**

O direito ao exercício do direito de aquisição das ações atribuídas no termo do Plano caduca se ocorrer a cessação do vínculo entre o membro e sociedade antes de decorrido o período de três anos subsequente à sua atribuição, sem prejuízo do disposto nos parágrafos seguintes.

O direito manter-se-á em vigor no caso incapacidade permanente ou morte do membro, sendo, neste caso, o pagamento efetuado ao próprio ou aos seus herdeiros na data do respetivo vencimento.

Em caso de reforma do membro o direito atribuído poderá ser exercido na respetiva data de vencimento.

A presente política aplicar-se-á a todos os planos em aberto cujos títulos não tenham ainda sido transmitidos.

PARTE IV

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS**

31 DEZEMBRO 2015



**SONAE CAPITAL**

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31.12.2015	31.12.2014
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Activos fixos tangíveis	10	251.495.972	240.710.716
Activos intangíveis	11	7.338.337	8.024.620
Goodwill	12	60.892.528	60.990.244
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	6	12.960.514	20.730.694
Outros investimentos	7, 9 e 13	597.515	34.081.492
Activos por impostos diferidos	20	23.620.310	23.718.439
Outros activos não correntes	9 e 14	7.871.931	20.653.819
Total de activos não correntes		<u>364.777.107</u>	<u>408.910.024</u>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>			
Inventários	15	126.761.744	157.562.294
Clientes	9 e 16	19.375.097	25.980.899
Outras dívidas de terceiros	9 e 17	9.003.693	10.904.150
Estado e outros entes públicos - Imposto sobre o rendimento	18	3.795.910	10.270.836
Estado e outros entes públicos - Outros impostos	18	8.831.026	6.405.419
Outros activos correntes	19	6.169.502	6.630.593
Caixa e equivalentes de caixa	9 e 21	35.318.251	9.327.550
Total de activos correntes		<u>209.255.223</u>	<u>227.081.741</u>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>48</b>	<b><u>574.032.330</u></b>	<b><u>635.991.765</u></b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	22	250.000.000	250.000.000
Acções próprias	22	(1.426.791)	(1.486.301)
Reservas e resultados transitados	22	51.609.194	56.279.740
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		(294.678)	(6.832.009)
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		<u>299.887.725</u>	<u>297.961.430</u>
Interesses sem controlo	23	10.247.125	9.375.864
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b><u>310.134.850</u></b>	<b><u>307.337.294</u></b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários de longo prazo	9 e 24	46.693.174	78.223.573
Empréstimos obrigacionistas	9 e 24	42.123.598	101.891.291
Credores por locações financeira	9, 24 e 25	14.809.541	18.846.111
Outros empréstimos	9 e 24	297.289	609.258
Outros passivos não correntes	9 e 27	3.033.619	3.073.863
Passivos por impostos diferidos	20	10.948.548	11.709.284
Provisões	32	3.079.824	3.079.824
Total de passivos não correntes		<u>120.985.593</u>	<u>217.433.204</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários de curto prazo	9 e 24	17.725.702	39.992.932
Empréstimos obrigacionistas	9 e 24	59.982.062	-
Credores por locações financeiras	9, 24 e 25	2.546.998	2.851.514
Outros empréstimos	9, 24 e 26	337.920	1.374.127
Fornecedores	9 e 29	17.167.600	17.028.403
Outras dívidas a terceiros	9 e 30	11.562.222	7.975.667
Estado e outros entes públicos - Imposto sobre o rendimento	18	945.628	6.495.689
Estado e outros entes públicos - Outros impostos	18	2.624.731	3.072.266
Outros passivos correntes	31	24.661.098	26.788.468
Provisões	32	5.357.926	5.642.201
Total de passivos correntes		<u>142.911.887</u>	<u>111.221.267</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>48</b>	<b><u>263.897.480</u></b>	<b><u>328.654.471</u></b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b><u>574.032.330</u></b>	<b><u>635.991.765</u></b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

### DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Vendas	35	104.422.225	113.979.183
Prestações de serviços	35	65.710.930	63.986.078
Outros rendimentos e ganhos	36	17.389.764	8.067.594
Custo das vendas	15	(61.139.628)	(63.129.092)
Variação da produção	37	(5.983.190)	(18.040.703)
Fornecimentos e serviços externos	38	(54.375.292)	(54.582.889)
Gastos com o pessoal	39	(34.837.935)	(33.918.201)
Amortizações e depreciações	10 e 11	(15.787.289)	(14.791.562)
Provisões e perdas por imparidade (Aumentos/ Diminuições)	32	(459.821)	820.033
Outros gastos e perdas	40	(7.517.024)	(3.963.861)
Resultados operacionais		7.422.740	(1.573.420)
Gastos e perdas financeiras	41	(10.432.290)	(12.945.280)
Rendimentos e ganhos financeiros	41	1.664.711	1.428.851
Ganhos ou perdas relativos a empresas associadas e conjuntamente controladas		3.976,671	8.585.816
Resultados relativos a investimentos	6 e 42	(813.146)	2.708.643
Resultado antes de impostos		1.818.686	(1.795.390)
Imposto sobre o rendimento	43	(422.333)	(4.501.600)
Resultado consolidado do exercício	44	1.396.353	(6.296.990)
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa-Mãe		(294.678)	(6.832.009)
Interesses sem controlo	23	1.691.031	535.019
Resultados por acção			
Básico	46	(0,001196)	(0,027749)
Diluído	46	(0,001196)	(0,027749)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração



# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	4º Trimestre 15 <sup>1</sup>	4º Trimestre 14 <sup>1</sup>
Vendas		48.784.765	48.347.937
Prestações de serviços		(4.446.185)	(2.293.099)
Outros rendimentos e ganhos		2.128.939	2.963.292
Custo das vendas		(14.113.435)	(20.964.994)
Variação da produção		(3.287.346)	(3.607.026)
Fornecimentos e serviços externos		(16.610.950)	(14.636.405)
Gastos com o pessoal		(7.734.872)	(8.468.769)
Amortizações e depreciações		(3.903.915)	(3.888.597)
Provisões e perdas por imparidade (Aumentos/ Diminuições)		(410.206)	1.417.707
Outros gastos e perdas		(1.037.575)	882.036
Resultados operacionais		(630.780)	(247.918)
Gastos e perdas financeiras		(2.113.794)	(2.878.235)
Rendimentos e ganhos financeiros		575.591	424.540
Ganhos ou perdas relativos a empresas associadas e conjuntamente controladas		989.985	4.036.293
Resultados relativos a investimentos		(862.541)	2.138.744
Resultado antes de impostos		(2.041.539)	3.473.424
Imposto sobre o rendimento		385.635	(1.977.496)
Resultado consolidado do período		(1.655.904)	1.495.928
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa-Mãe		(2.348.716)	1.098.738
Interesses sem controlo		692.812	397.190
Resultados por acção			
Básico		(0,009535)	0,004464
Diluído		(0,009535)	0,004464

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

<sup>1</sup> Preparadas de acordo com o IAS 34 Relato Financeiro Intercalar e não auditadas.

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

### DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2015	31.12.2014
Resultado líquido consolidado do período	1.396.353	(6.296.990)
Rubricas que posteriormente poderão ser reclassificados para Resultado Líquido:		
Variação nas reservas de conversão cambial	146.452	78.858
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 5)	1.588.081	(65.531)
Variação no justo valor dos activos disponíveis para venda	750.961	(160.105)
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	228.041	940.277
Imposto relativo às componentes do Outro rendimento integral	(293.476)	119.119
Outro rendimento integral do período	2.420.059	912.618
Total rendimento integral consolidado do período	<u>3.816.412</u>	<u>(5.384.372)</u>
Atribuível a:		
Accionistas da Empresa-Mãe	2.085.740	(5.952.208)
Interesses sem controlo	<u>1.730.672</u>	<u>567.836</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em Euros)

	4º Trimestre 15 <sup>1</sup>	4º Trimestre 14 <sup>1</sup>
Resultado líquido consolidado do período	(1.655.904)	(1.495.928)
Rubricas que posteriormente poderão ser reclassificados para Resultado Líquido:		
Variação nas reservas de conversão cambial	(41.930)	(9.428)
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 5)	419.002	226.754
Variação no justo valor dos activos disponíveis para venda	(90.943)	(1.064.321)
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	5.637	305.084
Imposto relativo às componentes do Outro rendimento integral	(27.643)	248.387
Outro rendimento integral do período	264.123	(293.524)
Total rendimento integral consolidado do período	<u>(1.391.781)</u>	<u>1.202.404</u>
Atribuível a:		
Accionistas da Empresa-Mãe	(2.086.958)	802.190
Interesses sem controlo	<u>695.177</u>	<u>400.214</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

<sup>1</sup>Preparadas de acordo com o IAS 34 Relato Financeiro Intercalar e não auditadas.

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

SONAE CAPITAL, SGPS, SA  
 DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
 PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014  
 (Montantes expressos em Euros)

	Atribuível aos Accionistas da Sonae Capital											
	Capital social	Acções próprias	Reserva de cisão (Nota 22)	Reservas de conversão	Reservas de justo valor	Reservas de cobertura	Outras reservas e resultados Transitados	Sub total	Resultado Líquido	Total	Interesses sem controlo (Nota 23)	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	250.000,00 0	(1.124.125)	132.638.25 3	(189.622)	(590.856)	(1.166.854)	(62.056.375)	68.634.546	(13.200.373)	304.310.04 8	8.850.291	313.160.339
Total rendimento integral consolidado do período	-	-	-	58.740	(160.105)	927.578	53.588	879.801	(6.832.009)	(5.952.208)	567.836	(5.384.372)
Aplicação do resultado consolidado de 2013: Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	(13.200.373)	(13.200.373)	13.200.373	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(721.525)	(721.525)
(Aquisições)/Alienações de acções próprias	-	(362.176)	-	-	-	-	-	-	-	(362.176)	-	(362.176)
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	679.088	679.088
Outras variações	-	-	-	-	-	-	(34.234)	(34.234)	-	(34.234)	174	(34.060)
Saldo em 31 de Dezembro 2014	250.000,00 0	(1.486.301)	132.638.25 3	(130.882)	(750.961)	(239.276)	(75.237.394)	56.279.740	(6.832.009)	297.961.43 0	9.375.864	307.337.29 4
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	250.000,00 0	(1.486.301)	132.638.25 3	(130.882)	(750.961)	(239.276)	(75.237.394)	56.279.740	(6.832.009)	297.961.43 0	9.375.864	307.337.29 4
Total rendimento integral consolidado do período	-	-	-	107.532	750.961	227.320	1.294.605	2.380.418	(294.678)	2.085.740	1.730.672	3.816.412
Aplicação do resultado consolidado de 2014: Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	(6.832.009)	(6.832.009)	6.832.009	-	(1.079.240)	(1.079.240)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(Aquisições)/Alienações de acções próprias	-	59.510	-	-	-	-	-	-	-	59.510	-	59.510
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	(219.830)	(219.830)	-	(219.830)	219.830	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	875	875	-	875	(1)	874
Saldo em 31 de Dezembro 2015	250.000,00 0	(1.426.791)	132.638.25 3	(23.350)	-	(11.956)	(80.993.753)	51.609.194	(294.678)	299.887.72 5	10.247.125	310.134.850

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

### DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.12.2015	31.12.2014	4º Trimestre 15 <sup>1</sup>	4º Trimestre 14 <sup>1</sup>
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>					
Recebimentos de clientes		179.322.909	179.986.235	42.023.545	45.175.491
Pagamentos a fornecedores		(109.671.262)	(111.665.349)	(29.811.416)	(31.097.416)
Pagamentos ao pessoal		(34.110.758)	(33.612.749)	(8.287.973)	(8.882.928)
Fluxos gerados pelas operações		<u>35.540.889</u>	<u>34.708.137</u>	<u>3.924.156</u>	<u>5.195.147</u>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(628.184)	(4.640.344)	(403.498)	(774.236)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		<u>(5.377.976)</u>	<u>(233.323)</u>	<u>(2.047.162)</u>	<u>4.941.328</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)	48	<u>29.534.729</u>	<u>29.834.470</u>	<u>1.473.496</u>	<u>9.362.239</u>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>					
Recebimentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros	47	35.935.067	9.885.905	12.050.733	1.760.722
Activos fixos tangíveis		15.494.817	2.932.591	890.195	1.848.665
Juros e proveitos similares		2.189.792	1.411.822	1.083.566	168.772
Empréstimos concedidos		13.693.513	-	13.693.513	-
Dividendos		13.634.340	950.610	13.294.657	81.923
		<u>80.947.529</u>	<u>15.180.928</u>	<u>41.012.664</u>	<u>3.860.082</u>
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros	47	(26.143)	(5.401.226)	(280)	(2.060.223)
Activos fixos tangíveis		(13.547.643)	(7.293.515)	(4.512.524)	(2.096.875)
Activos intangíveis		(416.113)	(1.101.166)	(128.765)	(250.045)
Empréstimos concedidos		<u>(1.015.749)</u>	<u>(971.509)</u>	<u>(161)</u>	<u>(2.000)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)	48	<u>(15.005.648)</u>	<u>(14.767.416)</u>	<u>(4.641.730)</u>	<u>(4.409.143)</u>
		<u>65.941.881</u>	<u>413.512</u>	<u>36.370.934</u>	<u>(549.061)</u>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>					
Recebimentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		16.100.000	88.950.000	7.000.000	17.799.000
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		-	25.768	-	375
Venda de acções próprias		<u>72.435</u>	<u>42.606</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>16.172.435</u>	<u>89.018.374</u>	<u>7.000.000</u>	<u>17.799.375</u>
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		(73.800.598)	(96.714.957)	(11.997.041)	(19.107.488)
Juros e custos similares		(9.477.026)	(14.602.662)	(2.295.162)	(3.091.689)
Reduções de capital e prestações suplementares		-	(28.385)	-	-
Dividendos		(924.617)	(2.303.987)	(888)	(706.617)
Aquisições de acções (quotas) próprias		<u>(12.925)</u>	<u>(404.783)</u>	<u>(12.925)</u>	<u>-</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)	48	<u>(84.215.166)</u>	<u>(114.054.774)</u>	<u>(14.306.016)</u>	<u>(22.905.794)</u>
		<u>(68.042.731)</u>	<u>(25.036.400)</u>	<u>(7.306.016)</u>	<u>(5.106.419)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>27.433.879</u>	<u>5.211.582</u>	<u>30.538.414</u>	<u>3.706.759</u>
Efeito das diferenças de câmbio		<u>264.504</u>	<u>(14.987)</u>	<u>46.456</u>	<u>17.774</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	21	<u>8.148.876</u>	<u>2.922.307</u>	<u>4.826.293</u>	<u>4.459.891</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	21	<u>35.318.251</u>	<u>8.148.876</u>	<u>35.318.251</u>	<u>8.148.876</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1 Preparadas de acordo com o IAS 34 Relato Financeiro Intercalar e não auditadas.

O Conselho de Administração

## SONAE CAPITAL, SGPS, SA

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

#### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE CAPITAL, SGPS, SA (“Empresa”, “Grupo” ou “Sonae Capital”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-907 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 5 a 7 (“Grupo Sonae Capital”) e foi constituída por escritura pública de 14 de Dezembro de 2007 em resultado do destaque da participação da SC, SGPS, SA (anteriormente denominada Sonae Capital, SGPS, SA) através de cisão simples da Sonae, SGPS, SA, cujo projecto foi aprovado pelo Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA em 8 de Novembro de 2007 e pela Assembleia Geral de 14 de Dezembro de 2007.

Reflectindo a actual estrutura de gestão, os segmentos de reporte, replicam as áreas de negócio estratégicas identificadas no Grupo:

- Resorts;
- Hotelaria;
- Fitness;
- Energia;
- Refrigeração e AVAC;
- Outros Activos.

Os activos não estratégicos (incluindo imobiliário não turístico e participações detidas numa lógica de investimento financeiro) são para efeitos de reporte incluídos no segmento “Outros Activos”.

#### 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

##### 2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” - anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade - “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas por IFRS Interpretation Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2015.

As demonstrações financeiras intercalares foram apresentadas trimestralmente, de acordo com a IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das suas filiais, ajustadas no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

custo histórico, excepto no caso de instrumentos financeiros derivados e investimentos disponíveis para venda, que se encontram registados pelo justo valor.

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões:

#### a) em vigor durante o exercício de 2015 e sem impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2015:

	Data de aprovação pela EU	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)
IFRIC 21 - Taxas	13-06-2014	17-06-2014
Melhorias anuais às normas internacionais de relato financeiro - 2010-2012	17-12-2014	01-07-2014
Melhorias anuais às normas internacionais de relato financeiro - 2011-2013	18-12-2014	01-01-2015

#### b) em vigor em exercícios posteriores a 31 de Dezembro de 2015:

	Data de aprovação pela EU	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)
Emendas à IAS 16 e 41 - Activos fixos tangíveis e Agricultura	23-11-2015	01-01-2016
Emendas à IFRS 11 - Acordos conjuntos	24-11-2015	01-01-2016
Emendas à IAS 16 e 38 - Activos fixos tangíveis e Activos Intangíveis	02-12-2015	01-01-2016

Não são esperados efeitos significativos com a futura adopção das normas supramencionadas.

## 2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

#### a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo) foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica Interesses sem controlo. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

O rendimento integral e as restantes rubricas de capitais próprios são atribuídas aos detentores de interesses sem controlo mesmo que essas rubricas assumam valores negativos.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição, podendo tal mensuração ser concluída num prazo de 12 meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição da participação acrescido do valor de interesses sem controlo face ao justo valor dos activos e passivos adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.c). Caso o diferencial entre o custo de aquisição acrescido do valor de interesses sem controlo e o justo valor de activos, passivos e

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

passivos contingentes adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor atribuído aos activos líquidos adquiridos. Os interesses sem controlo são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas/vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, consoante o caso.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo excluídas da consolidação são apresentados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade (Nota 7).

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 5.

#### **b) Investimentos financeiros em empresas associadas e em empresas controladas conjuntamente**

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas nas quais o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) e em empresas controladas conjuntamente são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da participada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor do investimento financeiro (Nota 2.2.c). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do exercício na rubrica Resultados relativos a empresas associadas ou empreendimentos conjuntamente controlados, após reconfirmação do justo valor atribuído aos activos líquidos adquiridos.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada ou empresa controlada conjuntamente, excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas ou empresas controladas conjuntamente são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada ou no empreendimento conjunto por contrapartida do investimento nessa mesma associada ou empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmente



## **RELATÓRIO & CONTAS 2015**

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas e empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhados na Nota 6.

#### **c) Goodwill**

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente e associadas e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, foram registadas na rubrica Goodwill (Nota 12) ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas e em empresas controladas conjuntamente (Nota 6).

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão do Grupo ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. As perdas por imparidade de Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

#### **d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras**

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluindo o valor de Goodwill são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados transitados.

O valor de Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

	31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014	
	Final do período	Média do período	Final do período	Média do período
Metical	0,01918	0,02320	0,02429	0,02405
Moçambicano				
Real Brasileiro	0,23193	0,27451	0,31049	0,32063
Kwanza Angolano	0,00679	0,00757	0,00801	0,00766

Fonte: Bloomberg

### 2.3. Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após os bens se encontrarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica Amortizações e depreciações da demonstração consolidada de resultados.

As perdas por imparidade, detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica Provisões e perdas por imparidade da demonstração consolidada de resultados, com excepção das relativas a activos registados em inventários cuja imparidade é registada em Custo das vendas.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As despesas com reparação e manutenção de activos são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes activos são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

### 2.4. Activos Intangíveis

Os Activos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os Activos Intangíveis só são

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como Activos Intangíveis.

O Grupo passou a adoptar a partir do exercício de 2009 o “IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços”, nas situações em que uma entidade pública atribui, sob a forma de concessão, o fornecimento de serviços públicos. A única concessão detida pelo Grupo enquadrável nesta norma é a exploração da Marina de Tróia, sendo que o Grupo segue o modelo do activo intangível, uma vez que recebeu o direito de debitar aos utentes o serviço público, não lhe sendo dada no entanto, por parte do concedente, garantia sobre o nível de rédito a ser recebido durante o período de concessão. De acordo com este modelo, todos os custos relacionados com a respectiva infraestrutura são reconhecidos como Activos Intangíveis e amortizados linearmente ao longo do período de concessão.

As amortizações dos Activos Intangíveis são calculadas, após se encontrarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde geralmente a um período compreendido entre 3 a 6 anos, e registadas por contrapartida da rubrica Amortizações e depreciações da demonstração consolidada de resultados, com excepção dos activos associados à concessão da Marina de Tróia, registados na rubrica “Activos Intangíveis” ao abrigo do “IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços”, os quais são amortizados durante o período da concessão (50 anos).

### 2.5. Locações

Os contractos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

#### **Locações em que o Grupo age como locatário**

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contractos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos a efectuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

#### **Locações em que o Grupo age como locador**

Nas situações em que o Grupo age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos bens afectos são mantidos no balanço do Grupo e as rendas são reconhecidas na demonstração de resultados de forma linear durante o período do contrato de locação.

#### 2.6. Subsídios Governamentais ou de Outras Entidades Públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos fixos, são incluídos na rubrica Outros passivos correntes e são creditados na demonstração dos resultados, na rubrica Outros proveitos operacionais em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos activos subsidiados.

#### 2.7. Imparidade dos Activos Não Correntes, Excepto Goodwill

São efectuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados em Provisões e perdas por imparidade. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

#### 2.8. Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efectiva dos mesmos.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos ou projectos imobiliários classificados em inventários são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida quando aqueles activos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### 2.9. Activos Não Correntes Detidos para Venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como disponíveis para venda.

#### 2.10. Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido dos valores dos descontos obtidos ou estimados obter ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio. O valor registado em mercadorias corresponde fundamentalmente a terrenos para desenvolvimento imobiliário.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as amortizações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização). A rubrica de Produtos e trabalhos em curso inclui fundamentalmente o valor de imóveis em desenvolvimento para venda no curso normal da actividade.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em Custo das vendas ou Variação de produção, consoante respeitem a inventários de mercadorias e matérias-primas ou a inventários de produtos acabados e semiacabados e trabalhos em curso.

#### 2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

#### 2.12. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o Balanço consolidado conforme identificado na Nota 9.

##### a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que o Grupo adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados no balanço consolidado como Investimentos correntes.

O Grupo classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes activos são classificados como activos não correntes, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contractos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor nessa data, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em empresas que não sejam cotadas e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica Reservas de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

## **RELATÓRIO & CONTAS 2015**

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) numa rubrica de Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

#### **b) Empréstimos e contas a receber não correntes**

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os proveitos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo entrega dinheiro ou fornece bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como não correntes. Estes activos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 9.

#### **c) Clientes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de Clientes e as Outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço consolidado deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica Provisões e perdas por imparidade em contas a receber, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto para o momento actual.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa do Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- A contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- Se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- Se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por não se considerar material o efeito do desconto.

#### **d) Classificação de capital próprio ou passivo**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

#### **e) Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados de acordo com o princípio da



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.16. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

#### f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### g) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de *funding*.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura, sendo transferidas para a rubrica Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados no mesmo exercício em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura, incluída em Reservas e resultados transitados, são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração consolidada de resultados.

Nos instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma de opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou *hedge accounting*, são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente a rubrica Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contractos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contractos e nas situações em que os contractos não sejam apresentados pelo



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração consolidada de resultados.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

#### h) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

#### i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica Empréstimos bancários de curto prazo no balanço consolidado.

### 2.13. Responsabilidades por Pagamentos Baseados em Acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae Capital, SGPS, SA e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e é posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções ou opções sobre acções atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em Custos com pessoal e Outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de acções ou opções sobre acções remíveis em dinheiro.

### 2.14. Activos e Passivos Contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### 2.15. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação ou dos grupos de empresas no caso de opção pelo regime de tributação especial de grupos de sociedades, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

#### 2.16. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rédito das obras em curso no final de cada exercício é reconhecido da seguinte forma: quando a facturação é superior aos custos incorridos correspondentes, o excesso é registado na rubrica Outros passivos correntes, quando os custos incorridos são superiores à facturação efectuada correspondente, o excesso é registado na rubrica Produtos e trabalhos em curso.

Os proveitos relativos a trabalhos a mais, alterações de contrato, indemnizações e prémios de finalização são registados no momento em que são acordados com o cliente, ou nas situações em que as negociações com o cliente estejam numa fase avançada e que seja provável que as mesmas sejam favoráveis ao Grupo.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no exercício em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

#### 2.17. Saldos e Transacções Expressos em Moeda Estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registados como proveitos e custos na demonstração de resultados do período, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registado directamente em capital próprio.

#### 2.18. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

#### 2.19. Julgamentos e Estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade do Goodwill e de outros activos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de ajustamentos aos valores dos activos e provisões;
- Estimativas de lucros tributáveis futuros e recuperabilidade de activos por impostos diferidos;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas.

#### 2.20. Informação por Segmentos

A informação financeira ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 48.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

#### 3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O objectivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae Capital, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae Capital decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae Capital em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a actividade operacional da Sonae Capital, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a actividade dos seus negócios.

O Departamento de Finanças Corporativas da Sonae Capital é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros do Grupo para efeitos de reporte e monitorização sendo também responsável pela apresentação de proposta e implementação de estruturas de cobertura para gestão individual do risco cambial, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento. As posições são registadas num sistema central (*Treasury Management System*) e o controlo e elaboração de relatórios é efectuado quer ao nível de cada negócio quer numa base consolidada. No que respeita à gestão de risco de crédito de clientes e parceiros, o Departamento de Risco de Contraparte, integrado na Direcção Financeira é responsável pela avaliação e monitorização do perfil de risco de clientes e parceiros de todas as unidades de negócio bem como pela implementação de estruturas de mitigação desses riscos e reporte de exposições e qualidade da carteira de crédito.

##### 3.1. Riscos de Mercado

###### a) Risco de Taxa de Juro - Política

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu balanço consolidado, e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, o Grupo está exposto ao risco de taxa de juro do Euro.

Considerando que:

- A volatilidade nos resultados do Grupo, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;
- Em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;
- A contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a política do Grupo relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição do Grupo, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados consolidados do Grupo.

Face ao exposto, a política do Grupo relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

- Os derivados não são utilizados com objectivos de *trading* ou fins especulativos;
- Os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

- taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente por forma a evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- O custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente devem ser sempre conhecidos e limitados desde o início de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos, considerado nos planos de negócios;
  - A contratação de derivados tem como contrapartes autorizadas apenas instituições financeiras de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, privilegiando-se as instituições de relacionamento bancário do Grupo;
  - Todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras, de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
  - Todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (ISDA - *International Swaps and Derivatives Association*), com *schedules* negociados com cada uma das Instituições;
  - Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de fluxos de caixa futuros, com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc.) prevalentes à data de balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;
  - Todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.

#### b) Risco de Taxa de Juro – Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afectam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores/inferiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos do Grupo em 31 de Dezembro de 2015 seria inferior/superior em 1.055.902 euros (em 31 de Dezembro de 2014 seria inferior/superior em 946.577 euros). O capital próprio sem resultado líquido resultante da análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2015 seria inferior/superior em cerca de 0 euros (em 31 de Dezembro de 2014 seria inferior/superior em cerca de 0 euros).

#### c) Risco de Taxa de Câmbio

O Grupo Sonae Capital apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio.

Contudo, o negócio de Refrigeração e Ar Condicionado tem operações a nível internacional, com subsidiárias a operarem em diferentes jurisdições, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio.

As demonstrações consolidadas de posição financeira e a demonstração de resultados encontram-se assim expostas a risco de câmbio de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio) e as subsidiárias encontram-se expostas a risco de taxa de câmbio de transacção (risco associado às transacções comerciais). O risco de transacção emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com cash flows denominados em divisa que não a divisa funcional de cada uma das subsidiárias. Os cash flows das subsidiárias são largamente denominados nas respectivas divisas locais. Isto é válido independentemente da natureza dos cash flows, ou seja, operacional ou financeira, e permite um grau considerável de hedging natural, reduzindo o risco de transacção do Grupo. Em linha com este princípio, as subsidiárias apenas contratam dívida financeira denominada na respectiva divisa local. Por seu lado, o risco de conversão monetária (translação) emerge do facto de, no âmbito da preparação das contas consolidadas do Grupo, as demonstrações financeiras das subsidiárias com moeda funcional diferente da moeda de relato das contas consolidadas (Euro), terem de ser convertidas para Euros. Uma vez que as taxas de câmbio variam entre os períodos contabilísticos e uma vez que o valor dos activos e passivos das subsidiárias não são coincidentes, introduz-se volatilidade nas contas consolidadas

Como regra, sempre que é possível e economicamente viável, as empresas do Grupo procuram compensar os cash flows positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira, mitigando dessa forma os riscos cambiais. Também como regra geral, em situações em que exista risco cambial relevante em resultado da actividade operacional envolvendo divisas que não a divisa local de cada subsidiária, o risco cambial deve ser mitigado através da utilização de derivados cambiais de curto prazo contratados pela subsidiária exposta ao referido risco. As subsidiárias da Sonae Capital não contratam derivados cambiais com objectivos de trading, geração de proveitos ou fins especulativos. Como política, o risco de translação em resultado da conversão de investimentos de Capitais Próprios em subsidiárias não Euro não é coberto, uma vez que estes investimentos são considerados de longo prazo. Os ganhos e as perdas relacionados com a conversão a diferentes taxas de câmbio de investimentos de Capitais Próprios em subsidiárias não Euro são contabilizados na rubrica de "outro rendimento integral acumulado".

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira, não foram efectuadas análises de sensibilidade á variação da taxa de câmbio.

#### d) Outro Risco de Preço

O Grupo está exposto aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras. Contudo, esses investimentos são geralmente efectuados com objectivos estratégicos e não de transacção activa desses investimentos.

### 3.2. Risco de Crédito

O risco de crédito, na Sonae Capital, resulta maioritariamente (i) dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a actividade operacional, (ii) do seu relacionamento com instituições financeiras, no decurso normal da sua actividade, e (iii) do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.

Crédito sobre Clientes: A gestão de risco de crédito da Sonae Capital está estruturada nas necessidades próprias dos negócios que integram o Grupo tendo, em constante consideração:

- a avaliação do risco dos clientes em momento prévio à operação, bem como a determinação criteriosa de limites de crédito adequados ao perfil de cada cliente. A análise é efectuada tendo em conta modelo pré-estabelecido e automático, o que permite garantir um cumprimento rigoroso dos princípios;
- uma monitorização automática e diária do risco dos clientes, adoptando medidas preventivas sempre que exista uma alteração do mesmo;
- a mitigação do risco de crédito através do seguro de crédito e da obtenção de garantias adicionais;
- um acompanhamento das contas de cliente com incidência progressivamente proporcional ao nível de risco;
- o estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- o recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

A adopção de todos estes mecanismos tem permitido um rigoroso cumprimento da política de risco de crédito e a obtenção de uma taxa de incumprimento de clientes bastante abaixo da média de mercado.

No ano de 2015 a média de incumprimento de clientes em Portugal, segundo estudo da Intrum Justitia, situou-se nos 2,3% do volume de negócios, a da Europa nos 3,1%, enquanto a da Sonae Capital fixou-se nos 0%.

Instituições Financeiras: O risco de crédito está associado ao potencial incumprimento, por parte de instituições financeiras, com as quais o Grupo tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados.

Para mitigar este risco, o Grupo:

- Só executa operações com contrapartes de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional, baseada nas respectivas notações de rating, sendo que se privilegia as instituições de relacionamento bancário do Grupo;
- Diversifica as contrapartes, de forma a evitar uma concentração excessiva de risco de crédito;
- Define um conjunto restrito de instrumentos elegíveis (visando a não contratação de instrumentos complexos cuja estrutura não esteja



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

completamente conhecida), sendo necessária autorização expressa por parte do Conselho de Administração para utilização de outros alternativos;

- Regularmente monitoriza as exposições totais a cada contraparte, de forma a garantir o cumprimento da política estabelecida.

Operações de Compra/Venda de participações: No desenvolvimento da sua actividade o Grupo está exposto ao risco de crédito das contrapartes com as quais estabelece operações sobre participações sociais. Nestes casos, os mecanismos de mitigação de risco a implementar são determinados casuisticamente, de forma a acomodar as características da operação em estruturação, com a supervisão constante do Conselho de Administração. Apesar da variabilidade dos mecanismos utilizados, existe sempre o recurso a métodos normalmente utilizados no mercado, nomeadamente a realização de *due dilligences*, obtenção de informação financeira relativa à contraparte da operação, entrega do activo condicionado à liquidação financeira da operação, exigência de garantias bancárias, criação de *escrow accounts*, obtenção de colaterais, entre outros.

As disponibilidades do Grupo incluem essencialmente depósitos decorrentes do caixa gerados pelas operações. Por geografia, os depósitos e aplicações financeiras distribuem-se como segue:

#### Depósitos e aplicações financeiras:

Portugal	95,96%
Angola	3,95%
Espanha	0,09%
Brasil	-
Holanda	-
Moçambique	-

Apresentam-se de seguida os ratings (notação S&P, excepto no caso do Montepio Geral - Fitch) das principais Instituições de Crédito onde o Grupo Sonae Capital tinha depósitos e outras aplicações financeiras a 31 de Dezembro de 2015:

Rating	% dos depósitos
A-	0,05%
BB+	0,04%
BB-	10,51%
B+	85,45%
n.d.	3,95%

No cumprimento da política estabelecida, O Grupo Sonae Capital só constitui depósitos e outras aplicações financeiras de curto prazo e com instituições financeiras de elevado prestígio e reconhecimento nacional e/ou internacional, baseada nas respectivas notações de rating, sendo que se privilegia as instituições de relacionamento bancário do Grupo com posição credora de montante igual ou superior à aplicação que se pretende concretizar.

### 3.3. Risco de Liquidez

A Sonae Capital tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua actividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito.



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, o Grupo mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

Para este efeito, o Grupo pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seio do Grupo compreende os seguintes aspectos fundamentais:

- Gestão centralizada de liquidez (excedentes e necessidades de fundos) ao nível da Holding, procurando otimizar a função financeira no seio do Grupo;
- Planeamento financeiro baseado em previsões de fluxos de caixa quer ao nível individual quer ao nível consolidado, e para diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Sistema de controlo financeiro no curto e no médio e longo prazo (baseado em sistemas de *Treasury e Cash Management*), que permita, atempadamente identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
- Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida;
- Contratação com bancos de relacionamento, de linhas de crédito *committed* (de pelo menos seis meses) e programas de papel comercial, com prazos de aviso de cancelamento suficientemente confortáveis e prudentes, procurando obter um nível adequado de liquidez otimizando o montante de comissões de *commitment* suportadas;
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade de vencimento antecipado dos seus financiamentos.

O Grupo mantém uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. Adicionalmente, no final do ano, o Grupo dispunha de uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa.

O Grupo espera assim cumprir com os seus compromissos de curto prazo, quer seja através de libertação de fundos gerados pelos negócios, quer seja com recurso às suas aplicações financeiras ou se necessário recorrendo às linhas de crédito existentes ou pela contratação de novos financiamentos.

#### 4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As alterações às normas internacionais de relato financeiro que entraram em vigor em ou após 1 de Janeiro de 2015 (nota 2.1.), não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

#### 5. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 Dezembro de 2015 e de 2014, são as seguintes:

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014	
		Directo	Total	Directo	Total
<b>Sonae Capital SGPS, SA</b>	Maia	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe
<b>Hotelaria</b>					
1) Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	a) Lagos	-	-	100,00%	100,00%
2) Porto Palácio Hotel, SA	a) Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3) Sonae Turismo, SGPS, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
The Artist Porto Hotel & Bistrô - Actividades Hoteleiras, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4) The Artist Ribeira, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	-	-
5) Aqualuz Tróia, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Resorts</b>					
Atlantic Ferries-Tráf.Loc.Flu.e Marít,SA	a) Grândola	95,77%	95,77%	83,41%	83,41%
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoarea - Invest. Turísticos, SGPS, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imopeninsula - Sociedade Imobiliária, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marina de Tróia, SA.	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marvero-Expl.Hotel.Im.,SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SII - Soberana Invest. Imobiliários, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA	a) Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tróia Market, S.A.	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tróia Natura, S.A.	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Troiaresort-Investimentos Turísticos, SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA	a) Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Fitness</b>					
Solinca - Health & Fitness, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Energia</b>					
Atelgen - Produção Energia, ACE	a) Barcelos	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
CAPWATT - Brainpower, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
6) CAPWATT - ACE, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7) Capwatt Colombo - Heat Power, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
8) Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
9) Capwatt Hectare - Heat Power, ACE	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
10) Capwatt II - Heat Power, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
11) Capwatt III - Heat Power, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
12) Capwatt Maia - Heat Power, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
13) Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
14) Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
15) Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
CAPWATT - SCSGPS, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Carvemagere - Manutenção e Energias Renováveis, Lda	a) Barcelos	65,00%	65,00%	65,00%	65,00%
Companhia Térmica SERRADO, ACE	a) Maia	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Companhia Térmica Tagol, Lda.	a) Oeiras	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

CTE - Central Termoelectrica do Estuário, Lda	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Enerlousado - Recursos Energéticos, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ronfegen - Recursos Energéticos, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Soternix - Produção de Energia, ACE	a)	Barcelos	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
<b>Refrigeração e AVAC</b>						
16) QCE - Desenvolvimento e fabrico de Equipamentos, SA	a)	Matosinhos	100,00%	70,00%	-	-
Sistavac, SA	a)	Matosinhos	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
Sistavac, SGPS, SA	a)	Matosinhos	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Sistavac Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda	a)	São Paulo	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
Sopair, S.A.	a)	Madrid	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
Spinaraq Moçambique, Lda	a)	Maputo	70,00%	70,00%	100,00%	100,00%
Spinaraq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA	a)	Luanda	99,90%	99,90%	99,90%	99,90%
16)17) UPK - Gestão de Facilities e Manutenção, SA	a)	Matosinhos	-	-	-	-
<b>Outros Activos</b>						
Bloco Q-Soc.Imobil.SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Centro Residencial da Maia,Urban.,SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cinclus Imobiliária,SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contry Club da Maia-Imobiliária,SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC	a)	Maia	99,82%	99,82%	99,82%	99,82%
Imoclub-Serviços Imobiliários,SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários,SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoponte - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosedas-Imobiliária e Serviços,SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Implantação - Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Inparvi SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Interlog-SGPS,SA	a)	Lisboa	98,98%	98,98%	98,98%	98,98%
18) Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA	a)	Maia	-	-	100,00%	100,00%
Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Praedium - Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Praedium II-Imobiliária,SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Praedium SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Prédios Privados Imobiliária,SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predisedas-Predial das Sedas,SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,SA	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Société de Tranchage Isoroy SAS.	a)	Honfleur	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
18) Soconstrução, BV	a)	Amesterdão	-	-	100,00%	100,00%
Soira - Soc. Imobiliária de Ramalde, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sótaqua - Soc. de Empreend. Turísticos	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Spinveste - Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Spred, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
18) Torre São Gabriel-Imobiliária,SA	a)	Maia	-	-	100,00%	100,00%
Urbisedas-Imobiliária das Sedas, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

**Outras**

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

20)	Imobeauty, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC - Sociedade de Consultadoria, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC Finance BV	a)	Amesterdão	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC For - Ser.Formação e Desenvolv.Recursos Humanos, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
19)21)	SC Hospitality, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
19)	Solinfiness - Club Málaga, S.L.	a)	Málaga	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
18)19)	Sontur BV	a)	Amesterdão	-	-	100,00%	100,00%
20)	Spred, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	a)		Controlo detido por maioria dos votos				
	1)		Filial alienada em 14 Dezembro de 2015;				
	2)		Ex-Solinca-Investimentos Turísticos, SA;				
	3)		Ex-SC Assets S.G.P.S., S.A.;				
	4)		Filial constituída no período;				
	5)		Ex-Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob., SA;				
	6)		Ex- Integrum ACE, SA;				
	7)		Ex-Integrum Colombo - Energia, SA;				
	8)		Ex-Integrum Engenho Novo - Energia, SA;				
	9)		Ex-Companhia Térmica Hectare, SA;				
	10)		Ex-Integrum II - Energia, SA;				
	11)		Ex-Integrum III - Energia, SA;				
	12)		Ex- Ecocicloll - Energias, SA;				
	13)		Ex-Integrum Martim Longo - Energia, SA;				
	14)		Ex-Integrum Vale do Caima - Energia, SA;				
	15)		Ex-Integrum Vale do Tejo - Energia, SA;				
	16)		Filial cindida da Sistavac, SA;				
	17)		Filial alienada em 2 Novembro 2015;				
	18)		Filial liquidada no período;				
	19)		Filial incluída no segmento Turismo no ano de 2014;				
	20)		Filial incluída no segmento Outros Activos no ano de 2014;				
	21)		Ex-Sonae Turismo, SGPS, SA.				

As empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

## 6. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPRESAS CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

As empresas associadas e conjuntamente controladas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 Dezembro de 2015 e de 2014 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido						
		31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014		Valor de Balanço		
		Directo	Total	Directo	Total	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014	
<b>Outros Activos</b>								
	Andar - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	-	53.344
1)	Sociedade de Construções do Chile, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
1)	Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
1)	Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%	-	-
	Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	Vila do Conde	24,50%	24,50%	24,50%	24,50%	975.156	891.317
	Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, SA	Lisboa	36,00%	36,00%	36,00%	36,00%	11.761.812	19.654.903
	Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, SA	Lisboa	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	24.000	24.000
<b>Energia</b>								
	Feneralt - Produção de Energia, ACE	Barcelos	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	199.546	107.130
Total							<u>12.960.514</u>	<u>20.730.694</u>
1)	Os valores nulos de participação resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial na Andar - Sociedade Imobiliária, SA, detentora da totalidade destas participações.							

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

As empresas associadas e as empresas conjuntamente controladas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

Os valores de balanço nulos resultam da redução do valor de aquisição por aplicação do método da equivalência patrimonial, descontinuando o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais ao abrigo da IAS 28.

Os valores agregados dos principais indicadores financeiros das empresas conjuntamente controladas em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, podem ser resumidos como segue:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Total de Activos	55.448.333	55.349.895
Total de Passivos	16.439.200	14.765.672
Proveitos	97.288	-
Custos	1.392.801	617.029

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em associadas e empresas conjuntamente controladas, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Saldo em 1 de Janeiro	20.762.638	12.490.395
Aquisições durante o período	8.000	1.249.300
Liquidação durante o período	-	(1.108.498)
Equivalência patrimonial	5.564.752	8.157.927
Dividendos recebidos	(13.342.933)	(26.486)
Mudança de método de consolidação	-	-
Saldo em 31 Dezembro	12.992.457	20.762.638
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	(31.943)	(31.944)
	12.960.514	20.730.694

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial foi de 3.976.671 euros em resultados relativos a empresas associadas (8.223.458 euros em 31 de Dezembro de 2014), e 1.588.081 euros de outras variações registadas em reservas (-65.531 euros em reservas em 31 de Dezembro de 2014).

## 7. OUTROS INVESTIMENTOS

As empresas incluídas em Outros Investimentos são as empresas cujas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 são as seguintes:

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor de Balanço	
		31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014		31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
		Directo	Total	Directo	Total		
<b>Resorts</b>							
Infratróia - Infraestruras de Tróia, E.M.	Grândola	25,90%	25,90%	25,90%	25,90%	64.747	64.747
<b>Outros Activos</b>							
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	Maia	-	-	22,57%	22,57%	-	33.493.884
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonaes Dois	Maia	0,06%	0,06%	0,06%	0,06%	124.892	124.892
Net, SA	Lisboa	0,98%	0,98%	2,80%	2,80%	23.034	23.034
Fundo de Capital de Risco F-HITEC	Lisboa	6,48%	6,48%	6,48%	6,48%	250.950	250.950
Outros Investimentos						133.892	123.985
Total (Nota 9)						597.515	34.081.492

A Sonae Capital alienou no 1º Semestre de 2015 um total de 28.628 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Imosede no montante de 22.510.231 euros e no 2º semestre de 2015 as restantes unidades de participação detidas. O valor da alienação totalizou 34.082.452 euros com efeito em resultados relativos a investimentos de -263.315 euros (Nota 42).

## 8. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram alienadas as seguintes empresas:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido	
		Na data de alienação da participação	
		Directo	Total
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Lagos	100,00%	100,00%
UPK - Gestão de Facilities e Manutenção, SA	Matosinhos	100,00%	70,00%

As alienações acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Data da alienação da participação	31 Dezembro 2014
Activos líquidos alienados		
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 10 e 11)	726.343	311.930
Inventários	11.306	3.672
Outros activos	1.519.824	477.224
Caixa e equivalentes de caixa	439.837	4.690
Outros passivos	(1.528.922)	(4.445.534)
	1.168.388	(3.648.018)
Goodwill (Nota 12)	97.716	-
	1.266.104	(3.648.018)
Ganho/(Perda) na saída	(995.505)	-
	270.599	(3.648.018)

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

	Data da alienação da participação	31 Dezembro 2014
Vendas e prestações de serviços	6.523.231	1.815.141
Outros proveitos operacionais	7.453	9.565
Outros custos operacionais	(6.975.636)	(2.617.557)
Resultado financeiro	(167.761)	(224.288)
Resultados relativos a investimentos	31.805	173
Resultado antes impostos	(580.908)	(1.016.966)
Imposto sobre o rendimento	(13.096)	(27.513)
Resultado líquido	(594.004)	(1.044.479)

### 9. CLASSE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.1, foram classificados como segue:

		Classe de instrumentos financeiros					
Activos financeiros	Nota	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Investimentos detidos até ao vencimento	Sub-total	Activos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
<b>A 31 de Dezembro de 2015</b>							
Activos não correntes							
Outros investimentos	13	-	597.515	-	597.515	-	597.515
Outros activos não correntes	14	7.871.931	-	-	7.871.931	-	7.871.931
		7.871.931	597.515	-	8.469.446	-	8.469.446
Activos correntes							
Clientes	16	19.375.097	-	-	19.375.097	-	19.375.097
Outras dividas de terceiros	17	9.003.693	-	-	9.003.693	-	9.003.693
Caixa e equivalentes de caixa	21	35.318.251	-	-	35.318.251	-	35.318.251
		63.697.041	-	-	63.697.041	-	63.697.041
		71.568.972	597.515	-	72.166.487	-	72.166.487
<b>A 31 de Dezembro de 2014</b>							
Activos não correntes							
Outros investimentos	13	-	34.081.492	-	34.081.492	-	34.081.492
Outros activos não correntes	14	20.653.819	-	-	20.653.819	-	20.653.819
		20.653.819	34.081.492	-	54.735.311	-	54.735.311
Activos correntes							
Clientes	16	25.980.899	-	-	25.980.899	-	25.980.899
Outras dividas de terceiros	17	10.904.150	-	-	10.904.150	-	10.904.150
Caixa e equivalentes de caixa	21	9.327.550	-	-	9.327.550	-	9.327.550
		46.212.599	-	-	46.212.599	-	46.212.599
		66.866.418	34.081.492	-	100.947.910	-	100.947.910

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

<b>Passivos financeiros</b>	Nota	Passivos financeiros registados pelo custo amortizado	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
<b>A 31 de Dezembro de 2015</b>				
Passivos não correntes				
Empréstimos bancários	24	46.693.174	-	46.693.174
Empréstimos obrigacionistas	24	42.123.598	-	42.123.598
Outros empréstimos	24	15.106.830	-	15.106.830
Outros passivos não correntes	27	2.721.247	312.372	3.033.619
		<u>106.644.849</u>	<u>312.372</u>	<u>106.957.221</u>
Passivos correntes				
Empréstimos bancários	21 e 24	17.725.702	-	17.725.702
Outros empréstimos	24	2.884.918	-	2.884.918
Empréstimos obrigacionistas	24	59.982.062	-	59.982.062
Fornecedores	29	17.167.600	-	17.167.600
Outras dívidas a terceiros	30	2.951.833	8.610.389	11.562.222
		<u>100.712.115</u>	<u>8.610.389</u>	<u>109.322.504</u>
		<u>207.356.964</u>	<u>8.922.761</u>	<u>216.279.725</u>
<b>Passivos financeiros</b>				
	Nota	Passivos financeiros registados pelo custo amortizado	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
<b>A 31 de Dezembro de 2014</b>				
Passivos não correntes				
Empréstimos bancários	24	78.223.573	-	78.223.573
Empréstimos obrigacionistas	24	101.891.291	-	101.891.291
Outros empréstimos	24 e 25	19.455.369	-	19.455.369
Outros passivos não correntes	27	2.740.634	333.229	3.073.863
		<u>202.310.867</u>	<u>333.229</u>	<u>202.644.096</u>
Passivos correntes				
Empréstimos bancários	21 e 24	39.992.932	-	39.992.932
Outros empréstimos	24 e 25	4.225.641	-	4.225.641
Fornecedores	29	17.028.403	-	17.028.403
Outras dívidas a terceiros	30	3.517.225	4.458.443	7.975.668
		<u>64.764.201</u>	<u>4.458.443</u>	<u>69.222.644</u>
		<u>267.075.068</u>	<u>4.791.672</u>	<u>271.866.740</u>

## 10. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

	Activos fixos tangíveis						Total dos Activos fixos tangíveis
	Terrenos e Edifícios	Equipamentos	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
<b>Activo bruto:</b>							
<b>Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014</b>	224.681.479	140.291.840	1.587.638	4.835.130	1.916.702	16.042.362	389.355.151
Variações do perímetro (entradas)	1.640.691	23.267.301	-	88.429	248.629	36.043	25.281.093
Variações do perímetro (saídas)	-	-	-	-	-	-	-
Investimento	469.457	138.143	149.422	7.472	4.603	7.469.510	8.238.607
Desinvestimento	(4.648.543)	(1.864.164)	(278.491)	(227.287)	(59.360)	(1.285)	(7.079.130)
Variações cambiais	-	7.179	30.832	3.111	1.600	-	42.722
Transferências	146.364	11.101.616	3.938	299.174	85.603	(11.666.444)	(29.749)
<b>Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2015</b>	222.289.448	172.941.915	1.493.339	5.006.029	2.197.777	11.880.186	415.808.694
Variações do perímetro (entradas)	-	-	-	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas)	(48.781)	(2.031.168)	(46.937)	(369.605)	(81.957)	(413.843)	(2.992.291)
Investimento	331.308	1.324.552	61.425	9.552	3.607	12.189.440	13.919.884
Desinvestimento	(12.330.665)	(5.162.834)	(222.774)	(564.352)	(70.369)	(5.025)	(18.356.019)
Variações cambiais	-	(25.237)	(81.884)	(17.382)	(13.333)	-	(137.836)
Transferências	14.194.412	20.322.470	16.336	112.811	45.898	(8.935.005)	25.756.922
<b>Saldo final a 31 de Dezembro de 2015</b>	224.435.722	187.369.698	1.219.505	4.177.053	2.081.623	14.715.753	433.999.354
<b>Amortizações e perdas por imparidades acumuladas</b>							
<b>Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014</b>	86.377.115	57.387.623	1.290.654	4.204.938	1.542.592	-	150.802.923
Variações do perímetro (entradas)	1.419.542	18.540.649	-	87.484	178.843	-	20.226.518
Variações do perímetro (saídas)	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações e perdas de imparid. do período 1)	5.779.261	11.180.186	214.094	208.818	83.977	-	17.466.336
Desinvestimento 2)	(11.534.915)	(1.192.951)	(263.419)	(219.410)	(49.123)	-	(13.259.818)
Variações cambiais	-	1.646	19.427	1.406	617	-	23.096
Transferências	(80.619)	(10.842)	-	(64.207)	(5.409)	-	(161.077)
<b>Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2015</b>	81.960.384	85.906.311	1.260.756	4.219.029	1.751.497	-	175.097.978
Variações do perímetro (entradas)	-	-	-	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas)	(48.508)	(1.805.772)	(18.152)	(319.764)	(76.558)	-	(2.268.754)
Depreciações e perdas de imparid. do período 1)	2.961.986	11.883.358	140.857	209.095	86.333	-	15.281.629
Desinvestimento 2)	(1.357.968)	(3.268.129)	(222.016)	(559.944)	(62.970)	-	(5.471.027)
Variações cambiais	-	(9.527)	(58.860)	(12.715)	(10.137)	-	(91.240)
Transferências	(1.112)	(10.806)	(14.383)	(11.686)	(7.217)	-	(45.204)
<b>Saldo final a 31 de Dezembro de 2015</b>	83.514.782	92.695.435	1.088.202	3.524.015	1.680.948	-	182.503.382
<b>Valor líquido</b>							
A 31 de Dezembro de 2014	140.329.064	87.035.604	232.583	787.000	446.280	11.880.186	240.710.716
A 31 de Dezembro de 2015	140.920.940	94.674.263	131.303	653.038	400.675	14.715.753	251.495.972

1) Incluem perdas de imparidade no valor de 305.285 euros (3.584.666 euros em Dezembro de 2014).

2) Inclui reversão de perdas de imparidade em 31 de Dezembro de 2014 no valor de 10.730.690 euros. As reversões reconhecidas em resultado líquido do exercício de 2014, não decorrem de activos fixos revalorizados anteriormente.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, ocorreram transferências de inventários -Produtos Acabados e intermédios, no montante de 20.877.300 euros relativos a empreendimentos imobiliários actualmente afectos á exploração por parte do Grupo. No que concerne aos desinvestimentos de activos fixos tangíveis, o montante mais significativo é relativo á alienação do activo “Duque de Loulé”.

As perdas por imparidade acumuladas registadas no exercício de 2015 e 2014 resultam das avaliações do património imobiliário do Grupo, efectuadas pela empresa de referência Cushman & Wakefield- Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda.. A avaliação foi realizada de acordo com os “RICS Valuation January 2014 – Professional Standards” publicado por “The Royal Institution of Chartered Surveyors”.

As avaliações tiveram como objectivo a determinação do justo valor dos activos em causa, de acordo com as seguintes definições:

- 1) Valor de Mercado (montante mais provável pelo qual uma propriedade poderá ser transaccionada) de parte do património e
- 2) Opinião de Valor (quando os parâmetros normais da avaliação não se encontram reunidos e como tal o valor reportado não poderá ser considerado como sendo o valor de mercado) dos restantes activos imobiliários do Grupo.

O impacto na simulação da valorização, considerando como pressupostos variações de valor de mercado de +/- 10% e de opinião de valor de +/- 15% para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 são as seguintes:

AVALIAÇÃO C&W	30 Set. 2014	Valor de Mercado	Opinião de Valor	31 Dez.2015	31 Dez.2015 (VM)	31 Dez.2015 (OV)
<b>Activos em exploração</b>	<b>72.785.400</b>	<b>72.785.400</b>	-	<b>72.785.400</b>	<b>72.785.400</b>	-
Hotelaria	65.998.400	65.998.400	-	65.998.400	65.998.400	-
Fitness	6.787.000	6.787.000	-	6.787.000	6.787.000	-
<b>Troia Resort</b>	<b>293.384.295</b>	<b>147.431.600</b>	<b>145.952.695</b>	<b>272.136.211</b>	<b>141.679.350</b>	<b>130.456.861</b>
Activos em comercialização	154.389.295	43.958.600	110.430.695	133.141.211	38.206.350	94.934.861
Projectos Imobiliários	138.995.000	103.473.000	35.522.000	138.995.000	103.473.000	35.522.000
<b>Outros Activos</b>	<b>180.100.164</b>	<b>157.137.214</b>	<b>22.962.950</b>	<b>164.800.164</b>	<b>143.122.214</b>	<b>21.677.950</b>
Activos em comercialização	57.904.950	37.381.000	20.523.950	56.619.950	37.381.000	19.238.950
Projectos Imobiliários	122.195.214	119.756.214	2.439.000	108.180.214	105.741.214	2.439.000
<b>Total</b>	<b>546.269.859</b>	<b>377.354.214</b>	<b>168.915.645</b>	<b>509.721.775</b>	<b>357.586.964</b>	<b>152.134.811</b>
Simulação de Valorização						
Valor de Mercado	+/- 10%			35.758.696	35.758.696	
Opinião de Valor	+/- 15%			22.820.222		22.820.222
<b>Total Variação</b>				<b>58.578.918</b>		

As avaliações efectuadas compreenderam o total dos 114 imóveis detidos pelo Grupo, dos quais 41 utilizando a metodologia do valor de Mercado, sendo os imóveis em causa os mais relevantes em termos de valor líquido a 31 de Dezembro de 2015 e 2014. Os referidos imóveis consistem em imóveis destinados a habitação, hotéis, comércio, escritórios, armazéns, terrenos rústicos e terrenos urbanos.

O custo de aquisição dos Activos fixos tangíveis detidos pelo Grupo no âmbito de contractos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2015 ascendia a 35.601.106 euros (em 31 de Dezembro de 2014, ascendia a 37.202.293 euros), sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 21.995.999 euros e de 24.763.859 euros, respectivamente (Nota 25).

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de activos fixos tangíveis em curso referem-se aos seguintes projectos:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Troiaresort	8.091.116	7.624.730
Projecto Cogeração	52.083	1.555.061
Remodelação de Health Clubs	1,208,506	-
Outros	5.364.048	2.700.395
	<u>14.715.753</u>	<u>11.880.186</u>

## 11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Activos Intangíveis				
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em Curso	Total dos activos Intangíveis
<b>Activo bruto:</b>					
<b>Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014</b>	7.834.037	2.211.797	9.422	435.656	10.490.912
Variações do perímetro (entradas)	-	-	109.750	-	109.750
Variações do perímetro (saídas)	-	-	-	-	-
Investimento	-	9.429	171.855	530.218	711.502
Desinvestimento	-	(45.916)	(163.541)	-	(209.457)
Variações cambiais	-	463	-	-	463
Transferências	12.721	701.816	339.372	(748.377)	305.533
<b>Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2015</b>	<u>7.846.758</u>	<u>2.877.589</u>	<u>466.858</u>	<u>217.498</u>	<u>11.408.703</u>
Variações do perímetro (entradas)	-	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas)	-	(43.811)	-	(2.925)	(46.736)
Investimento	14.040	189	200.883	429.266	644.378
Desinvestimento	-	(36.187)	(492.681)	-	(528.868)
Variações cambiais	-	(7.801)	-	-	(7.801)
Transferências	(71.561)	491.313	(19.586)	(418.293)	(18.127)
<b>Saldo final a 31 de Dezembro de 2015</b>	<u>7.789.237</u>	<u>3.281.292</u>	<u>155.474</u>	<u>225.546</u>	<u>11.451.549</u>

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em Curso	Total dos activos Intangíveis
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>					
<b>Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014</b>	1.207.452	1.528.846	8.788	-	2.745.086
Variações do perímetro (entradas)	-	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas)	-	-	-	-	-
Depreciações e perdas de imparidade do período	196.565	511.066	633	-	708.264
Desinvestimento	-	(45.914)	-	-	(45.914)
Variações cambiais	-	302	-	-	302
Transferências	(23.654)	-	-	-	(23.654)
<b>Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2015</b>	<b>1.380.363</b>	<b>1.994.300</b>	<b>9.421</b>	<b>-</b>	<b>3.384.083</b>
Variações do perímetro (entradas)	-	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas)	-	(39.928)	-	-	(39.928)
Depreciações e perdas de imparidade do período	184.688	626.224	-	-	810.912
Desinvestimento	-	(41.694)	-	-	(41.694)
Variações cambiais	-	(5.668)	-	-	(5.668)
Transferências	(42.405)	47.912	-	-	5.507
<b>Saldo final a 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>1.522.646</b>	<b>2.581.146</b>	<b>9.421</b>	<b>-</b>	<b>4.113.212</b>
<b>Valor Líquido</b>					
A 31 de Dezembro de 2014	<u>6.466.396</u>	<u>883.290</u>	<u>457.437</u>	<u>217.498</u>	<u>8.024.620</u>
A 31 de Dezembro de 2015	<u>6.266.592</u>	<u>700.147</u>	<u>146.053</u>	<u>225.546</u>	<u>7.338.337</u>

Em Dezembro de 2015, os activos da Marina de Tróia ascendem ao montante líquido de 5.849.778 euros (5.994.383 euros em 31 de Dezembro de 2014), registados em “Propriedade industrial e outros direitos”.

Foi atribuído em 2007 pela APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (APSS) ao Grupo o contrato de construção e exploração, em regime de serviço público de uma marina e serviços de apoio em Tróia, durante um período de 50 anos a partir da data de entrada em exploração da marina, podendo o prazo de concessão ser prorrogado por um período máximo de 10 anos por acordo entre as partes. Cessando a concessão reverterá gratuitamente para a concedente (APSS) o estabelecimento da concessão, com algumas excepções previstas no contrato.

O Grupo tem o direito de cobrar tarifas pelos serviços a prestar no âmbito da concessão, tendo os limites máximos de ser aprovados pela concedente sob proposta do concessionário.

Durante o período da concessão o Grupo obriga-se a manter em bom estado de funcionamento e conservação os meios que constituem o estabelecimento da concessão, e como contrapartida da concessão paga uma verba fixa anual e uma variável indexada à receita pela prestação de serviços.

A concedente poderá resgatar a concessão sempre que motivos de interesse público o justifiquem, desde que decorrido pelo menos o prazo da concessão e com aviso de pelo menos 1 ano de antecedência, tendo o Grupo direito a uma indemnização pelo valor da quota-parte do estabelecimento não amortizado, e uma indemnização pela receita perdida calculada de acordo com os termos do contrato.

O Grupo efectuou uma análise de sensibilidade ao valor recuperável dos activos da Marina de Tróia.

A determinação do valor recuperável consistiu em efectuar projecções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 5 anos para esta unidade geradora de caixa,

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

posteriormente extrapoladas através de uma perpetuidade e actualizadas à data de encerramentos das presentes demonstrações financeiras. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC), calculadas através da metodologia CAPM (capital Asset Pricing Model), antes de impostos. Estas taxas consideram especificidades do mercado, incorporando diferentes factores de risco, bem como as taxas de juro sem risco das Obrigações

do Tesouro a 10 anos.

A utilização de um período de 5 anos para a projecção dos fluxos de caixa teve em consideração a extensão e intensidade dos ciclos económicos a que a actividade da Marina de Tróia está sujeita.

Os fluxos de caixa considerados têm por base o plano de negócios do Grupo que inclui projecções actualizadas anualmente por forma a incorporar os desenvolvimentos ocorridos nos mercados em que actua.

Em 31 de Dezembro de 2015, dos testes de imparidade realizados, não resultou qualquer perda por imparidade a registar em activos intangíveis.

## 12. GOODWILL

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o movimento ocorrido no valor do Goodwill, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<b>Valor Bruto:</b>		
Saldo inicial	62.291.840	62.283.809
Aumentos por aquisições de filiais	-	8.031
Diminuições por alienações de filiais	(97.716)	-
Saldo final	62.194.124	62.291.840
<b>Perdas por imparidade acumuladas:</b>		
Saldo inicial	1.301.596	1.301.596
Saldo final	1.301.596	1.301.596
<b>Total Acumulado</b>	<b>60.892.528</b>	<b>60.990.244</b>

Os testes de imparidade realizados aos montantes registados na rubrica Goodwill, foram calculados com base em projecções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 5 anos, posteriormente extrapolados através de uma perpetuidade e actualizados à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC). As taxas WACC utilizadas, foram calculadas em função da especificidade de cada um dos negócios e das suas respectivas estruturas de capital objectivo, em particular:

Real State	11,36%	Energia - fotovoltaico	10,24%
Resorts operacionais	11,62%	Refrigeração e Avac - Portugal	11,17%
Fitness	11,39%	Refrigeração e Avac - Angola	18,53%
Hotelaria	11,62%	Refrigeração e Avac - Brasil	18,36%
Energia - Cogeração	6,48%	Refrigeração e Avac - Moçambique	14,84%

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nos testes de sensibilidade efectuados aos valores do Goodwill, através de avaliações por DCF (Discounted Cash Flow), fazendo a WACC variar em 1 p.p, o Goodwill mantém-se sem imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Goodwill tinha a seguinte composição:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Resorts	24.274.672	24.274.672
Hotelaria	-	97.715
Fitness	-	-
Energia	622.829	622.829
Refrigeração e AVAC	9.619.730	9.619.730
Outros Activos	26.375.298	26.375.298
	<u>60.892.528</u>	<u>60.990.244</u>

### 13. OUTROS INVESTIMENTOS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o movimento ocorrido no valor dos investimentos, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
<b><u>Investimentos a custo</u></b>				
Saldo em 1 de Janeiro	879.446	-	8.071.101	-
Aquisições durante o período	9.907	-	17.742	-
Alienações durante o período	-	-	(7.652.356)	-
Transferências	-	-	442.959	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>889.353</u>	-	<u>879.446</u>	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	(291.838)	-	(291.838)	-
	<u>597.515</u>	-	<u>587.608</u>	-
<b><u>Investimentos disponíveis para venda</u></b>				
Justo valor em 1 de Janeiro	33.493.884	-	39.305.931	-
Alienações durante o período	(34.244.847)	-	(5.221.742)	-
Transferências	-	-	(430.200)	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	750.963	-	(160.105)	-
Justo valor em 31 de Dezembro	<u>-</u>	-	<u>33.493.884</u>	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	-	-	-	-
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 31 de Dezembro	<u>-</u>	-	<u>33.493.884</u>	-
<b><u>Outros investimentos (Nota 7)</u></b>	<u>597.515</u>	-	<u>34.081.492</u>	-

Os montantes indicados em “Justo valor” são relativos ao Fundo Imosede (nota 7).

O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede foi totalmente alienado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, com efeitos em resultados relativos a investimentos no montante de -263.315 euros (nota 42).

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os investimentos considerados nesta nota estão registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

#### 14. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos Outros activos não correntes em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, é o seguinte:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<b>Empréstimos concedidos a empresas relacionadas</b>		
Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, SA	5.911.400	18.647.695
Outros	812.606	756.076
	<u>6.724.006</u>	<u>19.403.771</u>
Perdas por imparidade (Nota 32)	(34.916)	(34.916)
	<u>6.689.090</u>	<u>19.368.855</u>
<b>Clientes e outros devedores</b>		
Outros	1.182.841	1.284.964
Perdas por imparidade (Nota 32)	-	-
	<u>1.182.841</u>	<u>1.284.964</u>
<b>Outros activos não correntes</b>	<u>7.871.931</u>	<u>20.653.819</u>

Os valores incluídos em Outros activos não correntes vencem na sua generalidade juros a taxas de mercado e estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respectivo valor de balanço.

A 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a antiguidade dos saldos de Clientes e outros devedores pode ser analisada como segue:

	Clientes e outros devedores	
	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Não vencido	61.366	139.634
Vencido mas sem registo de imparidade		
< 6 meses	-	-
6 - 12 meses	-	-
> 1 ano	1.121.475	1.145.330
	<u>1.121.475</u>	<u>1.145.330</u>
Vencido com registo de imparidade		
> 1 ano	-	-
	<u>1.182.841</u>	<u>1.284.964</u>

Esta rubrica inclui os empréstimos concedidos a empresas relacionadas e têm carácter de suprimentos sem prazo definido, não se encontrando consequentemente vencidos. Estes empréstimos são remunerados.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

#### 15. INVENTÁRIOS

O detalhe dos Inventários em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 é o seguinte, explicitando os valores correspondentes a empreendimentos imobiliários:

	31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014	
	Total	dos quais empreendimentos imobiliários	Total	dos quais empreendimentos imobiliários
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.441.888	-	1.022.596	-
Mercadorias	30.394.043	29.000.343	31.110.475	29.736.226
Produtos acabados e intermédios	23.487.868	23.487.868	53.463.323	53.463.323
Produtos e trabalhos em curso	77.389.696	75.405.755	78.258.356	76.373.416
	<u>132.713.495</u>	<u>127.893.966</u>	<u>163.854.750</u>	<u>159.572.965</u>
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 32)	(5.951.751)	(5.939.087)	(6.292.456)	(6.242.656)
	<u>126.761.744</u>	<u>121.954.879</u>	<u>157.562.294</u>	<u>153.330.309</u>

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 ascendeu a 61.139.628 e 63.129.092 euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Inventários iniciais	32.133.071	33.318.213
Efeito da conversão cambial	(169.621)	60.429
Variações de perímetro	(13.794)	32.496
Compras	61.339.581	59.054.547
Regularizações de inventários	(266.373)	444.945
inventários finais	<u>31.835.931</u>	<u>32.133.071</u>
	61.186.933	60.777.559
Perdas por imparidade (Nota 32)	804	2.945.370
Reversão de perdas por imparidade	(48.109)	(593.837)
<b>Total Acumulado</b>	<u>61.139.628</u>	<u>63.129.092</u>

As perdas por imparidade e as reversões de perdas por imparidade do exercício de 2014 e 2015 resultam das avaliações do património imobiliário do Grupo Sonae Capital, efectuadas pela empresa de referência *Cushman & Wakefield* - Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda.

#### 16. CLIENTES

O detalhe de Clientes em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 é o seguinte:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Clientes correntes		
Resorts	1.405.548	1.446.477
Hotelaria	1.009.200	852.675
Fitness	143.316	260.780
Energia	6.944.235	7.690.350
Refrigeração e AVAC	11.658.890	18.103.986
Outros Activos	<u>438.689</u>	<u>97.076</u>
	21.599.878	28.451.345
Clientes de cobrança duvidosa	<u>1.762.156</u>	<u>1.886.033</u>
	23.362.034	30.337.378
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(3.986.937)	(4.356.479)
<b>Total Acumulado</b>	<u>19.375.097</u>	<u>25.980.899</u>



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica. O Grupo entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de Dezembro 2015 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

A 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

31 Dezembro 2015	Clientes						Total
	Resorts	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração e AVAC	Holding e Outras	
Não vencido	335.298	229.825	2.198	5.563.518	7.032.975	181.700	13.345.514
Vencido mas sem registo de imparidade							
0 - 30 dias	34.226	136.099	1.722	1.269.302	962.635	158.079	2.562.063
30 - 90 dias	172.439	312.347	200	88.593	1.714.124	36.258	2.323.961
+ 90 dias	178.011	16.071	19.236	7.447	896.340	25.458	1.142.563
<b>Total</b>	<b>384.676</b>	<b>464.517</b>	<b>21.158</b>	<b>1.365.342</b>	<b>3.573.099</b>	<b>219.795</b>	<b>6.028.587</b>
Vencido com registo de imparidade							
0 - 90 dias	5.430	3.623	2.012	-	5.397	-	16.462
90 - 180 dias	3.692	4.272	1.170	-	17.371	-	26.505
180 - 360 dias	17.852	11.804	3.218	-	77.462	-	110.336
+ 360 dias	840.173	471.193	141.981	15.375	1.955.226	410.682	3.834.630
<b>Total</b>	<b>867.147</b>	<b>490.892</b>	<b>148.381</b>	<b>15.375</b>	<b>2.055.456</b>	<b>410.682</b>	<b>3.987.933</b>
<b>Total acumulado antes de imparidades</b>	<b>1.587.121</b>	<b>1.185.234</b>	<b>171.737</b>	<b>6.944.235</b>	<b>12.661.530</b>	<b>812.177</b>	<b>23.362.034</b>
<b>31 Dezembro 2014</b>	<b>Resorts</b>	<b>Hotelaria</b>	<b>Fitness</b>	<b>Energia</b>	<b>Refrigeração e AVAC</b>	<b>Holding e Outras</b>	<b>Total</b>
Não vencido	346,170	200,057	5,431	5,982,654	11,162,845	15,054	17,712,211
Vencido mas sem registo de imparidade							
0 - 30 dias	31.105	73.932	52.688	496.339	3.069.204	24.618	3.747.885
30 - 90 dias	131.528	183.013	5.689	209.254	1.268.984	6.839	1.805.307
+ 90 dias	184.150	88.803	65.288	1.002.105	1.358.426	10.683	2.709.455
<b>Total</b>	<b>346.783</b>	<b>345.748</b>	<b>123.665</b>	<b>1.707.697</b>	<b>5.696.613</b>	<b>42.140</b>	<b>8.262.646</b>
Vencido com registo de imparidade							
0 - 90 dias	11.214	6.897	4.500	-	73.069	57.234	152.914
90 - 180 dias	7.489	9.729	78.866	-	19.998	3.344	119.426
180 - 360 dias	17.095	39.540	3.554	-	52.112	77.931	190.232
+ 360 dias	904.366	433.491	74.614	-	2.171.512	315.968	3.899.951
<b>Total</b>	<b>940.164</b>	<b>489.657</b>	<b>161.534</b>	<b>-</b>	<b>2.316.691</b>	<b>454.477</b>	<b>4.362.523</b>
<b>Total acumulado antes de imparidades</b>	<b>1.633.117</b>	<b>1.035.462</b>	<b>290.630</b>	<b>7.690.351</b>	<b>19.176.148</b>	<b>511.671</b>	<b>30.337.378</b>

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes o Grupo analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos assim que o risco de crédito não excede as perdas por imparidade registadas.

## 17. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, é o seguinte:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<b>Empréstimos concedidos e outros valores a receber de empresas relacionadas</b>		
Outros	74.506	167.444
	<u>74.506</u>	<u>167.444</u>
<b>Outros Devedores</b>		
Fornecedores c/c - saldos devedores	458.365	610.343
Alienação de imobilizado	10.525	10.659
Alienação de investimentos financeiros	4.656.580	5.394.384
Outros	4.369.117	11.077.668
	<u>9.494.587</u>	<u>17.093.054</u>
<b>Outras Dívidas de Terceiros</b>	9.569.093	17.260.498
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(565.400)	(6.356.348)
<b>Total de instrumentos financeiros (Nota 9)</b>	<u>9.003.693</u>	<u>10.904.150</u>
<b>Total Acumulado</b>	<u>9.003.693</u>	<u>10.904.150</u>

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas vencem juros a taxas de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a antiguidade de Outros devedores pode ser analisada como segue:

	Outros devedores	
	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Não vencido	1.219.772	2.499.776
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	457.467	891.355
30 - 90 dias	1.452.350	3.029.580
+ 90 dias	5.816.248	4.345.635
Total	<u>7.726.065</u>	<u>8.266.570</u>
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	-	70.140
+ 360 dias	548.749	6.256.567
Total	<u>548.749</u>	<u>6.326.707</u>
<b>Outros devedores antes de imparidades</b>	<u>9.494.587</u>	<u>17.093.054</u>

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

A 31 de Dezembro 2015, não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em outros devedores não vencidos e vencidos para os quais não existe imparidade registada.

Os valores incluídos em Outras Dívidas de Terceiros aproximam-se do seu justo valor.

## 18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, é o seguinte:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<b>Valores devedores</b>		
Imposto sobre o rendimento	3.795.910	10.270.836
Imposto sobre o valor acrescentado	7.812.029	5.474.207
Outros Impostos	1.018.997	931.212
<b>Total Acumulado</b>	<b>12.626.936</b>	<b>16.676.255</b>
<b>Valores credores</b>		
Imposto sobre o rendimento	945.628	6.495.689
Imposto sobre o valor acrescentado	1.157.441	1.740.445
Retenção na fonte - Imposto sobre o rendimento	714.652	727.284
Contribuições para a Segurança Social	496.234	533.850
Outros Impostos	256.404	70.687
<b>Total Acumulado</b>	<b>3.570.359</b>	<b>9.567.955</b>

## 19. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, é o seguinte:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Juros a receber	42.156	988.617
Facturação a emitir por prestação de serviços	1.381.730	2.265.426
Gastos a reconhecer - fornecimentos e serviços externos	1.121.317	1.419.585
Gastos a reconhecer - rendas	291.265	282.514
Outros activos correntes	3.333.034	1.674.451
<b>Total Acumulado</b>	<b>6.169.502</b>	<b>6.630.593</b>

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 20. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Activos e Passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Homogeneização de amortizações	592.345	767.399	3.754.439	3.145.808
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	6.682.330	6.762.992	-	-
Anulação de Activos fixos tangíveis e intangíveis	71.250	71.250	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	-	-	-	-
Reavaliações de activos fixos tangíveis reintegráveis	-	-	93.307	94.169
Prejuízos fiscais reportáveis	16.252.396	16.063.686	-	-
Instrumentos Financeiros	-	-	-	1.066.862
Anulação de existências	-	-	548.376	906.974
Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do justo valor de passivos mlp	-	-	6.543.174	7.141.626
Outros	21.990	53.111	9.252	(646.156)
	<u>23.620.310</u>	<u>23.718.439</u>	<u>10.948.548</u>	<u>11.709.284</u>

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi como segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<b>Saldo inicial</b>	23.718.439	26.186.529	11.709.284	12.581.859
<b>Efeito em resultados (Nota 43):</b>				
Homogeneização de amortizações	(26.953)	(48.701)	608.630	642.432
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites fiscalmente	-	-	-	-
Anulação de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	(248.190)	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	-	(126.853)	-	-
Reavaliações de activos fixos tangíveis reintegráveis	-	-	-	(10.450)
Prejuízos fiscais reportáveis	188.709	1.035.957	-	-
Imparidade de Activos	(80.662)	(1.446.718)	-	-
Instrumentos financeiros	-	-	(1.353.851)	-
Efeito de alteração de taxa de imposto	-	(1.619.022)	-	(1.036.795)
Outros	(24.635)	(24.975)	(301.641)	(358.075)
	<u>56.459</u>	<u>(2.478.502)</u>	<u>(1.046.862)</u>	<u>(762.888)</u>
<b>Efeito em reservas:</b>				
Instrumentos financeiros	-	-	286.989	(108.707)
Outros	(6.487)	(11.384)	(863)	(626)
	<u>(6.487)</u>	<u>(11.384)</u>	<u>286.126</u>	<u>(109.333)</u>
<b>Variação de perímetro</b>	(148.101)	21.796	-	-
<b>Outros</b>	-	-	-	(354)
<b>Saldo final</b>	<u>23.620.310</u>	<u>23.718.439</u>	<u>10.948.548</u>	<u>11.709.284</u>

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

De acordo com as declarações fiscais e estimativas de imposto sobre o rendimento das empresas que registam activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, utilizando para o efeito as taxas de imposto naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31 Dezembro 2015			31 Dezembro 2014		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
<b>Com limite de data de utilização</b>						
Gerados em 2009	-	-	2015	3.853.149	809.161	2015
Gerados em 2011	-	-	2015	16.629.456	3.492.186	2015
Gerados em 2012	20.023.107	4.204.852	2017	19.769.442	4.151.583	2017
Gerados em 2013	18.024.639	3.785.174	2018	18.088.306	3.798.545	2018
Gerados em 2014	11.725.573	2.462.370	2026	18.153.387	3.812.211	2026
Gerados em 2015	27.619.048	5.800.000	2027	-	-	
	<u>77.392.368</u>	<u>16.252.396</u>		<u>76.493.741</u>	<u>16.063.686</u>	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	-	-		-	-	
	<u>77.392.368</u>	<u>16.252.396</u>		<u>76.493.741</u>	<u>16.063.686</u>	

A constituição de activos por impostos diferidos teve por base a análise da pertinência do seu reconhecimento, designadamente no que concerne à possibilidade de os mesmos virem a ser recuperados, atendendo às perspectivas de médio e longo prazo do Grupo.

Os activos por impostos diferidos reconhecidos resultantes de prejuízos fiscais são registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro.

A avaliação dos activos por impostos diferidos baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Desde o exercício fiscal de 2014, a maioria das filiais do Grupo, sediadas em Portugal, integram o perímetro do Grupo de Sociedades tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), cuja sociedade dominante é a Sonae Capital, SGPS, S.A..

Da análise efectuada, em 31 de Dezembro de 2015, resultou que existe expectativa fundada de recuperação dos activos por impostos diferidos registados antes do respectivo prazo de caducidade.

Em 31 de Dezembro de 2015 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 75.631.592 euros (109.866.615 euros em 31 de Dezembro de 2014), cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, não se encontram registados e que se detalham como segue:

	31 Dezembro 2015			31 Dezembro 2014		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
<b>Com limite de data de utilização</b>						
Gerados em 2009	-	-	2015	37.739.388	7.925.271	2015
Gerados em 2011	-	-	2015	16.920.254	3.553.253	2015
Gerados em 2012	15.178.378	3.187.459	2017	14.136.576	2.968.681	2017
Gerados em 2013	22.917.452	4.812.665	2018	22.115.430	4.644.240	2018
Gerados em 2014	22.249	4.672	2026	70.534	14.812	2026
Gerados em 2015	18.638.746	3.914.137	2027	-	-	
	<u>56.756.825</u>	<u>11.918.933</u>		<u>90.982.182</u>	<u>19.106.258</u>	
Sem limite de data de utilização	-	-		-	-	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	18.874.767	4.758.800		18.884.433	4.819.618	
	<u>18.874.767</u>	<u>4.758.800</u>		<u>18.884.433</u>	<u>4.819.618</u>	
	<u>75.631.592</u>	<u>16.677.733</u>		<u>109.866.615</u>	<u>23.925.876</u>	

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

#### 21. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Numerário	111.450	132.458
Depósitos bancários	35.201.904	9.184.154
Aplicações de tesouraria	4.897	10.938
<b>Caixa e equivalentes de caixa no balanço</b>	<b>35.318.251</b>	<b>9.327.550</b>
Descobertos bancários (Nota 24)	-	(1.178.675)
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa</b>	<b>35.318.251</b>	<b>8.148.876</b>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de Empréstimos (Nota 24).

#### 22. CAPITAL PRÓPRIO

A Sonae Capital, SGPS. SA tem o capital social representado por 250.000.000 de acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de um euro.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 a Sonae Capital SGPS. S.A., detém 5.914.571 acções próprias (6.068.850 acções em 31 de Dezembro de 2014), registadas por 1.426.791 euros (1.486.301 euros em 31 de Dezembro de 2014).

Em outras reservas estão incluídos os montantes correspondentes a uma reserva de igual montante ao das acções próprias detidas pela sociedade mãe do Grupo, reserva esta indisponível enquanto a sociedade as mantiver.

As reservas e resultados transitados do Grupo Sonae Capital incluem as seguintes rubricas:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Reserva de Cisão	132.638.253	132.638.253
Reservas de conversão	(23.350)	(130.882)
Reservas de justo valor	-	(750.961)
Reservas de cobertura	(11.956)	(239.276)
Outras	(80.993.753)	(75.237.394)
<b>Outras Reservas e Resultados Transitados</b>	<b>51.609.194</b>	<b>56.279.740</b>

##### Reserva de Cisão

Em consequência do projecto de cisão, foi criada uma Reserva de Cisão no valor de 132.638.253 euros a qual é equiparável a Reserva Legal pelo que, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, não pode ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas as outras reservas, ou pode ser incorporada em capital.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

#### Reservas de conversão

A reserva de conversão monetária, resulta da transposição para euros das demonstrações financeiras de subsidiárias expressas em outra moeda funcional.

#### Reservas de justo valor

Esta rubrica reflecte o justo valor dos activos disponíveis para venda.

#### Reserva de cobertura

Nesta rubrica encontra-se considerado o justo valor relativo a instrumentos financeiros derivados de cobertura, com a devida consideração do juro corrido dos mesmos, sendo transferida para resultados quando as respectivas subsidiárias forem alienadas ou liquidadas.

## 23.INTERESSES SEM CONTROLO

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro 2015 e de 2014 foram os seguintes:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Saldo inicial em 1 de Janeiro	9.375.864	8.850.291
Varição das Reservas de Cobertura	721	12.699
Varição de percentagem em filiais	219.830	679.088
Varição resultante da conversão cambial	38.920	20.118
Distribuição de Dividendos	(1.079.240)	(721.525)
Outras variações	(1)	174
Resultado do período atribuível aos interesses sem controlo	1.691.031	535.019
<b>Saldo final</b>	<b>10.247.125</b>	<b>9.375.864</b>

Os interesses sem controlo, resultam essencialmente das sociedades do segmento Refrigeração e Avac.

## 24.EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

	31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014		Vencimento
	Montante utilizado		Montante utilizado		
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	
<b>Empréstimos bancários</b>					
Sonae Capital SGPS - papel comercial a)	-	-	17.250.000	-	Mar/2018
Sonae Capital SGPS - papel comercial d)	8.250.000	-	8.250.000	-	Dez/2016
Sonae Capital SGPS - papel comercial b)	-	-	-	28.900.000	Ago/2018
Sonae Capital SGPS - papel comercial c)	-	30.000.000	-	30.000.000	Dez/2017
Sonae Capital SGPS - papel comercial f)	3.250.000	1.500.000	3.500.000	4.750.000	Mai/2017
Sonae Capital SGPS - papel comercial g)	-	-	4.000.000	-	Fev/2016
Sonae Capital SGPS - papel comercial h)	1.200.000	4.800.000	-	-	Mar/2020
Sonae Capital SGPS e)	3.290.000	9.047.500	3.290.000	12.337.500	Set/2019
Custos de montagem de financiamentos	-	(255.080)	-	(415.978)	
Outros	1.735.702	1.600.754	2.524.257	2.652.051	
	<u>17.725.702</u>	<u>46.693.174</u>	<u>38.814.257</u>	<u>78.223.573</u>	
Descobertos bancários (Nota 21)		-	1.178.675	-	
<b>Empréstimos bancários</b>	<u>17.725.702</u>	<u>46.693.174</u>	<u>39.992.932</u>	<u>78.223.573</u>	
<b>Empréstimos por Obrigações</b>					
Obrigações Sonae Capital 2011/2016	10.000.000	-	-	10.000.000	Jan/2016
Obrigações SC, SGPS, S.A. 2008/2018	50.000.000	-	-	50.000.000	Mar/2018
Obrigações Sonae Capital 2014/2019	-	42.500.000	-	42.500.000	Mai/2019
Custos de montagem de financiamentos	(17.938)	(376.402)	-	(608.709)	
<b>Empréstimos por Obrigações</b>	<u>59.982.062</u>	<u>42.123.598</u>	<u>-</u>	<u>101.891.291</u>	
Outros empréstimos	311.968	297.289	752.665	609.258	
Instrumentos derivados (Nota 26)	25.952	-	621.462	-	
Credores por locações financeiras	2.546.998	14.886.301	2.851.514	18.935.072	
Custos de montagem de locações financeiras	-	(76.760)	-	(88.961)	
	<u>80.592.682</u>	<u>103.923.602</u>	<u>44.218.573</u>	<u>199.570.233</u>	

- Programa de emissões de títulos de papel comercial de curto prazo lançado em 28 de Março de 2008 e válido por um período de 10 anos, podendo ser prorrogado por iniciativa da Sonae Capital. Emissões colocadas junto de investidores e/ou instituições financeiras suportadas por linhas de crédito *committed* de prazos entre 6 meses e um ano, contratadas junto de bancos de relacionamento.
- Programa de emissão de títulos de papel comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 31 de Março de 2011 e válido até Agosto de 2018. Salvo se ocorrer o reembolso antecipado ao abrigo dos termos *Call/Put Option* prevista no contrato em Agosto de 2016. Como garantia deste empréstimo foi constituída hipoteca sobre imóveis.
- Programa de emissão de títulos de papel comercial com garantia de subscrição, iniciado em 27 de Dezembro de 2012 e válido até Dezembro de 2017.
- Programa de Emissão de Títulos de Papel comercial com garantia de subscrição iniciado em 31 de Dezembro de 2013 com renovações automáticas anuais até 3 anos, salvo denúncia de qualquer uma das partes.
- Empréstimo bancário garantido por hipoteca sobre imóveis, iniciado em 2 Junho 2011, válido até Setembro de 2019, com amortizações trimestrais.
- Programa de emissão de títulos de papel comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 7 de Maio de 2014, válido por um período de 3 anos, com amortizações semestrais.
- Programa de emissão de títulos de papel comercial de curto prazo, com garantia de subscrição, iniciado em 17 de Fevereiro de 2011 e válido por um ano, sendo automaticamente prorrogável por sucessivos e iguais períodos até ao máximo de 5 anos, salvo denúncia por qualquer uma das partes. À data de apresentação destas demonstrações financeiras, a renovação do programa está em curso;
- Programa de emissão de títulos de papel comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 18 de Março de 2015, válido até Março de 2020, com amortizações anuais.

Em 31 de Dezembro de 2015 o resumo dos empréstimos obrigacionistas do Grupo era como se segue:

- Empréstimo obrigacionista SC, SGPS, SA. 2008/2018 no valor de 50.000.000 euros, reembolsável ao fim de 10 anos, numa única prestação em 3 de Março de 2018, salvo se ocorrer reembolso antecipado, total ou parcial, o qual poderá ocorrer em 3 de Março de 2016, por opção do Banco. As obrigações vencem



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

juros semestralmente. À data do presente Relatório, o Banco já tinha exercido a opção sobre a totalidade do capital.

- Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS - 2011/2016 no valor de 10.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos numa única prestação em 17 de Janeiro de 2016. As obrigações vencem juros semestralmente. Este empréstimo foi integralmente pago na data do seu vencimento.
- Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS - 2014/2019 no valor de 42.500.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos numa única prestação em 28 de Maio de 2019. As obrigações vencem juros semestralmente.

A taxa de juro dos empréstimos obrigacionistas e dos empréstimos bancários em vigor a 31 de Dezembro de 2015 era em média 2,83% (2,87% em 31 de Dezembro de 2014).

Os empréstimos bancários vencem juros que estão indexados a taxas de mercado Euribor dos respectivos prazos, pelo que se considera que o justo valor destes empréstimos está próximo do seu valor contabilístico.

O saldo da rubrica Outros empréstimos não correntes refere-se a subsídios reembolsáveis atribuídos a empresas filiais por organismos oficiais, os quais não vencem juros. Devido à imaterialidade do seu valor, não foi determinado o justo valor.

O Grupo tem um empréstimo com covenant negociado de acordo com práticas de mercado e que na data do presente reporte se encontra em regular cumprimento.

O valor nominal dos empréstimos tem as seguintes maturidades:

	31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1 <sup>a)</sup>	80.584.669	4.867.436	43.597.111	6.730.136
N+2	39.321.659	3.938.199	30.417.502	5.187.358
N+3	7.644.816	2.421.339	48.102.235	4.615.274
N+4	49.335.366	1.074.827	66.438.849	2.795.451
N+5	3.505.904	87.101	48.576.622	1.110.569
Após N+5	4.824.098	109.720	7.148.672	216.245
	<u>185.216.512</u>	<u>12.498.622</u>	<u>244.280.992</u>	<u>20.655.033</u>

a) Inclui montantes utilizados ao abrigo de programas de papel comercial. Do valor total com maturidade em N+1, 16% diz respeito a papel comercial tomado ao abrigo de linhas de crédito com *commitment* superior a um ano. Efectivamente tendo em conta as políticas e medidas de gestão de risco de liquidez, não se antecipam riscos que possam por em causa a continuidade das operações.

No caso de alguma instituição bancária ou investidor titular de papel comercial emitido não renovar, nas datas de vencimento, as respectivas tomadas, o Grupo dispõe de linhas de crédito disponíveis para fazer face a essas não renovações.

À data de 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, as linhas de crédito disponíveis e os montantes de linhas contratadas são as seguintes:

	31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
<b>Montantes de linhas disponíveis</b>				
Resorts	-	-	-	-
Hotelaria	-	-	-	-
Fitness	-	-	-	-
Energia	-	-	-	-
Refrigeração e AVAC	741.161	-	-	-
Outros Activos	53.799.398	24.400.000	30.099.398	7.700.000
	<u>54.540.559</u>	<u>24.400.000</u>	<u>30.099.398</u>	<u>7.700.000</u>
<b>Montantes de linhas contratadas</b>				
Resorts	-	-	-	-
Hotelaria	-	-	-	-
Fitness	-	-	-	-
Energia	-	-	-	-
Refrigeração e AVAC	1.424.885	-	3.255.008	-
Outros Activos	62.049.398	54.400.000	47.849.398	66.600.000
	<u>63.474.283</u>	<u>54.400.000</u>	<u>51.104.406</u>	<u>66.600.000</u>

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

#### 25. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e de Dezembro de 2014 os Credores por locações financeiras tinham o seguinte detalhe:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	2.814.372	3.234.557	2.546.998	2.851.514
N+2	2.814.372	3.207.191	2.592.843	2.882.415
N+3	2.814.372	3.209.191	2.640.100	2.940.516
N+4	2.750.944	3.209.191	2.624.899	3.000.372
N+5	2.286.141	3.212.442	2.204.362	3.064.756
Após N+5	4.933.818	7.263.078	4.824.098	7.047.014
	<u>18.414.019</u>	<u>23.335.650</u>	<u>17.433.300</u>	<u>21.786.587</u>
Juros futuros	(980.718)	(1.549.063)		
	<u>17.433.301</u>	<u>21.786.587</u>		
Custos de montagem de locações financeiras			(76.760)	(88,961)
Componente de curto prazo			2.546.998	2,851,515
Credores por locações financeiras			<u>14,809,541</u>	<u>18.846.111</u>
- líquidos da parcela de curto prazo				

Os contractos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado. A taxa de juro destes contractos em 31 de Dezembro de 2015 era em média de 1,63%.

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o justo valor das obrigações financeiras em contractos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 o valor líquido contabilístico dos bens objecto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<b>Bens objecto de locação financeira</b>		
Terrenos e Edifícios	-	-
Equipamento Básico	21.992.829	24.760.139
Equipamento Transporte	-	-
Ferramentas e Utensílios	-	-
Equipamento Administrativo	3.170	3.720
Total de activos fixos tangíveis	<u>21.995.999</u>	<u>24.763.859</u>

#### 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

##### Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pelo Grupo existentes em 31 de Dezembro de 2015, respeitam fundamentalmente a opções de taxa de juro (*cash flow*

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

*hedges*) contraídas com o objectivo de cobertura de risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 579.787 de euros cujo justo valor ascendia a 25.952 euros (621.462 euros em 31 de Dezembro de 2014), registados no passivo, na rubrica de outros empréstimos (Nota 24). Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, todos os derivados são considerados de cobertura.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e avaliações externas quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos. Para opções, o justo valor é determinado com base no modelo de *Black-Scholes* e suas variantes.

O justo valor dos derivados é calculado usando modelos de valorização com pressupostos observáveis no mercado, enquadrando-se assim no nível 2 definido na IFRS 7.

Os princípios de cobertura de risco geralmente utilizados pelo Grupo na contratação destes instrumentos financeiros de cobertura são os seguintes:

- *Matching* entre fluxos de caixa pagos e recebidos, i.e., existe coincidência entre as datas de refixação da taxa de juro dos financiamentos contratados com o banco e as datas de refixação da taxa de juro do derivado;
- *Matching* perfeito entre indexantes: o indexante de referência no instrumento financeiro de cobertura e no financiamento ao qual o derivado está subjacente são coincidentes;
- Num cenário de subida extrema de taxas de juro, o custo máximo do financiamento está limitado.

Seleção das contrapartes dos derivados com base na solidez e no perfil de risco de crédito da mesma, sendo esse perfil de risco mensurado normalmente através da nota de rating atribuída por empresas de rating de reconhecido mérito. As contrapartes dos derivados são instituições financeiras de primeira linha, de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional.

### Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Activos		Passivos	
	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Derivados que não são de cobertura				
Taxa de juro	-	-	-	-
Derivados de cobertura				
Taxa de juro (Nota 24)	-	-	25.952	621.462
Outros derivados	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.952</u>	<u>621.462</u>

## 27. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica Outros passivos não correntes pode ser detalhada como segue:

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<b>Empréstimos obtidos e outros valores a pagar a empresas relacionadas</b>		
Plaza Mayor Parque de Ocio, SA (Nota 45)	1.928.510	2.017.783
Outros	230.846	216.645
	<u>2.159.356</u>	<u>2.234.428</u>
<b>Outros credores</b>		
Credores do processo de reestruturação Torralta	561.891	506.206
Outros	-	-
	<u>561.891</u>	<u>506.206</u>
<b>Proveitos diferidos</b>		
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 28)	312.372	333.229
	<u>312.372</u>	<u>333.229</u>
<b>Outros passivos não correntes</b>	<u>3.033.619</u>	<u>3.073.863</u>

A 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a maturidade dos saldos de Outros Credores pode ser analisada como segue:

<b>31 Dezembro 2015</b>	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
Fornecedores de activos fixos	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	-	-	561.891	561.891
Total acumulado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>561.891</u>	<u>561.891</u>
<b>31 Dezembro 2014</b>	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
Fornecedores de activos fixos	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	-	-	506.206	506.206
Total acumulado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>506.206</u>	<u>506.206</u>

## 28. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS EM ACÇÕES

O Grupo Sonae Capital concedeu em 2012 e nos anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções Sonae Capital SGPS, SA. a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae Capital na data de vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o valor de mercado do total das responsabilidades decorrentes dos planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo Valor	
			31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<b>Acções</b>				
2012	2015	-	-	341.223
2013	2016	7	579.291	423.280
2014	2017	7	272.420	153.131
2015	2018	7	335.036	-
<b>Total</b>			<u>1.186.747</u>	<u>917.634</u>

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os valores registados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Registado em outros passivos não correntes (Nota 27)	312.372	333.230
Registado em outros passivos correntes	579.291	341.223
Registado em reservas	34.317	391.028
Valor registado em gastos com pessoal	857.346	283.425

## 29. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2015	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
<b>Fornecedores conta corrente</b>				
Resorts	1.744.931	1.315.687	33.588	395.656
Hotelaria	667.938	554.915	27.641	85.382
Fitness	755.298	741.367	2.391	11.540
Energia	3.410.076	3.325.996	80.878	3.202
Refrigeração e AVAC	8.519.106	8.234.815	231.330	52.961
Outros Activos	785.412	735.273	24.454	25.685
	<u>15.882.761</u>	<u>14.908.053</u>	<u>400.282</u>	<u>574.426</u>
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	1.284.839	1.136.608	109.197	39.034
<b>Total Acumulado</b>	<u>17.167.600</u>	<u>16.044.661</u>	<u>509.479</u>	<u>613.460</u>
	31 Dezembro 2014	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
<b>Fornecedores conta corrente</b>				
Resorts	1.646.303	1.555.240	21.325	69.738
Hotelaria	597.588	509.944	27.840	59.804
Fitness	621.851	605.787	3.941	12.123
Energia	3.722.598	3.595.628	117.218	9.752
Refrigeração e AVAC	8.525.156	8.164.241	177.183	183.732
Outros Activos	924.983	599.776	134.353	190.854
	<u>16.038.479</u>	<u>15.030.616</u>	<u>481.860</u>	<u>526.003</u>
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	989.924	743.642	70.582	175.700
<b>Total Acumulado</b>	<u>17.028.403</u>	<u>15.774.258</u>	<u>552.442</u>	<u>701.703</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da actividade operacional do Grupo. O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do valor contabilístico e que o efeito de actualização destes montantes não é material.

## 30. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica Outras dívidas a terceiros pode ser detalhada como segue:

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

	31 Dezembro 2015	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
<b>Outros credores</b>				
Fornecedores de activos fixos	1.273.301	857.257	390.544	25.500
Outros	1.678.532	636.061	49.476	992.995
	2.951.833	1.493.318	440.020	1.018.495
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	8.291.899			
	11.243.732			
<b>Empresas relacionadas</b>	318.490			
<b>Total Acumulado</b>	11.562.222			

	31 Dezembro 2014	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
<b>Outros credores</b>				
Fornecedores de activos fixos	1.296.713	325.800	332.871	638.042
Outros	2.220.512	1.185.889	218.525	816.098
	3.517.225	1.511.689	551.396	1.454.140
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	4.350.703			
	7.867.928			
<b>Empresas relacionadas</b>	107.739			
<b>Total Acumulado</b>	7.975.667			

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de activos fixos e não incorpora juros. A rubrica inclui ainda valores de adiantamentos de clientes por conta de vendas futuras de inventários e activos fixos e montantes adiantados por instituições financeiras por conta do desconto de letras sobre clientes. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de actualização não são materiais.

### 31. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Custos com o pessoal	5.902.111	5.987.039
Obras já facturadas mas ainda não realizadas	3.219.828	4.667.245
Acréscimos de gastos de Compras - segmento Energia	2.321.743	4.126.642
Encargos financeiros a liquidar	611.463	821.515
Subsídios ao investimento	1.447.902	1.601.914
Outros	11.158.051	9.584.113
<b>Total Acumulado</b>	24.661.098	26.788.468

A Refrigeração e AVAC é o segmento com contributo mais relevante no montante afecto a obras já facturadas mas ainda não realizadas, cerca de 2,4 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2015 (3,4 milhões de euros no período homólogo de 2014).

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 32. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 1 Janeiro 2015	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo em 31 Dezembro 2015
<b>Perdas por imparidade acumuladas em:</b>					
Activos fixos tangíveis (Nota 10)	38.824.512	305.285	-	-	39.129.797
Goodwill (Nota 12)	1.301.596	-	-	-	1.301.596
Outros investimentos (Notas 6 e 13)	323.781	-	-	-	323.781
Outros activos não correntes (Nota 14)	34.916	-	-	-	34.916
Clientes (Nota 16)	4.356.479	298.264	(617.895)	(49.910)	3.986.937
Devedores diversos correntes (Nota 17)	6.356.348	85.434	(75.105)	(5.801.277)	565.400
Existências (Nota 15)	6.292.456	804	(341.509)	-	5.951.751
<b>Provisões não correntes</b>	<b>3.079.824</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.079.824</b>
<b>Provisões correntes</b>	<b>5.642.201</b>	<b>1.512.681</b>	<b>(294.286)</b>	<b>(1.502.670)</b>	<b>5.357.926</b>
	<b>66.212.114</b>	<b>2.202.468</b>	<b>(1.328.795)</b>	<b>(7.353.857)</b>	<b>59.731.929</b>

Rubricas	Saldo em 1 Janeiro 2014	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo em 31 Dezembro 2014
<b>Perdas por imparidade acumuladas em:</b>					
Activos fixos tangíveis (Nota 10)	47.068.517	3.384.666	(10.730.690)	(897.981)	38.824.512
Goodwill (Nota 12)	1.301.596	-	-	-	1.301.596
Outros investimentos (Notas 6 e 13)	7.868.877	-	-	(7.545.095)	323.781
Outros activos não correntes (Nota 14)	34.916	-	-	-	34.916
Clientes (Nota 16)	6.039.005	896.543	(837.707)	(1.741.361)	4.356.479
Devedores diversos correntes (Nota 17)	7.707.008	196.303	(122.838)	(1.424.127)	6.356.348
Inventários (Nota 15)	3.725.862	3.162.695	(596.100)	-	6.292.456
<b>Provisões não correntes</b>	<b>3.079.824</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.079.824</b>
<b>Provisões correntes</b>	<b>2.957.713</b>	<b>4.041.823</b>	<b>(126.656)</b>	<b>(1.230.679)</b>	<b>5.642.201</b>
	<b>79.783.318</b>	<b>11.682.030</b>	<b>(12.413.991)</b>	<b>(12.839.243)</b>	<b>66.212.113</b>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, os montantes registados em provisões e perdas por imparidade foram constituídos por prudência; a data em que se vão materializar não é previsível em termos de fluxos de caixa futuros.

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 o valor do reforço de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Provisões e perdas de imparidade (Aumentos/Diminuições)	459.822	(820.033)
Reversões de perdas de imparidade e provisões	1.741.842	9.339.368
Provisões e perdas por imparidade - Aumentos	2.201.664	8.519.335
Perdas por imparidade de inventários registada em custo das vendas (Nota 15) e em variação da produção (Nota 37)	804	3.162.695
	<b>2.202.468</b>	<b>11.682.030</b>

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 o detalhe das provisões para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Processos judiciais em curso	2.033.391	1.802.697
Provisões rendimento garantido	3.838.298	4.350.846
Outros	2.566.061	2.568.482
	<u>8.437.750</u>	<u>8.722.025</u>

O montante considerado em “Provisões rendimento garantido” corresponde á estimativa da diferença entre o valor a facturar através da exploração dos imóveis alienados em Tróia e o rendimento garantido aos proprietários dos imóveis. O valor a facturar através da exploração dos imóveis é estimado com base na média dos valores obtidos nos anos anteriores.

### 33. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 os principais passivos contingentes respeitavam a garantias prestadas e tinham o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<b>Garantias prestadas:</b>		
Em processos de recuperação de IVA	5.105.475	5.064.574
Em processos fiscais em curso	9.956.905	5.729.805
Em processos autárquicos em curso	1.134.224	1.134.224
Outras	12.082.176	14.418.892

O valor de Outras inclui as seguintes garantias:

- 6.114.365 euros em 31 de Dezembro de 2015 (7.507.705 euros em 31 de Dezembro de 2014) como garantias prestadas a clientes relativas a contractos de construção;
- 5.264.966 euros em 31 de Dezembro de 2015 (5.581.280 euros em 31 de Dezembro de 2014) como garantias prestadas relativas a licenças de construção do negócio do Turismo.

O Grupo não registou provisões para os eventos/diferendos para os quais foram prestados estas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que dos referidos eventos não resultarão perdas para o Grupo.

### 34. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nas locações operacionais em que o Grupo age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como proveitos, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 ascenderam a 2.787.429 euros e 2.949.018 euros respectivamente.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o Grupo tinha celebrado, como locador, contractos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	3.314.032	2.284.206
N+1	629.063	180.548
N+2	495.476	178.888
N+3	439.448	96.245
N+4	439.448	26.195
N+5	231.697	26.195
Após N+5	41.575	68.185
	<u>5.590.739</u>	<u>2.860.462</u>

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foi reconhecido como custo do período o montante de 4.804.737 euros (3.296.974 euros em 31 de Dezembro de 2014) relativo a rendas pagas a título de contractos de locação operacional em que o Grupo age como locatário.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o Grupo tinha celebrado, como locatário, contractos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	2.262.169	1.796.942
N+1	1.285.020	1.107.046
N+2	854.093	729.388
N+3	654.289	560.439
N+4	536.417	508.802
N+5	401.731	398.362
Após N+5	784.355	1.017.697
	<u>6.778.074</u>	<u>6.118.676</u>

## 35. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foram como segue:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Vendas de mercadorias	87.804.366	83.277.861
Vendas de produtos	16.617.859	30.701.322
	<u>104.422.225</u>	<u>113.979.183</u>
Prestações de serviços	65.710.930	63.986.078
<b>Total Acumulado</b>	<u>170.133.155</u>	<u>177.965.261</u>

Em Vendas de produtos estão incluídos montantes de alienação de fracções imobiliárias de 14,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2015 (28,2 milhões em 31 de Dezembro 2014).

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os montantes mais relevantes ao abrigo da IAS 11 - Contractos de construção, considerados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, são os seguintes:

Rédito relativo a contratos de construção de obras em curso a 31.12.2015	48.282.424
Facturação relativa a obras em curso a 31.12.2015	49.403.886
Valores por facturar relativo a obras em curso a 31.12.2015	35.241.384
Gastos incorridos em obras em curso a 31.12.2015	38.725.616
Outros passivos correntes - Obras já facturadas mas ainda não realizadas (Nota 31)	(3.219.828)
Inventários em curso relativo a obras em curso a 31.12.2015	1.959.801

## 36. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A repartição dos outros Rendimentos e Ganhos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 é a seguinte:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Trabalhos para a própria empresa	2.206.574	2.766.356
Ganhos na alienação de activos	8.815.657	1.558.189
Proveitos suplementares	834.126	745.506
Outros	5.533.407	2.997.543
<b>Total</b>	<b>17.389.764</b>	<b>8.067.594</b>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, no montante de ganhos na alienação de activos, cerca de 6 milhões de euros são relativos á alienação do activo não estratégico "Duque de Loulé".

## 37. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A variação de produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 é a seguinte:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Produtos acabados	(5.491.839)	(15.045.655)
Produtos e trabalhos em curso	(778.814)	(2.779.601)
	<u>(6.270.652)</u>	<u>(17.825.256)</u>
Perdas por imparidade (Nota 32)	287.462	(215.447)
<b>Total Acumulado</b>	<b>(5.983.190)</b>	<b>(18.040.703)</b>

A variação da produção foi apurada como segue:

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Inventários iniciais (Nota 15)	131.721.679	149.337.662
Regularizações de existências	(24.573.463)	209.274
Inventários finais (Nota 15)	100.877.564	131.721.679
	(6.270.652)	(17.825.257)
Perdas por imparidade	-	(217.325)
Reversão de perdas por imparidade	287.462	1.879
<b>Total Acumulado</b>	<b>(5.983.190)</b>	<b>(18.040.703)</b>

Em Regularização de existências estão incluídos 20.877.300 euros relativos a empreendimentos imobiliários transferidos para activos fixos tangíveis (Nota 10).

### 38. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 é a seguinte:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Subcontratos	15.952.051	14.566.854
Trabalhos especializados	6.994.020	6.511.821
Rendas e alugueres	6.639.093	6.114.912
Honorários	794.322	784.261
Conservação e reparação	3.979.136	3.816.731
Limpeza, higiene e conforto	2.693.317	2.568.759
Electricidade	2.371.268	2.417.071
Deslocações e estadas	1.106.020	1.007.408
Publicidade e propaganda	1.981.627	5.515.646
Combustíveis	750.149	809.790
Vigilância e segurança	541.404	575.579
Comunicação	833.097	894.122
Comissões	3.690.177	3.063.689
Outros fluidos	1.166.832	1.379.039
Seguros	740.886	774.757
Outros	4.141.893	3.782.450
<b>Total Acumulado</b>	<b>54.375.292</b>	<b>54.582.889</b>

O principal destaque na rubrica “Subcontratos” corresponde ao segmento de Refrigeração e AVAC, com montantes a ascender a 13,8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2015 (13,4 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2014).

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

#### 39. GASTOS COM PESSOAL

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 é a seguinte:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Remunerações	27.520.859	27.074.976
Encargos sobre remunerações	4.987.871	4.842.005
Seguros	709.526	582.486
Custos com acção social	171.256	201.379
Outros gastos com pessoal	1.448.423	1.217.355
<b>Total Acumulado</b>	<b>34.837.935</b>	<b>33.918.201</b>

O número médio de colaboradores, repartido por segmentos de negócio pode ser analisado como segue:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Resorts	143	139
Hotelaria	263	246
Fitness	182	180
Energia	48	40
Refrigeração e AVAC	507	572
Outros Activos	107	111
	<b>1.250</b>	<b>1.288</b>

#### 40. OUTROS GASTOS E PERDAS

A repartição dos Outros Gastos e Perdas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 é a seguinte:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Perdas na alienação de activos	299.829	59.350
Outros impostos	791.256	937.843
Imposto municipal sobre imóveis	710.196	895.013
Emissões CO2	376.436	439.737
Dívidas incobráveis	3.614	98.135
Outros	5.335.693	1.533.783
<b>Total Acumulado</b>	<b>7.517.024</b>	<b>3.963.861</b>

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 41. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 têm a seguinte composição:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<b>Gastos e perdas:</b>		
Juros Suportados		
Relativos a descobertos e emprést. bancários	2.991.827	5.792.179
Relativos a obrigações não convertíveis	2.759.434	2.256.930
Relativos a contratos de locação financeira	364.654	478.630
Relativos a derivados de cobertura	230.796	1.178.311
Outros	155.428	373.055
	<u>6.502.139</u>	<u>10.079.106</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.266.215	1.208
Descontos de pronto pagamento concedidos	533	1.984
Encargos com emissão de dívida	-	1.000
Outros custos e perdas financeiras	2.663.403	2.861.982
	<u>10.432.290</u>	<u>12.945.280</u>
<b>Rendimentos e ganhos:</b>		
Juros obtidos	1.161.357	1.393.628
Diferenças de câmbio favoráveis	492.910	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	10.444	35.223
	<u>1.664.711</u>	<u>1.428.851</u>
<b>Resultados financeiros</b>	<u>(8.767.579)</u>	<u>(11.516.429)</u>

### 42. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 têm a seguinte composição:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<b>Dividendos</b>	<b>205.830</b>	<b>235.135</b>
Liquidação de filiais	-	(1.108)
Resultado da aquisição de empresas do segmento Energia	-	37.985
Acerto do preço da venda da Contacto - Sociedade de Construções, SA	-	(2.150.000)
Acerto do preço da venda da Box Lines Navegação	108.650	2.660.262
Aumento de capital da Spinarq - Moçambique com redução de percentagem	-	30.031
Alienação da Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	(1.112.341)	-
Alienação da UPK - Gestão de Facilities e Manutenção, SA	116.836	-
<b>Resultados obtidos na alienação de investimentos em filiais</b>	<b>(886.855)</b>	<b>577.170</b>
Liquidação de participações de outros investimentos	-	(106.220)
Alienação da APOR - Agência para a modernização do Porto, SA	-	78.392
Alienação de Unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	(263.315)	-
Rendimentos do Fundo de Investimento Fechado Imosede	100.922	1.916.178
Rendimentos do Fundo de Investimento Imobiliário Imosona e Dois	30.890	8.100
<b>Resultados obtidos em outros investimentos</b>	<b>(131.503)</b>	<b>1.896.450</b>
<b>Outros</b>	<b>(618)</b>	<b>(112)</b>
<b>Resultados relativos a Investimentos</b>	<b>(813.146)</b>	<b>2.708.643</b>

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

#### 43. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 são detalhados como segue:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Imposto corrente	1.528.794	2.785.985
Imposto diferido	(1.106.461)	1.715.615
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>422.333</b>	<b>4.501.600</b>

A reconciliação do resultado antes de imposto do exercício com o imposto sobre o rendimento do exercício, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, pode ser analisada como segue:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Resultado antes de impostos	1.818.686	(1.795.390)
Taxa nominal de imposto	21,00%	23,00%
Imposto teórico	381.924	(412.940)
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(11.879.464)	(2.247.571)
Resultados relativos a empresas associadas	(835.101)	(1.891.395)
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	71.820	(3.395.228)
Outras diferenças permanentes	(946.411)	1.838.813
	(13.207.231)	(6.108.321)
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a activos por impostos diferidos	(153.493)	(3.222.792)
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	13.360.724	11.166.276
	-	1.835.163
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(413.104)	28.067
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	(1.050.055)	1.715.615
Derrama	892.520	859.931
Insuficiência / Excesso de estimativa de imposto	932.788	(125.732)
Tributação autónoma e benefícios fiscais	60.184	188.556
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>422.333</b>	<b>4.501.600</b>

#### 44. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO COM O RESULTADO INDIVIDUAL

A reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 pode ser analisada como segue:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Resultados líquidos individuais agregados	(24.013.556)	61.698.212
Homogeneização de critérios	(3.807.715)	2.180.994
Eliminação de dividendos intra-grupo	(39.204.648)	(173.282.508)
Equivalência patrimonial	(9.366.260)	8.223.458
Eliminação de mais e menos valias intra-grupo	82.573.807	59.681.362
Eliminação de imparidade intra-grupo	(57.304.713)	33.104.534
Correcção das mais e menos valias na alienação de activos	4.142.033	-
Correcção das mais e menos valias na alienação de participações financeiras	48.377.405	1.817.268
Outros	-	279.690
<b>Resultado consolidado do período</b>	<b>1.396.353</b>	<b>(6.296.990)</b>

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 45. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, podem ser detalhados como segue:

<b>Transacções</b>	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Empresa Mãe (a)	-	-	-	-
Empresas associadas	309.335	288.195	28.195	24.019
Entidades parceiras, accionistas e participadas (b)	37.794.559	34.227.763	4.848.710	5.392.659
	<u>38.103.894</u>	<u>34.515.958</u>	<u>4.876.905</u>	<u>5.416.678</u>
<b>Transacções</b>	Juros auferidos		Juros suportados	
	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Empresa Mãe (a)	-	-	-	-
Empresas associadas	986.897	1.020.380	-	-
Entidades parceiras, accionistas e participadas (b)	-	-	110.567	127.689
	<u>986.897</u>	<u>1.020.380</u>	<u>110.567</u>	<u>127.689</u>
<b>Saldos</b>	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Empresa Mãe (a)	-	-	-	-
Empresas associadas	79.083	1.599.727	6.302	18.980
Entidades parceiras, accionistas e participadas (b)	10.106.073	11.254.391	8.946.752	2.243.084
	<u>10.185.156</u>	<u>12.854.118</u>	<u>8.953.054</u>	<u>2.262.064</u>
<b>Saldos</b>	Empréstimos Obtidos		Empréstimos Concedidos	
	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Empresa Mãe (a)	-	-	-	-
Empresas associadas	-	-	6.689.090	19.368.854
Entidades parceiras, accionistas e participadas (b)	1.928.510	2.017.783	-	-
	<u>1.928.510</u>	<u>2.017.783</u>	<u>6.689.090</u>	<u>19.368.854</u>

a) A empresa Mãe é a Efanor Investimentos, SGPS, SA;

b) A rubrica Entidades parceiras e accionistas, inclui valores com o Grupo Sonae, SGPS e com o Grupo Sonae Indústria, SGPS.

As remunerações atribuídas em 2015 aos membros em funções do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA totalizaram 1.087.527 euros (744.297 euros em 31 de Dezembro de 2014), repartidas entre 563.392 euros de remuneração fixa (587.951 euros em 2014) e 524.135 euros relativos a remunerações variáveis (156.346 euros em 2014).

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 46. RESULTADO POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	(294.678)	(6.832.009)
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	(294.678)	(6.832.009)
<b>Número de acções</b>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	246.341.811	246.211.552
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	246.341.811	246.211.552
<b>Resultado por acção (básico e diluído):</b>	<b>(0,001196)</b>	<b>(0,027749)</b>

Não existem instrumentos convertíveis sobre acções da Sonae Capital, SGPS, SA. pelo que não existe diluição dos resultados.

### 47. RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 podem ser analisados como segue:

	31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
Alienação de unidades de participação do Fundo Imobiliário fechado Imosede	34.011.844	-	5.000.134	-
Rendimentos do Fundo Imobiliário fechado Imosede	100.921	-	1.916.178	-
Alienação da Sociedade Imobiliária Tróia B3, SA	-	-	2.457.492	-
Alienação da APOR - Agência para a modernização do Porto, SA	-	-	300.000	-
Acerto de preço da venda da Contacto - Soc. de construções, SA	-	-	-	3.228.529
Alienação da Sociedade Sear - Soc Europeia	-	-	-	2.150.000
Alienação da Saude Atlântica e suas filiais	768.969	-	99.129	-
Acerto de preço da alienação da Box Lines Navegação	600.000	-	-	-
Outros	453.333	26.143	112.972	22.697
<b>Total Acumulado</b>	<b>35.935.067</b>	<b>26.143</b>	<b>9.885.905</b>	<b>5.401.226</b>



## **RELATÓRIO & CONTAS 2015**

Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 48. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foram identificados os seguintes segmentos:

- Resorts
- Hotelaria
- Fitness
- Energia
- Refrigeração e AVAC
- Outros Activos

Os contributos para a Demonstração de Resultados consolidada, por segmentos de negócios, dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 podem ser analisados como segue:

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 Dezembro 2015

Demonstração de Resultados	Resorts	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração e AVAC	Outros Activos	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Volume de Negócios	25.123.883	17.091.103	15.191.171	50.584.114	60.603.991	16.080.636	-14.541.743	<b>170.133.155</b>
Outros Rendimentos e ganhos	7.154.234	503.991	415.210	1.284.117	803.213	6.715.048	513.951	<b>17.389.764</b>
<b>Total de rendimentos operacionais</b>	<b>32.278.117</b>	<b>17.595.094</b>	<b>15.606.381</b>	<b>51.868.231</b>	<b>61.407.204</b>	<b>22.795.684</b>	<b>-14.027.792</b>	<b>187.522.919</b>
<b>Cash-flow operacional (EBITDA)</b>	<b>3.187.727</b>	<b>-3.454.955</b>	<b>1.823.771</b>	<b>9.205.067</b>	<b>2.965.233</b>	<b>9.426.983</b>	<b>-1</b>	<b>23.153.825</b>

31 Dezembro 2014

Demonstração de Resultados	Resorts	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração e AVAC	Outros Activos	Operações descontinuadas	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Volume de Negócios	40.358.257	15.109.037	13.737.013	47.409.879	60.558.957	15.360.196	1.863.099	-16.431.177	<b>177.965.261</b>
Outros Rendimentos e ganhos	2.716.442	608.429	247.889	1.807.775	569.734	668.701	183.251	1.265.373	<b>8.067.594</b>
<b>Total de rendimentos operacionais</b>	<b>43.074.699</b>	<b>15.717.466</b>	<b>13.984.902</b>	<b>49.217.654</b>	<b>61.128.691</b>	<b>16.028.897</b>	<b>2.046.350</b>	<b>-15.165.804</b>	<b>186.032.855</b>
<b>Cash-flow operacional (EBITDA)</b>	<b>3.389.693</b>	<b>-4.769.895</b>	<b>1.234.861</b>	<b>9.545.592</b>	<b>698.651</b>	<b>1.579.377</b>	<b>-286.454</b>	<b>1</b>	<b>11.391.826</b>

Os contributos para o Balanço consolidado, por segmentos de negócios, dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 podem ser analisados como segue:

31 Dezembro 2015

Balanço	Resorts	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigeração e AVAC	Outros Activos	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Activos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Goodwill	149.956.529	12.436.077	9.005.028	26.895.189	9.993.052	111.446.972	-6.010	<b>319.726.837</b>
Investimentos	41.797.580	10.705.291	27.638	213.433	4.283	360.907.202	-400.097.398	<b>13.558.029</b>
Outros Activos	76.197.823	8.070.031	2.747.073	10.745.078	42.435.788	593.656.434	-493.104.764	<b>240.747.465</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>267.951.933</b>	<b>31.211.399</b>	<b>11.779.739</b>	<b>37.853.700</b>	<b>52.433.123</b>	<b>1.066.010.608</b>	<b>-893.208.172</b>	<b>574.032.331</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>231.646.193</b>	<b>29.764.342</b>	<b>9.121.409</b>	<b>35.009.190</b>	<b>18.086.642</b>	<b>433.849.763</b>	<b>-493.580.059</b>	<b>263.897.480</b>
Investimento Técnico	1.437.829	575.136	1.312.420	6.242.443	191.289	4.805.144	-	<b>14.564.262</b>
Dívida Bruta	13.654.719	-	261.161	6.693.808	684.942	163.221.655	-	<b>184.516.284</b>
Dívida Líquida	13.471.474	-104.405	221.797	6.306.008	-813.557	130.116.717	-	<b>149.198.033</b>

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 Dezembro 2014

Balço	Resorts	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigerao e AVAC	Outros Activos	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Activos Fixos Tangiveis, Intangiveis e Goodwill	135.559.390	13.705.579	9.301.498	26.480.547	10.176.911	113.983.432	518.223	<b>309.725.580</b>
Investimentos	39.365.628	31.163.716	24.563	120.196	611	613.053.027	-628.915.555	<b>54.812.186</b>
Outros Activos	106.471.805	42.913.396	2.854.314	11.866.682	41.948.979	990.664.413	-925.265.587	<b>271.453.999</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>281.396.823</b>	<b>87.782.691</b>	<b>12.180.375</b>	<b>38.467.424</b>	<b>52.126.501</b>	<b>1.717.700.872</b>	<b>-1.553.662.919</b>	<b>635.991.765</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>232.409.762</b>	<b>37.437.989</b>	<b>8.905.387</b>	<b>38.162.518</b>	<b>19.532.634</b>	<b>921.903.264</b>	<b>-929.697.084</b>	<b>328.654.471</b>
<b>Investimento Tcnico</b>	<b>1.768.152</b>	<b>470.708</b>	<b>1.285.193</b>	<b>2.637.973</b>	<b>311.956</b>	<b>2.492.189</b>	-	<b>8.966.171</b>
<b>Dvida Bruta</b>	<b>16.056.102</b>	-	<b>734.375</b>	<b>11.382.132</b>	<b>1.283.258</b>	<b>214.332.939</b>	-	<b>243.788.806</b>
<b>Dvida Lquida</b>	<b>15.869.776</b>	<b>-119.991</b>	<b>683.804</b>	<b>10.986.752</b>	<b>-30.877</b>	<b>207.071.791</b>	-	<b>234.461.256</b>

Os contributos para os Fluxos de caixa consolidados, por segmentos de negcios, dos perodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 podem ser analisados como segue:

31 Dezembro de 2015

	Resorts	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigerao e AVAC	Outros Activos	Consolidado
Actividades operacionais	3.187.002	97.590	4.434.399	9.809.847	8.768.803	3.237.088	29.534.729
Actividades de investimento	4.076.010	14.342.499	(725.437)	(6.182.647)	(24.964)	54.456.420	65.941.881
Actividades de financiamento	(2.603.139)	(72.746)	(497.093)	(4.743.102)	(493.350)	(59.633.301)	(68.042.731)
<b>Variaco de caixa e equivalentes</b>	<b>4.659.873</b>	<b>14.367.343</b>	<b>3.211.869</b>	<b>(1.115.902)</b>	<b>8.250.489</b>	<b>(1.939.793)</b>	<b>27.433.879</b>

31 Dezembro de 2014

	Resorts	Hotelaria	Fitness	Energia	Refrigerao e AVAC	Outros Activos	Consolidado
Actividades operacionais	20.941.008	3.766.405	3.606.711	9.668.090	3.329.596	(11.477.340)	29.834.470
Actividades de investimento	3.830.476	5.359.481	(1.271.738)	3.533.136	(254.268)	(10.783.575)	413.512
Actividades de financiamento	(2.649.765)	41.116	(571.619)	(5.660.374)	(707.315)	(15.488.443)	(25.036.400)
<b>Variaco de caixa e equivalentes</b>	<b>22.121.719</b>	<b>9.167.002</b>	<b>1.763.354</b>	<b>7.540.852</b>	<b>2.368.013</b>	<b>(37.749.358)</b>	<b>5.211.582</b>

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Consolidadas

#### 49. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-lei N.º 185/09 art.º 11

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, foram pagas ao auditor externo da sociedade, as seguintes remunerações:

	31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014	
Auditoria e Revisão Legal de Contas <sup>1</sup>	189.635	76,87%	176.336	82,35%
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade <sup>2</sup>	-	0,00%	1.000	0,47%
Consultoria Fiscal <sup>2</sup>	1.700	0,69%	6.000	2,80%
Outros Serviços <sup>2</sup>	55.374	22,45%	30.800	14,38%
<b>Total</b>	<b>246.709</b>	<b>100,00%</b>	<b>214.136</b>	<b>100,00%</b>

<sup>1</sup> Honorários acordados para o ano.

<sup>2</sup> Montantes facturados.

#### 50. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de Dezembro de 2015 até esta data que necessitem ser divulgados.

## **RELATÓRIO & CONTAS 2015**

Demonstrações Financeiras Consolidadas

### 51. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Fevereiro de 2016. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

#### **O Conselho de Administração.**

---

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo  
Presidente do Conselho de Administração

---

Álvaro Carmona e Costa Portela  
Membro do Conselho de Administração

---

Francisco de La Fuente Sánchez  
Membro do Conselho de Administração

---

Paulo José Jubilado Soares de Pinho  
Membro do Conselho de Administração

---

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo  
CEO

---

Ivone Pinho Teixeira  
CFO

PARTE V  
**DEMONSTRAÇÕES**  
**FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**  
31 DEZEMBRO 2015



**SONAE CAPITAL**

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Individuais

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Activos fixos tangíveis		29.790	28.987
Investimentos financeiros	4	352.789.105	434.115.996
Activos por Impostos diferidos	7	8.275.218	4.069.727
Outros activos não correntes	5	<u>376.801.628</u>	<u>197.085.531</u>
Total de activos não correntes		<u>737.895.741</u>	<u>635.300.241</u>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>			
Estado e outros entes publicos - Imposto s/ o rendt <sup>º</sup>	6	1.525.643	7.519.432
Outros activos correntes	6	49.145.079	565.664.627
Caixa e equivalentes de caixa	8	<u>30.562.977</u>	<u>5.112.291</u>
Total de activos correntes		<u>81.233.698</u>	<u>578.296.350</u>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<u><u>819.129.439</u></u>	<u><u>1.213.596.591</u></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	9	250.000.000	250.000.000
Acções próprias	9	(1.426.791)	(1.486.301)
Reservas legais	10	9.463.225	8.611.464
Outras reservas	10	309.676.446	293.493.001
Resultado líquido do período		<u>12.198.782</u>	<u>17.035.205</u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<u>579.911.662</u>	<u>567.653.369</u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários	11	45.125.994	75.613.439
Empréstimos obrigacionistas	11	42.123.598	52.013.159
Outros passivos não correntes		<u>107.760</u>	<u>157.880</u>
Total de passivos não correntes		<u>87.357.352</u>	<u>127.784.478</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	13	101.559	107.498
Empréstimos bancários	11	25.990.000	36.293.800
Outras dívidas a terceiros	12	124.763.497	476.548.040
Estado e outros entes publicos - Imposto s/ o rendt <sup>º</sup>	13	-	4.105.403
Outros passivos correntes	13	<u>1.005.369</u>	<u>1.104.003</u>
Total de passivos correntes		<u>151.860.425</u>	<u>518.158.744</u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<u><u>819.129.439</u></u>	<u><u>1.213.596.591</u></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Individuais

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Proveitos operacionais			
Outros proveitos operacionais		27.805	22.614
Total de proveitos operacionais		<u>27.805</u>	<u>22.614</u>
Custos operacionais			
Fornecimentos e serviços externos	14	(1.038.486)	(439.162)
Custos com o pessoal	16	(1.284.716)	(1.029.244)
Amortizações e depreciações		(1.935)	(3.769)
Outros custos operacionais		(106.621)	(53.465)
Total de custos operacionais		<u>(2.431.758)</u>	<u>(1.525.640)</u>
Resultados operacionais		<u>(2.403.953)</u>	<u>(1.503.026)</u>
Proveitos e ganhos financeiros	17	29.087.119	10.795.440
Custos e perdas financeiras	17	(9.958.040)	(9.938.257)
Resultados financeiros		<u>19.129.079</u>	<u>857.183</u>
Resultados relativos a investimentos	17	(10.322.170)	10.914.428
Resultado antes de impostos		<u>6.402.956</u>	<u>10.268.585</u>
Imposto sobre o rendimento	18	5.795.826	6.766.620
Resultado do período		<u>12.198.782</u>	<u>17.035.205</u>
Resultados por acção			
Básico e Diluído	19	0,049520	0,069189

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.



# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Individuais

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em euros)

	4º Trimestre 2015 (Não auditado)	4º Trimestre 2014 (Não auditado)
Proveitos operacionais		
Outros proveitos operacionais	10.362	1.139
Total de proveitos operacionais	<u>10.362</u>	<u>1.139</u>
Custos operacionais		
Fornecimentos e serviços externos	(266.502)	(108.017)
Custos com o pessoal	(268.241)	(169.602)
Amortizações e depreciações	(273)	(1.009)
Outros custos operacionais	(13.956)	(38.059)
Total de custos operacionais	<u>(548.972)</u>	<u>(316.687)</u>
Resultados operacionais	<u>(538.610)</u>	<u>(315.548)</u>
Proveitos e ganhos financeiros	3.632.301	2.969.279
Custos e perdas financeiras	(2.629.420)	(2.182.261)
Resultados financeiros	<u>1.002.881</u>	<u>787.018</u>
Resultados relativos a investimentos	<u>(7.928.013)</u>	<u>(4.876.387)</u>
Resultado antes de impostos	<u>(7.463.742)</u>	<u>(4.404.917)</u>
Imposto sobre o rendimento	3.595.657	1.030.934
Resultado do período	<u>(3.868.085)</u>	<u>(3.373.983)</u>
Resultados por acção		
Básico e Diluído	(0,015702)	(0,013704)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Individuais

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

### DEMONSTRACÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em euros)

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Resultado líquido do período	12.198.782	17.035.205
Rubricas que posteriormente poderão ser reclassificados para Resultado Líquido:		
Variação nas reservas de conversão cambial	-	-
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	-	-
Variação no justo valor dos activos disponíveis para venda	-	-
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	-
Imposto relativo às componentes do Outro rendimento integral	-	-
Outro rendimento integral do período	<u>-</u>	<u>-</u>
Total rendimento integral do período	<u>12.198.782</u>	<u>17.035.205</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Individuais

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em euros)

	<u>4º Trimestre 2015</u> (Não auditado)	<u>4º Trimestre 2014</u> (Não auditado)
Resultado líquido do período	(3.868.085)	(3.373.983)
Diferenças de conversão cambial	-	-
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	-	-
Variação no justo valor dos activos disponíveis para venda	-	-
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	-
Ganhos relativos a reavaliações de imobilizado	-	-
Imposto relativo às componentes do Outro rendimento integral	-	-
Outro rendimento integral do período	-	-
Total rendimento integral individual do período	<u>(3.868.085)</u>	<u>(3.373.983)</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Individuais

### SONAE CAPITAL SGPS, SA

#### DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em euros)

	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Outras Reservas	Sub total	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	250.000.000	(1.124.125)	8.307.376	287.715.325	296.022.701	6.081.764	550.980.341
Total rendimento integral individual do período	-	-	-	-	-	17.035.205	17.035.205
Aplicação do resultado individual de 2013							
Transferência para Outras reservas e resultados transitados	-	-	304.088	5.777.676	6.081.764	(6.081.764)	-
Aquisição/(Alienação) de ações próprias	-	(362.177)	-	-	-	-	(362.177)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<u>250.000.000</u>	<u>(1.486.301)</u>	<u>8.611.464</u>	<u>293.493.001</u>	<u>302.104.465</u>	<u>17.035.205</u>	<u>567.653.369</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	250.000.000	(1.486.301)	8.611.464	293.493.001	302.104.465	17.035.205	567.653.369
Total rendimento integral individual do período	-	-	-	-	-	12.198.782	12.198.782
Aplicação do resultado individual de 2014							
Transferência para Outras reservas e reservas legais	-	-	851.760	16.183.445	17.035.205	(17.035.205)	-
Aquisição/(Alienação) de ações próprias	-	59.510	-	-	-	-	59.510
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>250.000.000</u>	<u>(1.426.791)</u>	<u>9.463.225</u>	<u>309.676.446</u>	<u>319.139.670</u>	<u>12.198.782</u>	<u>579.911.662</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Individuais

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

### DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Pagamentos a fornecedores		983.732	552.793
Pagamentos ao pessoal		1.305.748	753.043
Fluxo gerado pelas operações		(2.289.480)	(1.305.836)
Pagamento/recebimento imposto sobre o rendimento		(4.125.927)	(623.877)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(28.416)	(167.454)
Fluxo das actividades operacionais [1]		1.808.031	(849.413)
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	21	395.129.800	32.597.559
Juros e proveitos similares		18.809.354	9.528.735
Dividendos recebidos		22.184.180	125.805.486
Outros		1.019.649	746.313
Empréstimos concedidos		402.834.502	191.422.949
		839.977.485	360.101.042
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	21	-	330.699.459
Activos fixos tangíveis		11.003	18.574
Empréstimos concedidos		406.099.000	464.521.489
		406.110.003	795.239.522
Fluxo das actividades investimento [2]		433.867.482	(435.138.480)
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Venda de acções (quotas) próprias		72.435	42.606
Empréstimos obtidos		16.100.000	505.402.128
		16.172.435	505.444.734
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		9.897.304	10.766.017
Aquisição de acções (quotas) próprias		12.925	404.783
Empréstimos obtidos		416.487.033	53.960.000
		426.397.262	65.130.800
Fluxo das actividades de financiamento [3]		(410.224.827)	440.313.934
Varição de caixa e seus equivalentes [4] = [1]+[2]+[3]		25.450.686	4.326.041
Caixa e seus equivalentes no início do período	8	5.112.291	786.250
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8	30.562.977	5.112.291

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Individuais

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

### DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Montantes expressos em euros)

	<u>4º Trimestre 2015</u> (Não auditado)	<u>4º Trimestre 2014</u> (Não auditado)
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Pagamentos a fornecedores	212.714	149.699
Pagamentos ao pessoal	191.440	211.232
Fluxo gerado pelas operações	<u>(404.154)</u>	<u>(360.931)</u>
Pagamento/recebimento imposto sobre o rendimento	(682.696)	212.632
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	164.161	199.786
Fluxo das actividades operacionais [1]	<u>442.703</u>	<u>(373.777)</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	556.235	32.597.559
Juros e proveitos similares	2.603.725	(583.347)
Dividendos recebidos	-	110.934.700
Outros	1.019.649	746.313
Empréstimos concedidos	<u>402.240.063</u>	<u>149.054.315</u>
	<u>406.419.672</u>	<u>292.749.540</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-	330.699.459
Activos fixos tangíveis	-	16.960
Empréstimos concedidos	<u>59.444.351</u>	<u>417.763.080</u>
	<u>59.444.351</u>	<u>748.479.499</u>
Fluxo das actividades investimento [2]	<u>346.975.321</u>	<u>(455.729.959)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	<u>7.000.000</u>	<u>434.402.128</u>
	<u>7.000.000</u>	<u>434.402.128</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	4.535.714	2.887.524
Aquisição de acções (quotas) próprias	12.925	-
Empréstimos obtidos	<u>319.136.279</u>	<u>(29.309.806)</u>
	<u>323.684.918</u>	<u>(26.422.282)</u>
Fluxo das actividades de financiamento [3]	<u>(316.684.918)</u>	<u>460.824.410</u>
Varição de caixa e seus equivalentes [4] = [1]+[2]+[3]	<u>30.733.106</u>	<u>4.720.674</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>(170.129)</u>	<u>391.617</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>30.562.977</u>	<u>5.112.291</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

## **SONAE CAPITAL, SGPS, SA**

### **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

#### **PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Montantes expressos em euros)

#### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sonae Capital, SGPS, SA (“Sociedade” ou “Sonae Capital”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-907 Maia, Portugal, e, foi constituída por escritura pública em 14 de Dezembro de 2007, na sequência do destaque da Sonae, SGPS, SA, na modalidade de cisão simples conforme previsto na alínea a) do artº 118º do Código das Sociedades Comerciais, da participação correspondente à totalidade do capital social da sociedade anteriormente designada Sonae Capital, SGPS, SA, actual SC, SGPS, SA.

De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como aprovadas na União Europeia.

#### 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais são as seguintes:

##### 2.1 Bases de Apresentação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2015.

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões.

- a) em vigor durante o exercício de 2015 e sem impacto relevante nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015:

Norma contabilística	Data de aprovação pela UE	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)
IFRIC 21 - Taxas	13-06-2014	17-06-2014
Melhorias anuais às normas internacionais de relato financeiro - 2010-2012	17-12-2014	01-07-2014
Melhorias anuais às normas internacionais de relato financeiro - 2011-2013	18-12-2014	01-01-2015

- b) em vigor em exercícios posteriores a 31 de Dezembro de 2015:

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Individuais

Norma contabilística	Data de aprovação pela UE	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)
Emendas à IAS 16 e 41 - Activos fixos tangíveis e Agricultura	23-11-2015	01-01-2016
Emendas à IFRS 11 - Acordos conjuntos	24-11-2015	01-01-2016
Emendas à IAS 16 e 38 - Activos fixos tangíveis e Activos Intangíveis	02-12-2015	01-01-2016

Não se esperam impactos relevantes da implementação destas normas.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.3).

## 2.2 Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efectiva.

## 2.3 Instrumentos Financeiros

### a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sociedade tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como Investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Sociedade adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo e são classificados no balanço como Investimentos correntes.

A Sociedade classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes activos são classificados como activos não correntes, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contractos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é considerado como sendo o valor pago, incluindo despesas de transacção, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos



## **RELATÓRIO & CONTAS 2015**

### Demonstrações Financeiras Individuais

de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas resultantes da alteração de justo valor dos instrumentos financeiros valorados a justo valor através de resultados são registados nas demonstrações de resultados na rubrica de resultados financeiros.

Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Os investimentos em partes de capital em empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27 ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

#### c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.4. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

#### d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

#### e) Instrumentos derivados

A Sociedade utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de funding, de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida na Nota 3.1.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sociedade definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela Sociedade para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;

## **RELATÓRIO & CONTAS 2015**

### Demonstrações Financeiras Individuais

- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura do balanço, sendo transferidas para a rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura derem origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida na Nota 3.1, que a empresa não classifique como instrumentos de cobertura, são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente a rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contractos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contractos e nas situações em que os contractos não sejam apresentados pelo seu justo valor, com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Em situações específicas, a Sociedade pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

#### f) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos bancários de curto prazo, no balanço.

## 2.4 Rédito e Especialização dos Exercícios

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já

## **RELATÓRIO & CONTAS 2015**

### Demonstrações Financeiras Individuais

ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

#### 2.5 Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

#### 2.6 Julgamentos e Estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis do activo tangível e intangível;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões;
- c) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos;
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

#### 2.7 Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Sociedade de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A Empresa está sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS) previsto no Artigo 69.º e seguintes do Código do IRC, integrando o grupo de tributação cuja empresa mãe é a Sonae Capital SGPS, S.A.. As empresas que se englobam no perímetro do grupo de sociedades sujeitas a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa óptica individual se positivo, sendo a economia de imposto gerada no RETGS registada na empresa mãe.

São registados impostos diferidos nas situações aplicáveis de acordo com o método de balanço, sendo que os activos por impostos diferidos apenas são constatados nas situações em que seja provável a sua recuperação.

### 3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O objectivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Empresa na prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae Capital, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo de tais riscos. A atitude da Sonae Capital em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a actividade operacional

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Individuais

da Sonae Capital, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a actividade da Empresa.

#### 3.1 Riscos de Mercado

##### a) Risco de Taxa de Juro - POLÍTICA

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash-flows de pagamento de juros, a Sociedade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro.

Considerando que:

- a volatilidade nos resultados da Sociedade não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;
- em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos cash-flows associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;
- a contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado,

a política da Sociedade relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição da Sociedade, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados.

Face ao exposto, a política da Sociedade relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

- i. os derivados não são utilizados com objectivos de *trading*, geração de proveitos ou fins especulativos;
- ii. os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente por forma a evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- iii. o custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente deve ser sempre conhecido e limitado desde o início de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios;
- iv. a contratação de derivados tem como contrapartes autorizadas Instituições Financeiras com *rating* mínimo de *Investment Grade* e/ou instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, privilegiando-se sempre que possível as Instituições de relacionamento bancário da Sociedade;
- v. todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras, de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- vi. todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (ISDA), com *schedules* negociados com cada uma das Instituições;
- vii. na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sociedade utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de cash-flows futuros, com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc) prevalectes à data de Balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Individuais

- viii. todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.

#### b) Risco de Taxa de Juro - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- i. alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- ii. alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juro fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juro fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- iii. no caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensadas quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- iv. alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de cash-flows para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- v. alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39, afectam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- vi. alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os cash-flows futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- vii. para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais inferiores ou superiores o resultado líquido antes de impostos da Sociedade em 31 de Dezembro de 2015 seriam 2.008.425 euros inferiores ou superiores respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2014 seriam inferiores ou superiores respectivamente em 174.092.4 euros.

#### c) Risco de Taxa de Câmbio

A Sonae Capital não tem exposição a risco de taxa de câmbio.

#### d) Outros Riscos de Preço

A Sociedade está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras. Contudo, esses investimentos são geralmente efectuados com objectivos estratégicos e não de transacção activa desses investimentos.

### 3.2 Riscos de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae é uma holding, não tendo qualquer actividade comercial relevante para além das actividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias.

Assim, o risco de crédito, na Sonae Capital, resulta maioritariamente (i) do seu relacionamento com Instituições financeiras, no decurso normal da sua actividade, e (ii) do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.

- (i) Instituições Financeiras: O risco de crédito está associado ao potencial incumprimento, por parte de Instituições financeiras, com as quais a Sociedade tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados.

Para mitigar este risco, a Sociedade:

- a) Só executa operações com contrapartes que tenham sido seleccionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respectivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações, sendo que se privilegia as Instituições de relacionamento bancário da Sociedade;
- b) Diversifica as contrapartes, de forma a evitar uma concentração excessiva de risco de crédito;
- c) Define um conjunto restrito de instrumentos elegíveis (visando a não contratação de instrumentos complexos cuja estrutura não seja completamente conhecida), sendo necessária autorização expressa por parte do Conselho de Administração para utilização de outros alternativos;
- d) Regularmente monitoriza as exposições totais a cada contraparte, de forma a garantir o cumprimento da política estabelecida.

Apresentam-se de seguida os ratings (notação S&P, excepto no caso do Montepio Geral - Fitch) das principais Instituições de crédito onde a Sonae Capital tinha depósitos e outras aplicações financeiras a 31 de Dezembro de 2015:

<i>Rating</i>	<i>% dos depósitos</i>
BB+	0.002%
BB-	1.792%
B+	98.206%

No cumprimento da política estabelecida, a Sonae Capital só constitui depósitos e outras aplicações financeiras de curto prazo e com instituições financeiras de elevado prestígio e reconhecimento nacional e/ou internacional, baseada nas respectivas notações de rating, sendo que se privilegia as instituições de relacionamento bancário do Grupo com posição credora de montante igual ou superior à aplicação que se pretende concretizar.

- (ii) Operações de Compra/Venda de Participações: No desenvolvimento da sua actividade a Sociedade está exposta ao risco de crédito das contrapartes com as quais estabelece operações sobre participações sociais. Nestes casos, os mecanismos de mitigação de risco são determinados casuisticamente, de forma a acomodar as características da operação em estruturação, com a supervisão constante do Conselho de Administração. Apesar da variabilidade dos mecanismos utilizados, existe sempre o recurso a métodos normalmente

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Individuais

utilizados no mercado, nomeadamente a realização de due dilligences, obtenção de informação financeira relativa à contraparte da operação, entrega do activo condicionado à liquidação financeira da operação.

### 3.3 Risco de Liquidez

A Sonae Capital tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua actividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos, constituída essencialmente por obrigações de longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito.

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, a Sociedade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

Para este efeito, a Sociedade pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seu seio compreende os seguintes aspectos fundamentais:

- i. Planeamento financeiro baseado em previsões de *cash-flows*, e para diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- ii. Sistema de controlo financeiro no curto e no médio e longo prazo (baseado em sistemas de *Treasury e Cash Management*), que permita, atempadamente, identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
- iii. Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- iv. Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida;
- v. Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito *committed* (de pelo menos seis meses) e Programas de Papel Comercial, com prazos de aviso de cancelamento suficientemente confortáveis e prudentes, procurando obter um nível adequado de liquidez, otimizando o montante de comissões de *commitment* suportadas;
- vi. Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade de vencimento antecipado dos seus financiamentos.

A Sonae Capital mantém uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. Adicionalmente no final do ano a Sonae Capital dispunha de uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalente de Caixa.

A Sonae Capital considera que tem acesso a todos os recursos financeiros necessários e espera dessa forma cumprir com os seus compromissos de curto prazo, quer seja através de libertação de fundos gerados pelos negócios, quer seja com recurso às suas aplicações financeiras ou se necessário recorrendo às linhas de crédito existentes ou pela contratação de novos financiamentos.

## 4. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o detalhe dos Investimentos financeiros era o seguinte:

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Individuais

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Investimentos em empresas do grupo e associadas	360.864.815	494.491.377
Investimentos em outras empresas:		
Sonae RE - (0,04%)	1.200	1.200
Fundo Invest. Imob. Imosonae Dois - (0,001%)	2.546	2.546
Matadouro Alto Alentejo, SA - (0,89%)	1	1
NET Novas Tecnologias, SA - (2,80%)	23.034	23.034
Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, SA (0,01%)	-	34
Fundo F HITEC - (6,46%)	250.950	250.950
	361.142.546	494.769.143
Perdas por imparidade acumuladas	(8.353.441)	(60.653.147)
	<u>352.789.105</u>	<u>434.115.996</u>

### 4.1 Investimentos em Empresas do Grupo e Associadas

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o detalhe dos Investimentos em Empresas do Grupo e Associadas era o abaixo indicado.

Sociedade	31.12.2015					
	% de detenção	Justo valor	Valor de Aquisição	Ajustamentos em reservas	Capital Próprio	Resultado Líquido
CAPWATT, S.G.P.S., S.A.	100,00%		2.725.000		2.727.911	22.523
Fundo Esp de Invest. Imob Fechado WTC	59,57%		42.057.274		71.930.258	2.803.517
Troiareort, SGPS, S.A.	b) 100,00%		167.132.793		81.544.939	(1.267.436)
Interlog - SGPS, S.A.	98,94%		21.658.210		21.822.827	69.173
Lidergraf - Artes Gráficas, SA.	24,50%		1.125.301		5.657.875	920.936
SC Assets S.G.P.S., SA	a) 100,00%		25.577.659		17.298.473	(2.965.535)
Sonae Turismo, S.G.P.S., S.A.	100,00%		5.857.175		6.441.284	(8.964.192)
SC Finance B.V.	100,00%		263.698		(9.872.274)	(10.166.776)
SC-Eng. e Promoção imobiliária, S.G.P.S., S.A.	100,00%		34.575.100		28.471.076	1.353.511
Sistavac, SGPS, S.A.	70,00%		32.492.436		41.890.333	742.129
Solinca - Health & Fitness, S.A.	100,00%		13.553.639		327.590	(892.854)
Spred, S.G.P.S., S.A.	100,00%		13.846.529		6.887.774	(1.923.514)
<b>Total</b>			<b>360.864.815</b>			

Sociedade	31.12.2014					
	% de detenção	Justo valor	Valor de Aquisição	Ajustamentos em reservas	Capital Próprio	Resultado Líquido
CAPWATT, S.G.P.S., S.A.	100,00%		2.725.000		2.705.388	(19.612)
Fundo Esp de Invest. Imob Fechado WTC	59,57%		42.057.274		70.328.267	2.177.577
Troiareort, SGPS, S.A.	b) 100,00%		167.132.793		82.812.376	(428.587)
Interlog - SGPS, S.A.	98,938%		21.658.210		21.753.654	84.688
Lidergraf - Artes Gráficas, SA.	24,50%		1.125.301		5.315.674	927.549
SC Assets S.G.P.S., SA	a) 100,00%		25.577.659		20.264.008	(2.512.717)
Sonae Turismo, S.G.P.S., S.A.	100,00%		93.714.351		53.056.218	(23.739.606)
SC Finance B.V.	100,00%		263.698		294.502	16.205
SC-Eng. e Promoção imobiliária, S.G.P.S., S.A.	100,00%		34.575.100		27.117.565	(865.317)
Sistavac, SGPS, S.A.	70,00%		32.492.436		82.296.409	897.315
Solinca - Health & Fitness, S.A.	100,00%		13.553.639		2.440.889	(559.111)
Spred, S.G.P.S., S.A.	100,00%		59.615.917		40.939.316	23.292.661
<b>Total</b>			<b>494.491.377</b>			

a) Anteriormente designada Praedium SGPS, SA.

b) Anteriormente designada Imoareia - Invest. Turísticos, S.G.P.S., SA

Os investimentos registados ao custo de aquisição correspondem a investimentos não negociados em mercados regulamentados e para os quais o justo valor não é fiavelmente estimável.

Os investimentos financeiros foram sujeitos em 2015 a testes de imparidade no sentido de aferir o justo valor dos mesmos, cujo cálculo teve em conta as avaliações externas obtidas do património imobiliário das participadas, ou avaliações na óptica de *Discount Cash Flows* (DCF).

Estas avaliações utilizam taxas de desconto que correspondem às taxas médias ponderadas do custo de capital (WACC), calculadas em função da tipologia de negócio em que se inserem e das estruturas de capital objectivo, e situam-se no intervalo [6,98% - 11,86%]. Foram consideradas projecções de 5 anos e as taxas de crescimento na perpetuidade consideradas foram nulas.



## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Individuais

Em consequência desta avaliações o detalhe das imparidades registadas em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, é o abaixo indicado.

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>	<u>Varição</u>
Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC	-	(159.628)	159.628
Spred, SGPS, SA	(4.884.029)	(16.926.218)	12.042.189
SC Assets, SGPS, SA (a)	(3.469.412)	-	(3.469.412)
Sonae Turismo, SGPS, SA	-	(43.567.301)	43.567.301
	<u>(8.353.441)</u>	<u>(60.653.147)</u>	<u>52.299.706</u>

a) Anteriormente designada Praedium SGPS, S.A.

## 5. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o detalhe dos Outros Activos Não Correntes era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Empréstimos concedidos a empresas do grupo:		
Sonae Turismo, SGPS, SA	-	11.703.934
SC Assets, SGPS, SA b)	181.059.991	85.134.991
Troiareort, S.G.P.S., SA a)	186.861.637	94.593.637
SC-Eng. e Promoção imobiliária, S.G.P.S., SA	-	2.788.000
SC Finance BV	5.885.000	-
Solinca - Health & Fitness, SA	2.995.000	2.864.968
	<u>376.801.628</u>	<u>197.085.531</u>

a) Anteriormente designada Praedium SGPS, S.A.

b) Anteriormente designada Imoareaia - Invest. Turísticos, S.G.P.S., SA

Não existiam activos vencidos ou em imparidade em 31 de Dezembro de 2015. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do Grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

Estes empréstimos concedidos a empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado, e são exigíveis num prazo superior a 1 ano. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2015 era em média cerca de 4,609%.

## 6. OUTROS ACTIVOS CORRENTES e ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS - Imposto Sobre o Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o detalhe desta rubrica era o seguinte:

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Individuais

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Clientes	9.512	-
Empresas do grupo out. operações (Nota 20)	1.097.451	4.077.753
Empréstimos concedidos (Nota 20)	31.283.000	207.734.600
Outros Devedores	28.188	347.371.160
Acréscimos de proveitos (Nota 20)	16.240.101	5.948.878
Custos diferidos	486.827	532.236
	<u>49.145.079</u>	<u>565.664.627</u>
Estado e Outros entes públicos - Imposto sobre o rendimento	<u>1.525.643</u>	<u>7.519.432</u>
	<u>50.670.722</u>	<u>573.184.059</u>

O saldo registado na rubrica Accionistas Out. operações, dizem respeito aos valores transferidos das subsidiárias relativos a IRC, por força da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica de empréstimos concedidos diz respeito a operações financeiras concedidas às seguintes empresas do grupo:

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Empréstimos concedidos - Operações financeiras:		
SC Assets, SGPS, SA b)	10.000	100.050.000
SC Sociedade de Consultadoria, SA	5.000	-
Sonae Turismo, SGPS, SA	5.341.000	-
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	-	139.000
Bloco Q-Soc.Imobil.SA	-	310.000
CAPWATT, SGPS, S.A.	16.711.000	12.982.500
Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária, S.A.	-	8.000
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	-	1.041.000
Inparvi SGPS, SA	108.000	118.000
Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA	-	214.000
Praedium II-Imobiliária,SA	-	5.000
SC Finance BV	5.748.000	-
SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A.	-	2.890.200
Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,SA	-	1.000
Solinca - Health & Fitness, SA	1.147.000	1.162.000
Sótaqua - Soc. de Empreend. Turísticos	-	6.000
Spinveste - Promoção Imobiliária, SA	-	2.000
Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA	-	952.000
The Artist Porto Hotel & Bistrô - Activ. Hotel., S.A.	-	316.000
Troiareort, S.G.P.S., SA a)	2.213.000	87.537.900
	<u>31.283.000</u>	<u>207.734.600</u>

a) Anteriormente designada Praedium SGPS, S.A.

b) Anteriormente designada Imoarea - Invest. Turísticos, S.G.P.S., SA

Estes empréstimos concedidos a empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado, e são exigíveis num prazo inferior a 1 ano. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2015 era em média cerca de 3,347%.

A rubrica outros devedores, inclui em 31 de Dezembro de 2014, o valor de 346.559.973 euros, relativos à dívida da SC Finance BV pela venda da participada SC SGPS, SA em Dezembro de 2014, cujo recebimento teve lugar em 2015.

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica Estado e Outros entes públicos – imposto sobre o rendimento, apresentava o seguinte detalhe:

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Individuais

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Retenções na Fonte	576.441	2.359.147
Pagamentos por conta	1.570.680	2.028.682
Imposto sobre o rendimento (IRC)	<u>(621.478)</u>	<u>3.131.602</u>
	<u>1.525.643</u>	<u>7.519.432</u>

O valor registado, na rubrica Imposto sobre o rendimento (IRC) inclui a economia de imposto gerada no RETGS no montante de 3.474.922 euros (3.131.602 em 31 de Dezembro de 2014).

O montante registado na rubrica acréscimos de proveitos inclui 16.240.101 euros relativos a juros de empréstimos concedidos a participadas.

Na rubrica Custos diferidos incluem 455.988 euros relativos a comissões bancárias, que se encontram diferidas pelo período dos financiamentos.

## 7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Activos e Passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	<u>Activos por impostos diferidos</u>		<u>Passivo por impostos diferidos</u>	
	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Prejuízos fiscais reportáveis	8.275.218	4.069.727	-	-

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 foi como segue:

	<u>Activos por impostos diferidos</u>		<u>Passivo por impostos diferidos</u>	
	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Saldo inicial	4.069.727	407.059	-	-
Efeito em resultados ( Nota 18):				
Prejuízos fiscais reportáveis	4.205.490	3.687.193	-	-
Outros		(24.525)	-	-
Efeito em reservas:	-	-	-	-
Saldo final	<u>8.275.218</u>	<u>4.069.727</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

De acordo com as declarações fiscais e estimativas de imposto sobre o rendimento, das empresas incluídas no RETGS, os prejuízos fiscais reportáveis são os seguintes:

	<u>31 Dezembro 2015</u>			<u>31 Dezembro 2014</u>		
	<u>Prejuízo fiscal</u>	<u>impostos diferidos</u>	<u>Data limite de utilização</u>	<u>Prejuízo fiscal</u>	<u>impostos diferidos</u>	<u>Data limite de utilização</u>
Gerados em 2011	-	-	-	1.165.089	244.669	2015
Gerados em 2013	61.175	12.847	2018	61.175	12.847	2018
Gerados em 2014	11.725.573	2.462.370	2026	18.153.387	3.812.211	2026
Gerados em 2015	27.619.048	5.800.000	2028	-	-	-
	<u>39.405.796</u>	<u>8.275.217</u>		<u>19.379.651</u>	<u>4.069.727</u>	

A constituição de activos por impostos diferidos teve por base a análise da pertinência do seu reconhecimento, designadamente no que concerne à possibilidade de os mesmos virem a ser recuperados, atendendo às perspectivas de médio e longo prazo do Grupo.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Individuais

Os activos por impostos diferidos reconhecidos resultantes de prejuízos fiscais são registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro.

A avaliação dos activos por impostos diferidos baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Desde o exercício fiscal de 2014, a maioria das filiais do Grupo, sediadas em Portugal, integram o perímetro do Grupo de Sociedades tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), cuja sociedade dominante é a Sonae Capital, SGPS, S.A..

Da análise efectuada, em 31 de Dezembro de 2015, resultou que existe expectativa fundada de recuperação dos activos por impostos diferidos registados antes do respectivo prazo de caducidade.

## 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o detalhe de Caixa e Equivalentes de Caixa era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Caixa	-	4
Depósitos bancários	<u>30.562.977</u>	<u>5.112.287</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u><u>30.562.977</u></u>	<u><u>5.112.291</u></u>
Descobertos Bancários	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u><u>30.562.977</u></u>	<u><u>5.112.291</u></u>

## 9. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o Capital Social está representado por 250.000.000 de acções ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

No período findo em 31 de Dezembro de 2015, a Sonae Capital SGPS, S.A., detém 5.914.571 acções próprias representativas de 2,366% do capital social (6.068.850 acções em 31 de Dezembro de 2014), registadas por 1.426.791 euros (1.486.301 euros em 31 de Dezembro de 2014) (Nota 10).

## 10. RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o detalhe de Outras Reservas era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Reservas livres	175.611.402	159.368.447
Reserva - cisão	132.638.253	132.638.252
Reserva - acções próprias	<u>1.426.791</u>	<u>1.486.301</u>
	<u><u>309.676.446</u></u>	<u><u>293.493.001</u></u>

**Reservas Livres** : Estas reservas resultam da transferência dos resultados positivos apurados nos exercícios transitados e podem ser distribuídas aos accionistas desde que não sejam necessárias para cobrir perdas.

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Individuais

O valor global da **reserva de cisão** (Nota 1), corresponde ao diferencial entre o valor contabilístico da participação na SC, SGPS, SA (382.638.252 euros) que foi destacado da Sonae, SGPS, SA para a Sociedade e o valor do capital social da Sociedade (250.000.000 euros) a qual é equiparável a Reserva Legal pelo que, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, não pode ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas as outras reservas, ou pode ser incorporada em capital.

**Reserva Legal:** De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de Dezembro de 2015 o valor desta rubrica ascende a 9.463.225 Euros.

**Reserva acções próprias:** Esta reserva, constituída nos termos do artº 342 do CSC, é de igual montante ao valor das acções próprias detidas pela sociedade, sendo indisponível enquanto as mesmas estiverem na posse da sociedade.

## 11. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Empréstimos bancários</b>				
Sonae Capital SGPS - papel comercial a)	-	-	17.253.800	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial d)	8.250.000	-	8.250.000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial b)	-	-	-	28.900.000
Sonae Capital SGPS - papel comercial c)	-	30.000.000	-	30.000.000
Sonae Capital SGPS e)	3.290.000	9.047.500	3.290.000	12.337.500
Sonae Capital SGPS - papel comercial g)	3.250.000	1.500.000	3.500.000	4.750.000
Sonae Capital SGPS - papel comercial i)	1.200.000	4.800.000	-	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial j)	-	-	4.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	-	(221.506)	-	(374.061)
	<u>15.990.000</u>	<u>45.125.994</u>	<u>36.293.800</u>	<u>75.613.439</u>
Descobertos bancários (Nota 8)	-	-	-	-
	<u>15.990.000</u>	<u>45.125.994</u>	<u>36.293.800</u>	<u>75.613.439</u>
<b>Empréstimos por Obrigações</b>				
Obrigações Sonae Capital 2011/2016 f)	10.000.000	-	-	10.000.000
Obrigações Sonae Capital 2014/2019 h)	-	42.500.000	-	42.500.000
Custos de emissão ainda não amortizados	-	(376.402)	-	(486.841)
	<u>10.000.000</u>	<u>42.123.598</u>	<u>-</u>	<u>52.013.159</u>
	<u>25.990.000</u>	<u>87.249.592</u>	<u>36.293.800</u>	<u>127.626.597</u>

- a) Programa de emissões de títulos de papel comercial de curto prazo lançado em 28 de Março de 2008 e válido por um período de 10 anos, podendo ser prorrogado por iniciativa da Sonae Capital. Emissões colocadas junto de investidores e/ou instituições financeiras suportadas por linhas de crédito *committed* de prazos entre 6 meses e um ano, contratadas junto de bancos de relacionamento;
- b) Programa de emissão de títulos de papel comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 31 de Março de 2011 e válido até Agosto de 2018. Salvo se ocorrer o

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Individuais

- reembolso antecipado ao abrigo dos termos “*Call/Put Option*” prevista no contrato em Agosto de 2016. Como garantia deste empréstimo foi constituída hipoteca sobre imóveis;
- c) Programa de emissão de títulos de papel comercial com garantia de subscrição, iniciado em 27 de Dezembro de 2012 e válido até Dezembro de 2017;
  - d) Programa de emissões de títulos de papel comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 31 de Dezembro de 2014 com renovações anuais até 3 anos, salvo denúncia de qualquer uma das partes;
  - e) Empréstimo bancário garantido por hipoteca sobre imóveis, iniciado em 2 de Junho de 2011 e válido até Setembro/2019, com amortizações trimestrais;
  - f) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS - 2011/2016 reembolsável ao fim de 5 anos numa única prestação em 17 de Janeiro de 2016. As obrigações vencem juros semestralmente.
  - g) Programa de emissões de títulos de papel comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 07 de Maio de 2014, válido por um período de 3 anos, com amortizações semestrais.
  - h) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS - 2014/2019 reembolsável ao fim de 5 anos numa única prestação em 28/Maio/2019. As obrigações vencem juros semestralmente.
  - i) Programa de emissões de títulos de papel comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 18 de Março de 2015, válido até Março de 2020, com amortizações anuais.
  - j) Programa de emissão de títulos de papel comercial de curto prazo, com garantia de subscrição, iniciado em 17 de Fevereiro de 2011 e válido por um ano, sendo automaticamente prorrogável por sucessivos e iguais períodos até ao máximo de 5 anos, salvo denúncia por qualquer uma das partes. À data de apresentação destas demonstrações financeiras, a renovação do programa está em curso.

A taxa de juro dos empréstimos bancários e obrigacionistas em vigor a 31 de Dezembro de 2015 era em média cerca de 3,787%.

Os empréstimos bancários mencionados vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor do respectivo prazo de cada emissão.

No caso de alguma instituição Bancária ou investidor titular de papel comercial emitido não renovar, nas datas de vencimento, as respectivas tomadas, o Grupo dispõe linhas de crédito disponíveis para fazer face a essas não renovações.

Não existem instrumentos derivados.

O valor nominal dos empréstimos e a estimativa do valor nominal dos juros a liquidar, apresentam as seguintes maturidades:

	31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	25.990.000	(4.056.941)	36.293.800	(5.009.570)
N+2	35.990.000	(3.256.774)	26.173.333	(4.133.292)
N+3	4.490.000	(2.046.106)	44.423.333	(3.661.382)
N+4	46.167.500	(1.007.463)	12.923.333	(2.234.577)
N+5	1.200.000	(67.513)	44.967.500	(944.533)
Após N+5	-	(109.720)	-	-
	<u>113.837.500</u>	<u>(10.544.518)</u>	<u>164.781.300</u>	<u>(15.983.355)</u>

À data de 31 de Dezembro de 2015, as linhas de crédito podem ser resumidas como segue:

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Individuais

	31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014	
	Compromissos		Compromissos	
	inferiores a 1 ano	superiores a 1 ano	inferiores a 1 ano	superiores a 1 ano
Montante de linhas disponíveis	53.799.398	24.400.000	30.099.398	7.700.000
Montante de linhas contratadas	62.049.398	54.400.000	47.849.398	66.600.000

## 12. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o detalhe destas rubricas era o seguinte:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
<u>Outras dívidas a terceiros</u>		
Empréstimos obtidos (Nota 20)	122.913.765	472.356.998
Outros credores diversos	1.849.732	4.191.042
	<u>124.763.497</u>	<u>476.548.040</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica de empréstimos obtidos diz respeito a operações financeiras obtidas às seguintes empresas do grupo:

	31 Dezembro 2015	31 Dezembro 2014
Imobeauty, S.A.	-	12.513.000
Interlog-SGPS,SA	21.836.500	21.774.000
Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA	-	13.000
SC Finance BV	5.885.051	263.000
Sonae Turismo, S.G.P.S., S.A.	-	16.030.513
SC, SGPS, SA	48.703.000	232.684.567
SC-Eng. e Promoção Imobiliária,SGPS,S.A.	21.292.214	-
SC For - Serv. de For. e Desenv. de Recur. Hum., Unipe., Lda	14.000	-
Sistavac, SGPS, S.A.	21.002.000	14.301.000
Solinca-Investimentos Turísticos,SA	-	3.610.000
Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA	-	9.000
SC Hospitality, SGPS, S.A	-	135.685.517
Spred, SGPS, SA	4.181.000	35.473.400
	<u>122.913.765</u>	<u>472.356.998</u>

Os empréstimos recebidos de empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado, e são exigíveis num prazo inferior a 1 ano. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2015 era em média cerca de 0,238%.

Na rubrica outros credores diversos, estão incluídos 1.839.666 euros (Nota 20) relativos às estimativas de IRC transferidos das subsidiárias, por força da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

## 13. FORNECEDORES, ESTADO E OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o detalhe destas rubricas era o seguinte:

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Individuais

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Fornecedores	101.559	107.498
Estado e outros entes publicos - Imposto s/ o rendt <sup>º</sup>	-	4.105.403
Estado e outros entes publicos - outros impostos	58.272	65.525
Outros passivos correntes		
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	378.224	339.294
Juros a liquidar	449.038	657.638
Outros acréscimos de custos	115.543	37.253
Proveitos diferidos	4.292	4.292
	<u>1.005.369</u>	<u>1.104.003</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de fornecedores apresentava a seguinte maturidade:

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
A Pagar a		
0 - 90 dias	101.517	102.453
90 - 180 dias	-	592
> 180 dias	43	4.453
Total	<u>101.559</u>	<u>107.498</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica Estado e Outros entes públicos, apresentava o seguinte detalhe:

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Estado e outros entes publicos - Imposto s/ o rendt <sup>º</sup>		
Estimativa de IRC	-	4.105.403
Estado e outros entes publicos - outros impostos		
Retenção de impostos sobre rendimentos	39.568	42.766
Imposto sobre o valor acrescentado (iva)	462	69
Contribuições para a segurança social	18.242	22.690
	<u>58.272</u>	<u>65.525</u>

## 14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o detalhe de Fornecimentos e Serviços Externos era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Rendas e alugueres	17.418	44.738
Seguros	50.218	48.952
Deslocações e estadas	26.709	26.560
Trabalhos especializados	922.527	302.962
Outros fornecimentos e serviços	21.614	15.951
	<u>1.038.486</u>	<u>439.162</u>

A variação verificada na rubrica trabalhos especializados resulta essencialmente do aumento da rubrica Holding *cost* que em 2015 regista um valor de cerca de 391 milhares de euros (18 milhares de euros em 2014) e da rubrica *Fee* de serviços partilhados que em 2015 regista um valor de cerca de 247 milhares de euros (100 milhares de euros em 2014), debitados pela participada SC Sociedade de Consultadoria, SA.



## 15. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a Sociedade tinha celebrado, como locatária, contractos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
N+1	10.937	11.680
N+2	10.937	8.892
N+3	-	8.892
	<u>21.874</u>	<u>29.464</u>

## 16. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o detalhe dos Custos com o Pessoal era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Remunerações dos órgãos sociais	1.125.602	892.903
Encargos sobre remunerações	122.708	108.211
Outros custos com o pessoal	36.407	28.130
	<u>1.284.716</u>	<u>1.029.244</u>

## 17. RESULTADOS FINANCEIROS E RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o detalhe dos Resultados Financeiros e dos Resultados Relativos a Investimentos era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Custos e perdas financeiras		
Juros suportados:		
Relativos a empréstimos bancários	(2.783.730)	(5.547.709)
Relativos a obrigações não convertíveis	(2.221.283)	(1.604.973)
Outros (Nota 20)	(2.437.766)	(107.896)
Outros custos e perdas financeiras	(2.515.261)	(2.677.679)
	<u>(9.958.040)</u>	<u>(9.938.257)</u>
Proveitos e ganhos financeiros		
Juros obtidos (Nota 20)	29.087.119	10.795.440
	<u>29.087.119</u>	<u>10.795.440</u>
Resultados financeiros	<u>19.129.079</u>	<u>857.183</u>
Reversão e perdas imp. investimentos financeiros (Nota 4.1)	52.299.706	(53.233.118)
Dividendos obtidos (Nota 20)	22.184.180	125.805.486
Perdas em invest. Financeiros (Nota 20)	(85.826.563)	(62.404.442)
Outros rendimentos e ganhos financeiros	1.020.507	746.502
Resultados relativos a investimentos	<u>(10.322.170)</u>	<u>10.914.428</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 o montante registado em Juros suportados – outros refere-se na sua totalidade a juros suportados com empréstimos correntes obtidos de empresas do grupo.

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Individuais

Em 31 de Dezembro de 2015 o montante de dividendos obtidos respeita a dividendos distribuídos pelas seguintes participadas:

Lidergraf, SA	56.152
Spred SGPS, SA	<u>22.128.028</u>
	22.184.180

Em 31 de Dezembro de 2015 o montante registado na rubrica Ganhos e Perdas Investimentos Financeiros, inclui as perdas com as reduções de capital das seguintes participadas:

Sonae Turismo, SGPS, SA	50.057.175
Spred SGPS, SA	<u>35.769.388</u>
	85.826.563

## 18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 o detalhe do Imposto sobre o rendimento era o seguinte:

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Imposto corrente	1.590.336	3.103.952
Imposto diferido (Nota 7)	<u>4.205.490</u>	<u>3.662.668</u>
	<u>5.795.826</u>	<u>6.766.620</u>

### 18.1 Reconciliação da Taxa Efectiva de Imposto

A reconciliação do resultado antes de imposto como o imposto dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Resultados antes de impostos (1)	6.402.956	10.268.585
taxa de imposto	21%	23%
Imposto apurado	(1.344.621)	(2.361.775)
Acréscimos/(Reduções) à matéria colectável:		
Reversão de perdas de imparidade	16.694.226	1.706.607
Dividendos	4.658.678	28.935.262
Pagamento baseado em acções	(88.463)	25.358
Perdas por imparidade	(5.711.288)	(13.950.224)
Perdas invest Financeiros	(17.052.884)	(14.353.022)
Dedução perdas fiscais	257.515	-
Prejuizos fiscais que não deram origem a		
Activos por impostos diferidos	-	(2.206)
Economia de Imposto (RETGS)	4.785.224	3.131.602
Derrama	(604.127)	-
Tributação autónoma	(3.924)	(27.650)
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	4.205.490	3.662.668
Imposto sobre o rendimento (2)	<u>5.795.826</u>	<u>6.766.620</u>
taxa efectiva (2) / (1)	-	-

Conforme referido na Nota 2.7 a empresa é tributada em IRC pelo RETGS.

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Individuais

### 19. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	12.198.782	17.035.205
Efeito das acções potenciais	-	-
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>12.198.782</u>	<u>17.035.205</u>
<b>Número de acções</b>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	246.341.811	246.211.552
<b>Resultado por acção (básico e diluído)</b>	<u>0,049520</u>	<u>0,069189</u>

### 20. PARTES RELACIONADAS

Os Saldos e as Transacções com entidades relacionadas, durante o exercício de 2015 e de 2014, podem ser detalhados como segue:

	<u>Custos suportados</u> (Notas 14 e 17)		<u>Proveitos obtidos</u> (Nota 17)	
	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
<b>Transacções</b>				
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	88.926.067	62.643.992	51.282.755	136.590.016
	<u>88.926.067</u>	<u>62.643.992</u>	<u>51.282.755</u>	<u>136.590.016</u>
	<u>Contas a pagar</u> (Nota 12)		<u>Contas a receber</u> (Nota 6)	
<b>Saldos</b>	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	1.937.997	4.274.417	17.340.213	356.586.604
	<u>1.937.997</u>	<u>4.274.417</u>	<u>17.340.213</u>	<u>356.586.604</u>
	<u>Empréstimos Obtidos</u> (Nota 12)		<u>Empréstimos Concedidos</u> (Nota 5 e 6)	
<b>Saldos</b>	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>	<u>31 Dezembro 2015</u>	<u>31 Dezembro 2014</u>
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	122.913.765	472.356.998	408.084.628	404.820.131
	<u>122.913.765</u>	<u>472.356.998</u>	<u>408.084.628</u>	<u>404.820.131</u>

Em 2015, nos custos suportados estão incluídos 85.826.563 euros de perdas com investimentos financeiros (Nota 17)

Em proveitos obtidos, em 2015, estão incluídos os dividendos recebidos de empresas do grupo no valor de 22.184.180 euros.

# RELATÓRIO & CONTAS 2015

## Demonstrações Financeiras Individuais

### 21. RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os recebimentos e pagamentos de Investimentos financeiros, podem ser detalhados da seguinte forma:

	31 Dezembro 2015		31 Dezembro 2014	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
CAPWATT, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	2.725.000
Fundo Esp de Invest. Imob IMOSONAE II	858	-	-	-
TroiareSORT, S.G.P.S., SA b)	-	-	-	167.132.793
Interlog - SGPS, S.A.	-	-	-	21.658.210
Lidergraf - Artes Gráficas, SA.	-	-	-	1.125.301
SC Assets, SGPS, SA a)	-	-	-	25.577.659
Sonae Turismo, S.G.P.S., S.A.	37.800.000	-	-	11.714.351
SC Finance B.V.	-	-	-	263.698
SC, S.G.P.S., S.A.	346.559.973	-	-	-
SC-Eng. e Promoção imobiliária, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	34.575.100
Sistavac, SGPS, S.A.	-	-	-	32.492.436
Solinca - Health & Fitness, S.A.	-	-	-	13.553.639
SC Hospitality, SGPS, S.A	-	-	32.597.559	-
Spred, S.G.P.S., S.A.	10.000.000	-	-	19.615.917
Saude Atlantica - Gestão Hospitalar, SA	768.969	-	-	34
Matadouro Alto Alentejo, SA	-	-	-	1
NET Novas Tecnologias, SA	-	-	-	23.034
Fundo F HITEC	-	-	-	242.285
	<b>395.129.800</b>	<b>-</b>	<b>32.597.559</b>	<b>330.699.458</b>

a) Anteriormente designada Praedium SGPS, S.A.

b) Anteriormente designada Imoarea - Invest. Turísticos, S.G.P.S., SA

### 22. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Artº 5º nº 4 do Decreto-Lei nº 495/88 de 30 de Dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de Dezembro:

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram celebrados contratos de suprimentos com as empresas SC Assets SGPS, SA, TroiareSORT SGPS, SA, SC Finance BV, Solinca Health and Fitness, SA.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram celebrados contratos de operações financeiras com as empresas C.ª Térmica Tagol,Lda, CAPWATT MAIA-HEAT POW.,SA, CAPWATT MARTIM Longo -S.P.,SA, CAPWATT VALE CAIMA-H.P,SA, CAPWATT, SGPS, S.A., Contacto Concessões, SGPS, SA, IMORESORT-Soc.Imobil.S.A., INPARVI, SGPS, SA, MARVERO-Expl.Hotel.Im.,SA, QCE-D.FAB.EQUIPAMENTOS,SA, SC Assets, SGPS, SA, SC Finance BV, SC-Soc.Consultadoria, SA., SISTAVAC, SA, SISTAVAC, SGPS, S.A., SOBERANA Invest.Imobil.SA., Solinca-Health Fitness,SA., SOLTROIA-Socied.Imobil.SA., SONAE TURISMO, SGPS, S.A., Sotáqua-S.Em.Tu.Quarteira, SA., Spinveste-Promoção Imob, SA., SPRED, SGPS, SA., The Artist Porto Hotel, SA., The Artist Ribeira-A.Ho.,SA., Troiamarket, SA., TroiareSORT SGPS, SA

## RELATÓRIO & CONTAS 2015

### Demonstrações Financeiras Individuais

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2015 são as seguintes:

#### Suprimentos e Operações Financeiras Concedidas

Empresas	Saldo Final
SC Assets, SGPS, SA a)	181.069.991
SC Sociedade de Consultadoria, SA	5.000
Sonae Turismo, SGPS, SA	5.341.000
CAPWATT, SGPS, S.A.	16.711.000
Inparvi SGPS, SA	108.000
SC Finance BV	11.633.000
Solinca - Health & Fitness, SA	4.142.000
Troiaresort, S.G.P.S., SA b)	189.074.637
	<u>408.084.628</u>

a) Anteriormente designada Praedium SGPS, S.A.

b) Anteriormente designada Imoarea - Invest. Turísticos, S.G.P.S., SA

As respectivas posições devedoras em 31 de Dezembro de 2015 são as seguintes:

#### Operações Financeiras Obtidas

Empresas	Saldo Final
SC For - Serv. de For. e Desenv. de Recur. Hum., Unif	14.000
Spred, SGPS, SA	4.181.000
SC Finance BV	5.885.051
Sistavac, SGPS, S.A.	21.002.000
SC-Eng. e Promoção Imobiliária,SGPS,S.A.	21.292.214
Interlog-SGPS,SA	21.836.500
SC, SGPS, SA	48.703.000
	<u>122.913.765</u>

## 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de Dezembro de 2015 até esta data que necessitem ser divulgados.

## 24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 25 de Fevereiro de 2016.

O Técnico Certificado

---

João Manuel Morais Pereira Russo

O Conselho de Administração

---

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

---

Álvaro Carmona e Costa Portela

---

Francisco de La Fuente Sanchez

---

Paulo José Jubilado Soares de Pinho

---

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

---

Ivone Pinho Teixeira

PARTE VI  
**RELATÓRIO E PARECER DO  
CONSELHO FISCAL**  
31 DEZEMBRO 2015



**SONAE CAPITAL**



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas da  
Sonae Capital, S.G.P.S., S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal apresenta o presente relatório e parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais e consolidados da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

### Fiscalização

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da empresa, a evolução da sua actividade e das suas participadas, tendo efectuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira, da auditoria interna e gestão de risco e do controlo de gestão. Mantivemos igualmente estreito contacto com o revisor oficial de contas e auditor externo que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções, o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da empresa, das empresas englobadas na consolidação, e do revisor oficial de contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas individuais e consolidados da empresa, tendo recebido do revisor oficial de contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou os balanços individual e consolidado em 31 de Dezembro de 2015, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Procedeu ainda à apreciação do relatório de gestão e do relatório sobre o governo da Sociedade do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, emitidos pelo Conselho de Administração, e a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que a informação constante das demonstrações financeiras em apreço foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da mesma e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se informa, que o relatório sobre o Governo da Sociedade produzido cumpre com o disposto no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.





O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos serviços.

**Parecer**

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) O relatório de gestão, os balanços individual e consolidado em 31 de Dezembro de 2015, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos;
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

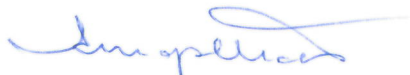
**Declaração de responsabilidade**

De acordo com o disposto no nº1, alínea c) do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante de Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Maia, 24 de Fevereiro de 2016

O Conselho Fiscal



António Monteiro de Magalhães



Manuel Heleno Sismeiro



Carlos Manuel Pereira da Silva

PARTE VII

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS  
CONTAS E RELATÓRIO DE  
AUDITORIA**

31 DEZEMBRO 2015



**SONAE CAPITAL**



## ***Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada***

### ***Introdução***

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 574,032,330 euros e um total de capital próprio de 310,134,850 euros, o qual inclui interesses sem controlo de 10,247,125 euros e um resultado líquido de 1.396.353 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### ***Responsabilidades***

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### ***Âmbito***

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal  
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal



consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

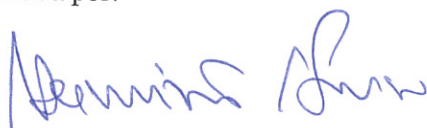
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

25 de fevereiro de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077  
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.



## ***Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual***

### ***Introdução***

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 819,129,439 euros e um total de capital próprio de 579,911,662 euros, incluindo um resultado líquido de 12,198,782 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### ***Responsabilidades***

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### ***Âmbito***

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal  
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485



5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

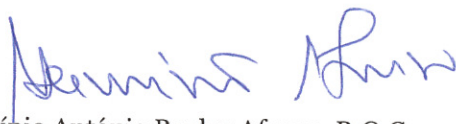
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

25 de fevereiro de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077  
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.